
3 1761 07039604 9

AUGUSTO DE CASTRO
Da Academia de Ciências de Lisboa
Da Academia Brasileira de Letras

HÁ 83 ANOS EM VENEZA



LIVRARIA BERTRAND

HÁ 83 ANOS
EM VENEZA

OBRAS DE AUGUSTO DE CASTRO

TEATRO:

CAMINHO PERDIDO, peça em três actos.
AMOR À ANTIGA, peça em quatro actos — *2.ª edição.*
CHÁ DAS CINCO, peça em três actos.
VERTIGEM, peça em quatro actos.
AS NOSSAS AMANTES, peça em quatro actos.
A CULPA, peça em um acto.
AMOR, peça em quatro actos.

PROSA:

RELIGIÃO DO SOL — *Esgotado.*
OS DIREITOS INTELECTUAIS E A CRIAÇÃO HISTÓRICA — *Esgotado.*
FUMO DO MEU CIGARRO — *6.ª edição.*
FANTOCHES E MANEQUINS — *2.ª edição.*
O QUE EU VI E OUVI EM ESPANHA.
CAMPO DE RUÍNAS — Impressões da Guerra — *2.ª edição.*
CONVERSAR — *2.ª edição.*
DENTRO E FORA DE PORTUGAL.
AS MULHERES E AS CIDADES — *2.ª edição, ilustrada por Júlio Gil.*
O AMOR E O TEMPO — *2.ª edição.*
SEXO 33 OU A REVOLUÇÃO DA MULHER — *2.ª edição.*
O TEATRO DE RACINE *(Edição da Academia das Ciências de Lisboa).*
IMAGENS DA EUROPA.
A EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS E A SUA FINALIDADE NACIONAL.
HOMENS E PAISAGENS QUE EU CONHECI — *2.ª edição.*
ESPLENDOR E JUVENTUDE DO BRASIL, *separata da Revista Atlântico.*
A CRISE INTERNACIONAL E A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA (*Edição da Academia das Ciências de Lisboa*), 1949.
VIAGEM NO MEU JARDIM.
A TARDE E A MANHÃ.
A ARCA DE NOÉ.
GARRETT E O TEATRO PORTUGUÊS (*Conferência*), 1954.
MESTRE OUTONO, PINTOR.
HOMENS E SOMBRAS — *Edição ilustrada por Eduardo Malta.*
CINCO FIGURAS — *Edição ilustrada por Abel Manta e Benito Prieto.*

TRADUÇÕES:

LA FAUSSE ROUTE (Caminho Perdido), *trad. de Paul Pompei.*
UNE FEMME... UNE VILLE (As Mulheres e as Cidades), *trad. de Jean Duriau — Ed. Excelsior* — Paris.
L'AMOUR ET LE TEMPS, *trad. de Jean Duriau — Ed. Ang. Figuière.*
SAINT ANTOINE DANS L'ART, *trad. de Jean Duriau (separata de «La Vie Intellectuelle»)* — Paris.
SANT'ANTONIO NELL'ARTE (*Edição de Agénore Magno — Edizione «Amici della Arte»*) — Nápoles.
SAINT ANTOINE DANS L'ART (*Edição de «Les Annales du Centre Universitaire Méditerranéen*).
LE DONNE E LE CITTÀ, *trad. de Agénore Magno — Editore Carabba* — Lanciano.
VIAGGIO INTORNO DELL'AMORE (Sexo 33 ou a Revolução da Mulher), *trad. de Agénore Magno — Editore Carabba* — Lanciano.
ETERNA CIVILTÀ LATINA (*Edição do Instituto Meridionalle di Cultura*) — Nápoles.
L'AMOUR TEL QU'ON LE PARLE, *trad. de Maria Croci — Edições Roger Seban* — Paris.
UNE NUIT, *trad. de Jean Duriau — Ed. Henri Lefèbvre* — Paris.

AUGUSTO DE CASTRO
Da Academia das Ciências de Lisboa
Da Academia Brasileira de Letras

HÁ 83 ANOS EM VENEZA



LIVRARIA BERTRAND
LISBOA


LIBRARY
APR - 4 1967
UNIVERSITY OF TORONTO

HA OITENTA E TRÊS ANOS EM VENEZA

COMPLETARAM-SE oitenta e três anos sobre a morte de Wagner, que o historiador do Romantismo Jean Mistler recentemente evocou. Em oitenta anos o Mundo transformou-se e sobretudo transformaram-se as distâncias — no espaço e no tempo.

Wagner veio morrer a Veneza pouco mais de seis meses após a «primeira», em Bayreuth, do «Parsifal», que foi o drama e o poema do idealismo humano. E entre as sombras venezianas que ele amara, morreu quase só, quase de pé como os seus titãs, voltado para a luz como Gœthe — cercado pelo mais belo cenário do Amor e da Morte que o Génio da Beleza deu ao Mundo. A Veneza de Lord Byron ficava a seus pés. E D'Annunzio havia de cantar mais tarde o gesto do poeta Stellellio Efrena vindo coroar o cadáver do semideus com os loiros do Janículo, «verdes como o bronze das fontes».

Cosima, a filha de Liszt, acabara de tocar ao piano o «Elogio das Lágrimas», de Schubert. Menos de uma hora depois, esse que fora o Miguel-Ângelo da música adormecia para sempre encostado ao ombro da mulher.

— Chut! Ele dorme — disse Cosima.

No seio de Veneza encerrara para sempre o seu voo de águia o criador dos «Nibelungos».

Porque é que nesta manhã em que as notícias dos jornais me mergulham nos massacres do Mundo, nos morticínios que vão pelo planeta, nos bastidores de todo esse desabar de inquietações de onde o que resta de ideal e sonho fugiu do Mundo, porque é que, nesta triste manhã sem amanhã, a minha imaginação procura essa velha paz de sonhos em que, há um século, o Mundo se comprazia e em que aquele «último combate entre o dia e a noite», como Hugo chamava à Morte, se revestia ainda, para receber os seus heróis, de simbólicas ressonâncias?

Naquela longínqua tarde de Fevereiro, Wagner procurara para morrer a mesma paisagem de águas silenciosas da laguna em que outrora celebrara, ao escrever o diálogo sublime do «Tristão e Isolda», «a noite eterna» e em que anos antes amara Matilde Wesendonk.

Wagner morria — como Wagner. Liszt havia de morrer mais tarde, em Roma — como Liszt. A Morte, nesse tempo, oferecia bilhetes especiais à Imortalidade.

Wagner, vindo de Bayreuth, viveu os seus últimos dias nesse velho Palácio Vendremin-Calergi, que dava sobre o Grande Canal. Tinha trazido consigo, com seus manuscritos, a mulher, Cosima, os filhos, o preceptor de Siegfried, a governanta e os criados. O duque Della Grazia, filho da duquesa de Berry, alugara-lhe uma sumptuosa casa, dezoito salas e quartos, no entressolo. Mas os semideuses, naquela época, se tinham requintes especiais para morrer, também os tinham para viver. Assim que se viu instalado na sua nova morada, Wagner, não contente com os veludos Luís XV e Luís XVI das decorações, chamou um artista veneziano e mandou forrar de sedas do Adriático o quarto e o gabinete de trabalho. Wagner, para abafar o cheiro do tabaco, de que abusava, encharcava em perfume de rosas os aposentos em que vivia. As Musas tinham então olfactos especiais. Tenho a impressão de que, com o tempo e as rimas, os perderam — e agora cheiram como nós.

Todas as manhãs, o autor do «Oiro do Reno» e do «Tannhäuser» percorria a pé as ruas e os canais de Veneza. Um gondoleiro de nome Luigi Trevisano, que tinha uma vasta genealogia poética, pois um seu irmão fora gondoleiro de Byron, conduzia-o lentamente, quando havia sol, até San Giorgio ou, às vezes, até San Lazaro. Wagner amava esses passeios sem ruído sobre o lençol verde e opaco das águas dormentes e, invariàvelmente, antes de regressar ao Palácio Calergi, descia na Praça de S. Marcos e parava na pastelaria «Lavenna», onde George Sand abarrotara, pouco tempo antes, de pastéis e chocolate o lirismo de Musset.

Mas era, sobretudo, às noites que o génio dos «Nibelungos» celebrava os seus esponsais de oiro com Veneza. O signo do Amor e da Morte, que foi sempre a alma de Veneza, exerceu inalteràvelmente uma atracção singular sobre a inquietação e o tumulto do Poeta que dos mitos de Amor e da Morte fizera a inspiração e o fogo da sua obra. Quando as sombras desciam sobre o Grande Canal e o manto estrelado dos Doges cobria o Rialto e os mirtos dos jardins, Wagner inundava de luz a jorros os aposentos e os balcões do palácio — sentava-se ao piano

e tocava Bach, a quem ele chamava «o Júpiter da Música», e Cosima atacava uma melodia de Schubert. Byron deixara igualmente em Veneza a tradição desses festivais de luz.

Em Outubro veio Liszt. E as noites do Palácio Vendremin-Calergi tiveram um terceiro executante. Liszt evocava ao piano o cântico das «Walkirias»; Wagner tocava o «Oiro do Reno». Veneza, adormecida e a essa hora deserta, era embalada pelos ecos do mais extraordinário concerto, no mais extraordinário cenário musical do Mundo. O rapé, que era o vício do tempo, servia-se nos intervalos. Entre duas pitadas, Wagner lia Gœthe.

E assim, nesse começo do ano de 1883, se teciam de bronze e de mármore, de glória e de oiro, os últimos dias do maior escultor de tempestades, do mais universal povoador de florestas mitológicas, criador de deuses e de duendes, que a alma germânica deu ao lirismo humano. Parsifal veio entregar a Veneza a alma atormentada que durante toda a vida se alimentara de sublime como outros vivem de irreal e a maioria dos homens de pequenez e de incertezas. Veneza fora a pátria dos sortilégios e da volúpia de amar e de morrer. Wagner deixou Bayreuth, que ficara a pátria da

sua glória, para vir acolher-se a esse claustral refúgio de verdes e letais idílios.

Dois dias antes de morrer, findo o Carnaval veneziano, Wagner ordenou ao gondoleiro que o conduzisse à ilha dos Mortos, o novo cemitério de San Michele. No regresso, ele, que falava pouco, apenas disse:

— Em breve descansarei num lugar assim tranquilo.

Chegou o dia 13. Wagner nascera em 1813, e durante toda a vida fora perseguido por esse número fatídico. Em 13 de Janeiro, um mês antes, Liszt, que fora o seu maior amigo, deixara-o. O pintor Jonkonsky, que fez o seu último retrato, chegou às 13 horas. Wagner já não pôde almoçar. Sentia-se mal. Chamou a mulher e um médico. Momentos depois o titânico coração deixara de bater. O pequeno canapé em que o corpo do Poeta caiu para sempre ainda hoje se mostra no museu de Bayreuth.

O ESTILO E A VIDA

Quando se olha o desordenado panorama do nosso tempo, uma realidade salta à vista, com seu cortejo de perspectivas e de consequências, em todos os domínios da vida. A nossa época é uma época «sem estilo». E este facto explica muitos dos mais característicos aspectos da imensa crise de espírito e de consciência que o atormentado Mundo do nosso século vive.

É claro que a palavra «estilo» tem de ser tomada, não apenas no seu restrito sentido duma forma de expressão literária ou artística, mas no significado mais lato de ritmo, de disciplina de ideias e homogeneidade de cultura — de concepção de espírito e de existência.

Um crítico escreveu: «O romantismo é uma solidão, orgulhosa ou resignada. O romantismo é a morte do estilo.» O século XX herdou a dispersão doutrinária, a desordem de consciên-

cia, o tumulto social, a inquietação moral, o individualismo político e estético do século XIX. O nosso século herdou o pior do romantismo. A democratização da influência, o desnivelamento do poder, o materialismo, a ascensão das massas, o desequilíbrio produzido pelo tremor de terra de duas guerras destruíram todas as formas de solidariedade espiritual. O estilo é uma dessas formas. Uma época que não criou um estilo estético não criou uma idealização da vida. O estilo é uma — e a mais vasta — manifestação de sociabilidade espiritual.

O que se chama estilo moderno é, na arquitectura como na arte em geral, a anarquia ou a sobreposição de linguagens, em que a procura do «diverso», muito mais do que da originalidade, domina a inspiração. Na arte da palavra, que é a literatura, chega-se a proclamar, como virtude literária, o desprezo do estilo que é a negligência da forma, soberana condição da expressão. A vida estética, o gosto, a maneira de viver são influenciados directamente pelo critério utilitário, pela poupança do espaço, pela imposição do conforto. As casas constroem-se com o único sentido de acumulação material e de economia. Os nossos móveis obe-

decem sobretudo à ideia da comodidade. As grandes cidades crescem sem ritmo, sem harmonia, numa justaposição de estilos, de desproporção de alturas e de linhas. A nossa época não imprimiu a sua marca a nenhuma expressão moral ou artística.

O velho e consagrado conceito «o estilo é o homem» encerra, no seu tímido paradoxo, uma verdade. Há um estilo de «vida humana», nos homens como nos povos. Houve no meado do século passado um estilo de vida inglês que se foi perdendo. A França da grande época, a França do século XVIII, criou um estilo político, social e literário. Tudo se abastardou, num nivelamento de vida por baixo, que é, ao passo que a vida material sobe de escala, a característica moral do nosso tempo.

A América deu-nos, na nossa época, a autêntica Babel dos estilos — quer dizer, a mecanização das formas, a simplificação e, ao mesmo tempo, a confusão, a mistura de todas as expressões, o abuso do colossal, o «novo-riquismo» do gosto, o reinado da truculência, do efémero, do fácil, do volume, da extravagância publicitária. A democratização do estilo é a perda do estilo — que é, essencialmente, qua-

lidade. Uma civilização fundada no acesso da quantidade, do número, da velocidade é, por força, uma civilização sem estilo.

*

O estilo é uma medida. Supõe uma homogeneidade. O gótico, o romântico, o barroco são não apenas interpretações exteriores da Natureza ou da Arte, mas formas de pensar e instrumentos de criação. A liberdade da inspiração não exclui o estilo.

Sob o aspecto da desordem estética, que é uma das manifestações da desordem moral e espiritual da nossa época, o exemplo frisante da ausência duma «marca» de concepção na civilização do nosso tempo dá-a a arquitectura, que pode ter fundado perspectivas novas, mas que não criou, neste século, uma tradição nem uma personalidade. A ideia da rapidez, a aglomeração, a necessidade do aproveitamento do tempo e da dimensão, a vocação física dos hábitos modernos, a promiscuidade deram-nos os «arranha-céus», a construção em série, a uniformidade angulosa do urbanismo actual. Anda tudo pelo Mundo aos berros — as ideias, as pessoas, as cores, as casas. E o silêncio é uma

forma de estilo. A harmonia foi substituída pela extravagância. As cidades como os homens, a sociedade como as camisas, a arte como o pensamento — anda tudo com a fralda de fora.

Esta cacofonia arquitectónica, símbolo da nossa idade, é uma reprodução da cacofonia política, um símbolo do gosto literário e artístico. Em literatura, arvorou-se o jeito de «escrever mal» como um pergaminho de superioridade, esquecendo-se que a arte é forma — nunca foi e nunca será senão forma. Erigiu-se em modelo a cacofonia científica, a cultura em série, a obscuridade da palavra. O caso especial do génio de Picasso criou uma escola — a picassofilia —, mas não criou um estilo.

Sobretudo, o que desapareceu no ambiente da criação moderna foi o amor. Um escritor disse, com razão: pode amar-se, como uma intimidade, uma cómoda, uma cadeira, um «interior» de outras eras. Um lampadário Império, uma mesa Luís XV podem ser amados. Ninguém ama um frigorífico ou uma lâmpada eléctrica. O Amor tem as suas exigências de tempo.

As três portas do Baptistério de Florença levaram, uma, seis; outra, vinte e um, e a ter-

ceira, vinte e sete anos a construir. Nelas trabalharam dezenas de artistas. Nos períodos doirados marcados por um estilo de construção ou de mobiliário, uma catedral, um palácio ou uma mesa Luís XV levavam anos de paciência a afeiçoar, a realizar ou a decorar. O que se cria, constrói ou arranja à pressa nunca pode ser um motivo de amor, porque não recebe o sopro divino duma alma.

Numa época sem estilo, numa arte sem estilo, tudo passa a correr. O imenso desacordo do nosso tempo é o produto duma civilização que perdeu o estilo de vida. Por seu lado, a literatura é a arte da palavra e nunca pode ser a arte do esgar verbal, dos pinchos da linguagem — dessa espécie de arena de fenómenos em que tendem a transformar-se a imagem e a expressão literárias, como a acrobacia política, a filosofia, a própria arte de viver.

O DESPERTADOR DE MARINETTI

ROMA comemorou ùltimamente o cinquentenário da publicação no «Figaro», de Paris, do célebre «Manifesto Futurista» de Marinetti. Uma exposição no Palácio Barberini reuniu os cartazes, os panfletos, os quadros, as caricaturas, as composições musicais e até os tambores, os pífaros, todo o material de ruído e fúria que constituiu o texto, a escola, o arsenal, a propaganda da famosa e original acção literária, artística e sonora do chefe do «futurismo» — contra o que ele chamava «a narcose do passadismo».

«A Literatura dignificou até agora a imobilidade do pensamento, o êxtase e o sono — proclamava o novo chefe. — Nós vamos exaltar o movimento agressivo, a insónia febril, o passo ginástico, a bofetada, o murro.» «A Poesia — acrescentava — deve ser um assalto vio-

lento a todas as forças desconhecidas para as obrigar a prostrarem-se diante do homem.» Era preciso reformar a música, e gritava: «Abaixo os velhos instrumentos! Viva o Barulho!»

E Marinetti concluía, inflamado: «É preciso destruir a sintaxe, só empregar os verbos no infinito e abolir o adjectivo e o advérbio. Basta de pontuação! Viva a fealdade! Morra a solenidade! É preciso matar a inteligência. É preciso preparar a criação do homem mecânico, dividido em partes substituíveis e sobresselentes. Assim o livraremos da ideia da morte e portanto da própria morte!»

A repercussão da singularidade, do paradoxo e da excentricidade desta proclamação literária, coroada desde logo pela universalidade e pelo génio de tudo quanto, artìsticamente, é audacioso e novo no espírito de Paris, deu em vinte e quatro horas a celebridade ao rebelde italiano que se propunha acabar com os loiros do Janículo e as noites de luar! A um amigo que o interrogava: «Sinceramente, o que pensas tu do que dizes?», Marinetti respondeu:

—Já perguntaste ao despertador o que ele

pensa da campainha? O que importa é acordar os que dormem. É o meu caso.

E foi.

*

É preciso reconhecer que, de vez em quando, é necessário, no mundo, dar um safanão «aos que dormem». Há cinquenta anos havia, na verdade, muitas ideias, muitas convenções, muitas fórmulas que dormiam a sono solto. E ressonavam. Marinetti teve o mérito de as sacudir, de as beliscar, de as irritar, o que também é preciso. E pelas vidraças quebradas, à mistura com a zaragata das fanfarras e do disparate, do exagero, das flautas e das fífias, entrou uma lufada de ar fresco.

O futurismo foi um acto de mocidade. As épocas também têm a sua arteriosclerose. Daquela sangria literária, que conquistou uma geração, resultou um vasto movimento renovador de arte que teve, na sua continuidade e evolução, vários nomes em «ismo», que fez espirrar muita gente, que remoçou muita banalidade e que foi o pai e a mãe de todos os Dalis, de todos os existencialismos, de todas as alergias à gramática e ao bom senso que ainda hoje campeiam pelo arraial do mundo.

Marinetti foi o incontestável patriarca da sacudidela que, há cinquenta anos, abalou os lugares-comuns da rotina e do velho conformismo. Os exageros são úteis à inteligência e ao gosto: arrasam cânones estafados, agitam letargias, limpam poeiras. São como pés-de-vento. Porque de toda a obra de Marinetti ficaram apenas — os discípulos. E algumas caricaturas.

*

Como o excelso Picasso, como, ainda hoje, Paul Sartre, como a maioria dos estrabólicos fazedores de absurdos e de monstros, Marinetti, mestre da extravagância, foi na vida um excelente, regrado e gramatical burguês. Filho de um riquíssimo industrial italiano e de uma mãe inglesa, o chefe do futurismo não tinha, física nem intelectualmente, nada de futurista. Correcto, um pouco «dandy» à moda britânica que devia ter herdado da mãe, nada na sua aparência ou na sua conduta real na vida denotava impertinência, obscuridade ou desproporção. Só não usava sintaxe na literatura. Fora do estilo literário, era um homem elegante, primorosamente educado, fundamentalmente sensato e equilibrado.

Nunca foi boémio, nem mesmo nas noitadas de Paris. Umas vezes amigo, outras adversário de D'Annunzio, foi sempre dedicado e fiel a Mussolini, sobre quem teve uma inegável influência. Era fascista — dos puros. E quando Mussolini, que intelectualmente se iniciara no futurismo marinettiano, fundou a base da sua política nas grandes linhas imperiais de Roma e na forte ressurreição das grandes tradições italianas, Marinetti seguiu sempre o cortejo do novo César. O seu iconoclastismo era puramente estético e publicitário.

Ao contrário do desordenado e imprevisto Bragaglia, Marinetti nunca desdenhou as honras mundanas, nem as vaidades convencionais. Aparecia em todas as cerimónias do regime. E era a única pessoa diante de quem Mussolini, nos seus tempos imperiais — o imperador Mussolini, quando Vítor Manuel era apenas o rei —, sempre que o encontrava, parava a conversar. Tratavam-se por tu.

— *Buon giorno, Tommaso.*

— *Buon giorno, Benito.*

Marinetti conhecia, como poucos, a vida íntima e pessoal do Duce. Uma tarde, em que almoçou comigo na nossa Legação em Roma — falámos desse passado (os futuristas tam-

bém têm passado, como os outros) e interroguei-o acerca da sua velha camaradagem e do início das suas relações com Mussolini.

— A nossa intimidade data de Milão. Mussolini era socialista e revolucionário. Encontrávamo-nos todas as noites numa cervejaria perto do Duomo. Éramos uns quatro. Discutia-se literatura, Maquiavel, Dante, Arte e a política do tempo. Um dos infalíveis companheiros dessas noitadas milanesas era um pobre diabo, que, não sei porquê, fazia parte do grupo e que tinha a mania da recapitulação. Todas as noites recapitulava o que se dissera na véspera. Todos nós nos distraíamos ou mudávamos de conversa. Havia um único que, de cotovelos fincados na mesa — com aquela resistência à estopada que tem de ser um dos dons do verdadeiro condutor político e que o futuro chefe da Itália já nessa época possuía —, escutava, escutava, sem pestanejar. Era Mussolini. A sua curiosidade intelectual tinha sofreguidões inesperadas e insaciáveis. Separávamo-nos de madrugada. Esta camaradagem durou anos. Mas o mistério de que Mussolini sempre gostou de cercar a sua existência particular já existia. Nenhum de nós soube nunca onde ele morava. Não sabíamos sequer se era

solteiro, casado ou viúvo ou com quem vivia. Nunca falava de sentimentos, nem de projectos. Era hermético.

Uma outra vez que jantámos juntos — Marinetti, Lúcio d'Ambra, dois ou três amigos mais e eu — num hotel da Via Veneto, a discussão, à sobremesa, animou-se. Nesse período, as relações da Itália com a França eram tensas. Mussolini, dias antes, tinha pronunciado, da varanda do Palácio Veneza, um discurso inflamado. O fascismo cultivava o cheiro da pólvora. «Sabóia italiana, Nice italiano!» era um dos «slogans» do regime. O ardor guerreiro contagiara-se aos convivas, entre os quais eu era o único estrangeiro. Foi então, no meio da profusão dos tropos e das invectivas bélicas, que Marinetti pronunciou esta frase lapidar, cheia de bom senso político:

— O que nós, Italianos, precisamos é de dar ao mundo a ideia de que somos bastante doidos para fazer a guerra — e termos bastante juízo para nunca a fazer.

Esse homem que fez tanto burburinho e que era, no íntimo, uma das criaturas menos efervescentes e mais realistas que conheci e de quem fui amigo acabou na Academia, onde acabam sempre os iconoclastas — de uniforme.

Mas foi um despertador. Isso foi — e ainda hoje a campainha toca e ele, que dormiu sempre perfeitamente, alvoroça, com os pífaros da gramática e as cacofonias que legou aos discípulos, impedindo-a de dormir, muita gente temente a Deus, ao Lugar-Comum, a Nossa Senhora da Harmonia, à sagrada ordem e benfazeja imortalidade do Sujeito, Verbo e Atributo.

Lá do outro mundo, desconfio de que ainda hoje se ri de nós. Os erros da sintaxe, os concertos de panelas de lata e os rabiscos de cores à paisana, a fingir desenho, deixou-os cá — para os outros.

MANHÃ DE ARROMANCHES

ENQUANTO naquela madrugada de Junho de 1944 a planície normanda estremecia sob o voo dos aviões e as baterias aliadas varriam a praia, na estrada de Bayeux, a três ou quatro quilómetros de Arromanches, numa modesta casa de campo, escondida entre pomares e searas verdes, desenrolava-se um simbólico e rápido drama que, como tantos outros de heroísmo anónimo, as crónicas do tempo não registaram — pequeno demais para entrar na História. Ele é, no entanto, bastante belo para ser narrado.

A casa era habitada por um casal e uma filha de doze ou catorze anos. Acordado pelo violento canhoneio que começara às três da manhã, o pai, prevenido pela rádio e pressentindo o que acontecia, tinha saltado da cama, fora buscar a um esconderijo da mansarda a pequena metralhadora que semanas antes lhe

havia sido distribuída e saíra ràpidamente a ocupar o posto que o grupo da «Resistência» local lhe marcara.

A mãe, inquieta, seguiu-o, de longe, até à beira do atalho de onde se avistava, luzindo no crepúsculo matinal, o céu cortado pelo fogo das esquadrilhas que bombardeavam a praia, enquanto o primeiro enxame negro de barcos carregados de soldados, sobre o mar encapelado, se aproximava da terra, sulcada pelo rasto dos faróis.

No seu leito, do outro lado da janela, a pequena ficara só. Os pais supunham-na adormecida. Mas o ruído infernal das bombas e dos motores tinha-a acordado também. Lentamente, encostada à parede, aproximara-se da vidraça. Quatro anos de alertas e de guerra haviam-na habituado à curiosidade do perigo. O que se passaria na noite que se estendia para além da estrada e do mar? Vagamente, ela também ouvira falar do desembarque. O seu pequeno coração adivinhava.

De súbito, seus olhos infantis descortinaram no ar, a alguns metros de distância, a curva de um pára-quedas e um vulto escuro que caíra, descido das nuvens, sobre o solo. As primeiras claridades rasgavam as sombras.

Sem um grito, sem um estremecimento de medo, ela viu, de longe, o homem rastejar um momento, erguer-se, abaixar-se entre as ervas altas, sob os velhos castanheiros. Dois meses antes, dois soldados, caídos igualmente do céu, enquanto um avião cortava em sombra o espaço, tinham vindo bater à porta da casa e, escondidos pelo pai, no rés-do-chão, tinham passado em baixo o resto da noite. De manhã partiram, sem que ela os voltasse a ver. O pai dissera, entre dentes, que eram franceses que vinham defender a França.

O vulto, oculto agora entre os troncos espessos e a rede das folhas, avançava em direcção à casa. Ela via-o aproximar-se, todo dobrado. Estava talvez ferido. Pensou em correr à porta, ir ao seu encontro. Uma bomba explodiu, vermelha, num estampido rouco e prolongado, como se as entranhas da terra se rasgassem do lado do mar. A manhã agora ia nascer, sob uma tempestade de aço e de fogo. E a mãe não voltava. O pai, como tantos outros pais de tantas crianças sem abrigo, batia-se àquela hora, morria talvez nalguma emboscada da noite.

Foi então que um ruído seco de areia pisada, vindo da outra extremidade da casa, lhe fez voltar a cabeça, por trás dos vidros. Muito de

manso, sem ruído, abriu a janela e procurou debruçar-se nas trevas. Dois outros homens armados, cosidos ao muro, caminhavam, olhando em volta. Tinham as caras enegrecidas, as mãos crispadas. Espreitavam e avançavam devagar, na direcção daquele vulto descido das nuvens que se escondera no outro lado. Não havia dúvida: eram alemães. E a pequena sabia, pela longa experiência de quatro anos de guerra, o que essas palavras queriam dizer. Mais uns passos—e a patrulha alemã encontraria o homem desprevenido (ela adivinhava que era um francês, como os outros de há dois meses) que se refugiara a alguns metros.

O que se passou então no coração daquela francesa de cinco palmos, escondida numa janela daquele canto ignorado da Normandia? Num movimento brusco, ela deu um salto para fora do quarto, correu à mansarda aonde tantas vezes de noite vira subir o pai. Abriu de repente um postigo que dava sobre o telhado, procurou num relance um objecto, uma toalha, qualquer coisa que pudesse servir de sinal de alarme.

Era necessário prevenir aquele francês «que vinha defender a França», que caminhava ao encontro da traição e da morte. Não hesitou.

Encostada à parede havia uma bandeira enrolada. Desenrolou-a, num relâmpago, saltou sobre o tecto da casa e, agitando num frenesi infantil a chama tricolor, gritou, voltada para o lado onde o homem despenhado das nuvens avançava lentamente: «Atenção! Os alemães!»

Ouviu-se apenas, vinda de baixo, uma rajada de tiros. A bandeira que flutuara um minuto caiu, desamparada, com o pequeno corpo que a erguera. E uma voz infantil murmurou, num soluço que não chegara a ser um estertor: «Viva a França!»

Àquela hora, na praia de Arromanches, o primeiro contingente francês desembarcava. Pela boca de uma criança — símbolo da manhã da França — a terra da pátria gritava a sua ressurreição.

PIRANDELLO E D'ANNUNZIO

CONHECI muito bem em Roma Pirandello, na época, porventura a melhor da sua vida, à volta de 1930. Ele devia ter nessa data sessenta e três anos. Estava em plena celebridade italiana, e digo italiana porque a glória do autor de «A Cada Um Sua Verdade» veio-lhe, sobretudo, de França. A Itália confirmou, depois de Paris, a triunfal notoriedade do Mestre, mas o certo é que, antes da verdadeira apoteose que «Seis Personagens em Busca de Autor» encontrara em Paris, Pirandello era sobretudo conhecido e admirado em Itália como novelista. Depois, dentro do seu próprio país, veio-lhe, no grande público, a definitiva consagração dramática, que até essa data fora apenas a de um restrito grupo de discípulos e de um teatro considerado de vanguarda.

3

Na época em que conheci Pirandello, que algumas vezes veio almoçar a minha casa, o dramaturgo, que então, com o internamento de sua mulher numa casa de saúde, resolvera um doloroso e prolongado problema familiar, instalara, em plena celebridade, na sua vida, sempre retirada e obscura, a dedicação e a amorosa companhia de Marta Abba, a actriz, sua melhor intérprete, que consagrou toda a sua existência e um culto exclusivo ao teatro pirandelliano e que se tornara, para o escritor, uma intimidade inseparável. Dizia-se em Roma que se tratava de um amor platónico, de uma espécie de casamento branco e exclusivamente artístico. O que era certo é que Marta Abba se transformara, se a imagem me é permitida, numa verdadeira expressão exterior de Pirandello. Falava por ele, resolvia por ele, quase respirava por ele. Tratava-o sempre, em todas as circunstâncias, por «Maestro», na terceira pessoa.

—O «Maestro» não gosta de ervilhas.

E as ervilhas ficavam definitivamente banidas da face da Terra.

—O «Maestro» gostou muito deste livro.

E o livro estava adoptado, como se sobre ele

tivesse recaído um voto do Santíssimo Sacramento.

Pirandello era a imagem da sua obra. Creio mesmo que nunca conheci, entre um escritor e o clima dos seus livros, uma tão flagrante, total, penetrante identificação. Falava sempre baixo, tinha o ar apagado, fechado e nebuloso duma personagem das suas peças. A sua própria voz andava em bicos de pés. Vendo-o, tinha-se a impressão, não das suas famosas «seis personagens à procura de autor», mas, especìficamente, de uma boa dúzia delas à volta de Pirandello. Entre nós e Pirandello, quando conversávamos, havia sempre um interlocutor invisível—ele próprio. Tanto tudo nele era subjectivo, desdobramento, pirandellismo. Se não fosse Marta, que era a única pessoa que nele estava verdadeiramente acordada, qualquer coisa de sonâmbulo haveria no seu convívio. Tinha-se a impressão de que as personagens dos seus dramas, à força de o procurarem, haviam acabado por o encontrar e tinham tomado conta dele.

O caso de D'Annunzio era diferente. Seria difícil encontrar duas pessoas oferecendo um tão agressivo antagonismo. António Pedro disse-nos que o autor de «Il Fu Mattia Pascal»

detestava literàriamente o poeta do «São Sebastião» e da «Figlia d'Ioro». É natural. Tudo o que num era exibição, génio de exuberância, artifício verbal, «panache» lírico e atitudes, era, no outro, sombra, pudor poético, penumbra e vida interior. De comum, havia entre o homem dos Abruzos que era D'Annunzio e o siciliano apenas a barbicha, ligeiramente mefistofélica, mas que era uma espécie de efígie capilar da literatura da época.

A cara rapada, à romana, imperial e em prosa, foi popularizada, como atributo de grandeza italiana, por Mussolini e depois impàvidamente seguida nas musas e na política. E ficou a única coisa do fascismo que hoje é antifascista.

Mas se um, o poeta faustoso da «Nave», o romancista veneziano do «Fogo», era profunda, molecularmente, empolgantemente italiano, Pirandello dir-se-ia um escritor nórdico, nascido numa manhã de nevoeiro na Sicília. É certo que há, por vezes, na sua obra, sobretudo de novelista, um certo clima mediterrâneo, ainda assim muito mais helénico do que peninsular, mas nada nele respira ou traduz aquele gosto pela palavra e pela cor que está sempre no fundo da alma italiana. Quando o

Governo o condecorou, Marinetti, para o irritar, chamava-lhe, rindo, «il commendatore Pirandello». Mas nada nessa laracha de café exprimia uma ponta da realidade ou de deformação literária. Pirandello era o menos convencional dos homens. Na própria técnica das suas obras teatrais a inevitável convenção cénica é sempre reduzida ao mínimo.

Nas vizinhanças de 1930, a celebridade de Pirandello, discreta e a que apenas Marta Abba parecia ligar importância, estava no auge. Quatro anos depois recebia o Prémio Nobel. A glória de D'Annunzio, espécie de imperador do Vittoriale, que passava pelo lago de Garda os seus penachos de almirante — a glória romana de D'Annunzio, essa, muito mais política do que literária, entrara em franco declínio. De resto, Roma, a de ontem, a dessa época, como a de hoje, nunca foi muito sensível ao prestígio literário. As cidades literárias de Itália são Bolonha ou Florença. A grande e imorredoura tradição romana é a da glória da Arte Plástica. Os círculos da celebridade e da boémia da Via Veneto e do Pincio são, sobretudo, consagrados ao génio plástico e aos manes de Miguel-Ângelo e de Bernini.

Os escritores são os parentes pobres da imortalidade romana. Ninguém se voltava na rua para ver passar Pirandello ou Bragaglia. E mesmo D'Annunzio, se teve, no seu tempo, a sua corte romana, deveu-a muito mais à sua fantasia política, às suas excentricidades mundanas, aos imprevistos e à sumptuosidade do seu talento publicitário, àquele seu ar negligente de tratar por tu Dante e os Médicis—do que pròpriamente ao seu prestígio literário, que era muito mais de uso externo do que nacional. Ainda hoje se vendem em França os livros de D'Annunzio. Um inquérito recente mostrou que D'Annunzio é um escritor citado, mas esquecido em Itália.

O Tempo, que tem suas leis de justiça, que só ele conhece, traça, sem remédio, os destinos da História e condena, distribui e vai reduzindo, sòzinho e omnipotente, as dimensões das memórias humanas. É certo que o ruído que, num dado momento, fez no Mundo a impetuosa glória de D'Annunzio—muito mais no resto do Mundo do que na própria Itália—e a figura e a obra de Pirandello seguem, cada uma pelo seu lado, silenciosamente, sem os louros do Janículo, a sua admirável caminhada. Mas há, na verdade, na história do

Teatro, um «antes» e um «após» Pirandello. E é essa a grande marca da imortalidade de um espírito. É a verdadeira, a maior posteridade.

Pirandello é hoje um clássico do teatro italiano, do teatro moderno. Os únicos inimigos da forte personalidade desse homem profundamente original, que criou um universo seu e encontrou uma expressão nova aos títeres humanos, os únicos verdadeiros inimigos que lhe conheço são, salvo seja — os «pirandellinhos». E, às vezes, também os «pirandellíssimos».

A CANÇÃO DAS VIOLETAS

MAIO. O dia está lindo e convida-nos a pensar vinte e quatro horas sem tristezas. Nem só de desordens vive o homem. Falemos um pouco do passado — e de flores.

Li há dias nos jornais um nome, apagado pelo tempo e que me despertou um sem-número de recordações — o de Raquel Meller, canconetista espanhola que, num dado momento, gozou de notoriedade europeia, ligada à história sentimental e talvez política duma época e que parece ter acabado, verdadeira sepultada viva, num recolhimento de Barcelona. Há muita gente célebre por uma obra literária ou artística, por uma descoberta científica, grandes na ciência, na arte, na política, escritores, sábios, estadistas, heróis, figuras do pensamento, da sensibilidade e da emoção, criadores de acção ou de história.

Raquel Meller foi célebre exclusivamente por uma canção. Uma só e que não levava mais de dez minutos a cantar. Mas isso bastou para que, no fim de quase meio século, aos setenta e tal anos, ainda se lembrem dela. Raquel Meller foi um rouxinol—de um só canto. A sua canção chamou-se «La Violetera».

Uma tarde, pelos anos de 1918 ou 19, encontrei, no «hall» de um grande hotel de Madrid, Blasco Ibañez, de quem era amigo, acompanhado por um homem alto, dom-juanesco, fino, muito mais parisiense do que espanhol, e por uma mulher de grandes olhos brilhantes, busto de estátua, singularmente bela. O romancista apresentou-mos:

—Gomez Carrillo. Raquel Meller.

Carrillo, jornalista e cronista espanhol, colaborador de jornais de Paris e da Argentina, gozava já nesse momento de um certo prestígio em França e na América. Tinha acabado ou tocava o seu termo a guerra de 14. Estávamos ainda, no entanto, em plena euforia da neutralidade espanhola. Como Blasco Ibañez, antialemão, Carrillo era conhecido pela sua activa francofilia. Raquel Meller acabava de aparecer nos palcos de Madrid.

Conversámos os três uns minutos. E digo os

três, em estilo figurado, porque Raquel Meller, hierática, luminosa, duma frieza resplandecente de mármore, era muda. Não lhe ouvi a voz. Pareceu-me uma espécie de Cármen — sem Andaluzia, sem D. José, sem cravos, sem alegria e sem toiros. Pouco lhe ficava de espanhola.

Algum tempo depois, levada pelo amor e pela influência de Gomez Carrillo, Raquel Meller tomava de assalto Paris. Aparecia, cintilante, no palco dum «music-hall», vestida à sevilhana sem Sevilha, realmente linda, aproximava-se da ribalta com um cesto de violetas no braço e, enquanto lançava ramos para a plateia, cantava, sorrindo, «La Violetera». Era um êxito. Paris tem destas «coqueluches». Apaixona-se um dia pelo cinto de bananas de Josefina Baker; noutro dia, pelas pernas de Marlène Dietrich ou pelos murros de Eddie Constantine — e numa semana expede esses atributos nacionalizados para o Mundo inteiro, luzidios, aclamados, gloriosos, consagrados como as melhores bananas, as melhores pernas, os melhores murros do Mundo.

Estou a ver Raquel com a sua leve mantilha de seda negra, uma rosa no cabelo preto, o rosto longo e pálido, dois olhos que tentavam

falar e, sobretudo, uma boca de Botticelli que cantava. E a minha muda do hotel de Madrid transformara-se numa Musa de Paris. A França sangrava de mil feridas. O heroísmo de Verdun deslumbrava ainda a Europa. E, pela voz duma cançonetista catalã, os «boulevards» entoavam, em coro, «La Violetera». Raquel Meller era a Espanha traduzida — e os Franceses gostaram sempre que lhes traduzissem a glória. Gostam da Espanha, da América, da Inglaterra, de Portugal ou da Suécia — à francesa, como as ervilhas.

Meller cantou «La Violetera», atirou violetas para a sala — e não cantou nem atirou mais nada que se visse. Mas, enquanto a actriz, pouco tempo depois, desaparecia, a canção ficava. E para mim ficou a imagem daqueles olhos dum fogo distante entre cinzas e, sobretudo, a visão daquelas mãos aladas, imateriais, que pareciam borboletas a queimar-se à luz, e, enquanto os acordes daquela voz pequena, de jardim, espalhavam flores, as violetas e os violinos cantavam, floriam e desfolhavam-se. E toda a cena surgia como um roxo canteiro, onde as mãos divinas, as mãos musicais e aéreas da cantora pareciam asas palpitantes de imensas borboletas brancas.



Pouco depois a celebridade de Raquel Meller desfolhava-se como as suas violetas. Legou a Paris uma canção que todas as cançonetistas do Mundo retomariam mais tarde. Constou que regressara a Espanha. E era certo. Um drama, porém, ia surgir e voltar a fazer falar da actriz de um dia, mas desta vez sem violinos. Foi a tragédia de Mata-Hari, a célebre dançarina espia fuzilada pelos Franceses.

Lenda ou realidade, criou-se a história dos novos amores de Gomez Carrillo e de Mata-Hari. O cronista apaixonara-se pela famosa bailarina oriental, ao serviço dos Alemães, e esquecera Raquel. Uma noite, Mata-Hari, refugiada com Gomez Carrillo em San Sebastian, ao tentar atravessar a fronteira de Hendaia, foi presa e, em seguida, julgada sumàriamente e executada. Disse-se então que a prisão se fizera em virtude duma denúncia de Raquel Meller, que quisera vingar-se da rival.

Os episódios dos últimos dias de Mata-Hari, que já deram vários romances e filmes, são conhecidos. Essa mulher fatal devia ter sortilégios estranhos. O seu advogado, que pela sua

absolvição e pelo seu indulto se batera com exaltação, loucamente amoroso da cliente, entrou para um mosteiro francês. Carrillo mexeu o Mundo inteiro para salvar a bailarina. A seu pedido, parece, o rei Afonso XIII escreveu ao presidente Poincaré. Mas Clemenceau foi inflexível. Mata-Hari morreu varada de balas, numa cinzenta madrugada de Vincennes.

Movida pela vocação, por um drama íntimo, pelo remorso porventura, Raquel Meller recolheu-se também a um convento. Ninguém mais a viu. Gomez Carrillo morria algum tempo depois. O drama de «La Violetera» ficou mergulhado no silêncio de um claustro. E, como a voz dum espectro, vinda já do outro Mundo, apareceu nas emissoras e na imprensa, a notícia de que a antiga cançonetista, que pusera em música as violetas, estava a morrer num recolhimento de Barcelona.

E eu penso na Musa muda que eu conheci em Madrid e na melodia daquelas mãos irreais que pareciam asas de borboletas nas noites de Paris e cujo branco e talvez trágico segredo ficará para sempre sepultado nas pétalas desfolhadas duma canção.

CENTENÁRIO DE UM SORRISO

Entre tantas comemorações de que o nosso tempo é fértil, uma se celebra durante o mês de Maio que tem singular e inédito significado: o centenário dum lírico episódio da vida e duma rescendente criação literária. Há setecentos anos que na velha Florença nasceu Beatriz, que, numa tarde de Primavera, passou por uma ponte sobre o Arno, viveu vinte e quatro anos e inspirou Dante. Apenas porque lhe sorriu o adolescente amor dum grande poeta — ficou imortal. E sete séculos deram-lhe, no lirismo humano, um trono cujo resplendor nenhuma rainha e poucas figuras da História igualaram.

Nasceu numa Primavera e morreu noutra. Era filha dum burguês toscano, Falco Portinari. Chamavam-lhe «Bice», diminutivo familiar de Beatriz; casou aos vinte anos com um obscuro florentino, Simone del Bardi. E mor-

reu certamente sem ter nunca sabido que Dante a amara, nem ter podido prever que iria figurar nas páginas do mais célebre poema da História — «A Divina Comédia».

Estranho paradoxo o da Imortalidade. Esta inocente criatura não deu por nada. Não se apercebeu de que era amada, nunca soube provàvelmente que inspirara um grande poeta; limitou-se, como uma flor, a existir e a ser graciosa e bela. E há setecentos anos que perfuma os corações do Mundo. É este facto insólito — mais do que uma efémera e quase inexistente realidade, mais ainda do que uma radiosa e pálida imagem —, é este facto insólito que é digno de ser comemorado, à imensa distância que o separa de nós.

Há memórias assim, que ficam. O próprio génio de Dante é hoje mais uma data do que uma longínqua presença. Voltaire costumava dizer: «Dante faz parte de todas as bibliotecas, mas a sua reputação provém sobretudo de que ninguém o lê.» Há génios que se tornam mitos e vivem disso. Beatriz é imortal porque não viveu. Se tivesse vivido, já há muito estaria esquecida. A Vida também pode celebrar aquilo que a não tocou — pela razão simples de que a não corrompeu.



As grandes criações da Imaginação humana ultrapassam a glória das próprias grandes existências. Os Artistas não são apenas excelsos criadores de Vida. São também imortais criadores de Imortalidade. Essa será a sua suprema glória. Ofélia ou Hamlet são tão célebres e mais vivos do que Shakespeare. Quando ninguém já falar de Alexandre Dumas, ainda mãos piedosas irão florir no cemitério de Montmartre o túmulo de Margarida Gauthier, que ele criou. Quando os grandes poetas do Amor morrem, as suas ficções amorosas ficam. E esta radiosa sobrevivência do Espírito é talvez a mais bela homenagem que podemos prestar à Vida.

Parece que Dante conheceu Beatriz aos dez anos numa festa em Florença. Encontrou-a, mais tarde, poucas vezes e é duvidoso que lhe tenha falado. Seguiu-a de longe, como na tarde em que a viu em Santa Trinità, num encontro que um quadro célebre do pintor Holiday imortalizou. Depois, enquanto viveu, viu-a em êxtase e cantou-a em verso. Mas teve sempre a coragem e a delicadeza, que a Posteridade

lhe agradeceu, de nunca, nem nos seus arroubos literários, ter passado da fase contemplativa e lírica. Nunca a aflorou sequer com um rasto de pecado e fez gosto em perpetuar esse sagrado platonismo da paixão. Quando Beatriz lhe aparecia em sonhos, vinha sempre envolvida num manto de púrpura e trazia na mão um cofre em chamas que lhe mostrava, dizendo:

— Olha. É o teu coração.

E era. E assim ficou na literatura e na História. O coração duma Musa ou dum Poeta pode tomar um invólucro humano e resistir, palpitante, a setecentos anos de glória. Gabem-se disso, se podem, os Grandes da Terra! A Poesia tem privilégios que os outros privilégios desconhecem. Aquela imagem de olhos claros e cabelos loiros, como as figuras de Giotto ou de Fra Angélico, ao pôr os pequeninos pés, calçados de brocado, sobre as pedras duma ponte do Arno ficou mais célebre do que se tivesse ido à Lua ou andasse a nadar no ardente Espaço.

E hoje, numa época de sorno materialismo e ferozes angústias, ainda celebramos este olhar e este sorriso que têm sete séculos e ainda nos interessam e comovem. Ruíram impérios, de-

sabaram civilizações, o tempo devorou gerações e milhões de homens. E aquele olhar e aquele sorriso ainda lá estão, suspensos, vivos, sobre o rio melancólico e, sem que inscrição alguma os perpetue, ainda agora os que passam por aquele canto da paisagem de Florença apontam, com uma lágrima lamecha no olho, o sítio histórico: «Foi aqui que Dante viu Beatriz.» Setecentos anos depois ainda o estamos a dizer.

*

Creio que nenhuma expressão, alegoria ou exaltação sentimentais poderão ilustrar com mais realce a fecunda omnipotência da Arte. Depois de Deus, só a Arte cria vida. E assim o centenário duma Juventude que foi, de longe, amada por um Poeta e que ele celebrou em versos arrebatados e dolorosos:—«*Oggi fa l'anno che nel cielo saliste*» (Faz hoje um ano que ao céu subiste) —, o centenário duma pálida sombra que só a imaginação dum Poeta floriu e animou é, mais do que a comemoração dum episódio literário, a mais rendida homenagem que, simbòlicamente, possa prestar-se à Poesia.

Todos os Poetas do Mundo deveriam, em alegórica romagem de espírito, saudar a data

evocativa desta perenidade da obra da imaginação — que é a apoteose da criação literária. Só a Arte arranca ao nada o mármore da imortalidade e pode dar à existência esse sentido fluido do tempo que é a marca do nosso destino sobre a Terra. É a presença do Poeta, estatuário de nuvens, que dá à Vida a super-humanidade de que nós todos trazemos, ao nascer, num canto da alma, a dolorosa e a inconsciente aspiração.

Centenário, não duma obra ou dum grande homem, mas simples comemoração dum instante de poesia que passou, que mais bela apoteose do idealismo humano — desse idealismo que tantos negam, mas que é ainda, mesmo nas suas mais cândidas e idílicas formas, uma das maiores forças do mistério do Mundo?

No fundo de todos os amores humanos há, ignorada, repudiada ou mutilada, humilde e pequena chama que o vento ou a desilusão apagaram, uma Beatriz que atravessa uma ponte sobre o Arno. Sob essa ponte, o rio corre, o mesmo e sempre outro, há sete séculos. É como a Vida. Mas a imagem que, num minuto, nele se reflectiu ficou.

Porque um Poeta estava lá e a viu.

SINFONIA D'ANNUNZIANA

A cidade de Pescara celebrou o centenário de Gabriel D'Annunzio. Por intermédio do meu velho e ilustre amigo romano Eugénio Coselschi, presidente e animador da Commissione Internazionale per la Unità e la Università della Cultura, a municipalidade dessa linda terra deu-me a honra de me convidar para assistir às cerimónias, que tiveram a participação francesa e belga, do centenário do poeta glorioso da «Nave» e de «Figlia di Jorio».

D'Annunzio (seu nome literário, pois, por ironia da sorte, esse esteta e aristocrata chamava-se Caetano Raspagneta) estava, mesmo em Itália, um pouco esquecido. O seu génio, sobretudo sumptuoso, que enchera de sonoridade, de sensualismo, de esplendor pagão e de truculento lirismo uma época, envelhecera. As

mutações políticas da Itália tinham feito o resto.

D'Annunzio fora, sem dúvida, um dos precursores e o D'Artagnan do fascismo. Foi ele que se coroou a si próprio doge, em Fiúme, de que se apossara numa verdadeira aventura da Renascença; foi ele quem sonhou a célebre «Marcha sobre Roma» que Mussolini veio a realizar e marcou o início do domínio fascista. Voltou-se essa página, como tantas outras da mesma época, e, com ela, a sombra do cantor do irredentismo italiano.

D'Annunzio, cujo verbo inflamado galvanizara a Itália e fora, em 1915, o grande arauto da intervenção do seu país ao lado da França e da Inglaterra, alistara-se na aviação italiana e fizera, como aviador, a guerra. Foi ferido. O fascismo exilou-o, depois, règiamente, no «Vittoriale», nas margens do lago de Garda, perto de Verona. E esse foi o epílogo da sua vida heróica e teatral.

Ali, num dia em que teve um conflito com a Sociedade dos Autores, de Roma, mandou afixar, nas esquinas da cidade, uma proclamação declarando oficialmente a guerra aos seus consócios e assinou-a «Príncipe de Montenevoso», rútilo título com que Mussolini o decorara. Nos

jardins florentinos do palácio tinha um canhão que trouxera da frente militar e com o qual saudava, com as salvas do estilo, os visitantes que recebia. Ali viveu, como um Médicis, as suas últimas e egrégias horas, no musical amor de uma pianista que foi a sua última Musa. E nesse retiro doirado morreu aquele que desejara ser sepultado no Adriático, onde nascera.

Estranho e empolgante destino o desse Poeta que, eleito deputado no começo da sua auréola patriótica, se intitulou «o representante da Beleza» e conheceu todos os fulgores, todos os lances, todos os apogeus da celebridade literária. A cidade de Arcachon, para onde ele, num dado momento, emigrou, associou-se à apoteose, levando os louros da França às festas do centenário.



D'Annunzio era, de facto, mais do que um grande Poeta italiano, um excelso poeta latino. Em Paris, pela devoção de Rubinstein, representou-se o «Martírio de S. Sebastião». A França foi um dos palcos da sua glória. Fulgurante, megalómano, levemente impertinente, era das mais aclamadas figuras do seu tempo. Romancista, homem de teatro — a «Fi-

glia di Jorio» será sempre uma obra clássica da moderna dramaturgia italiana —, a sua figura encheu a crónica e o cenário de uma época.

Como a Rubinstein, a Duse amou-o até ao excesso. No romance «Il Fuoco» o romancista descreveu a paixão da grande trágica, já então no declínio do esplendor — e o seu idílio em Veneza. Aquela que fora o seu amor — «a das belas mãos», como ele a cantou — e sua magnífica intérprete, nunca lhe perdoou a piedade literária dessa descrição, bastante elegíaca.

O peregrino aventureiro, que possuía também a arte de esquecer, voou para outros amores e outras aventuras. A fama dos seus excessos sentimentais, do seu gosto pelo luxo, pela exibição, pelo heroísmo, completaram, na vida deste grande esbanjador de talento e de magnificência, o prestígio do Poeta que viveu, ele próprio, a sua agitada poesia.

E é essa poesia, embora a lenda romântica seja inseparável da sua celebridade, que foi celebrada em Pescara. Essa celebração constituiu uma justa reparação do olvido em que, de há vinte ou trinta anos para cá, mergulhara a sua memória. Foi justo o pensamento de dar à evocação do escritor da «Cidade Morta» e da «Gioconda» a repercussão de uma homenagem

ultrapassando as fronteiras nacionais. Aclamando D'Annunzio, aclama-se uma grande Sombra do génio ocidental, inseparável da imortalidade da Itália.

E alguma coisa mais se exalta, a cuja expressão todos nós, os Latinos, teremos de ser fiéis. Exalta-se essa virtude da Grandeza que Roma legou ao Mundo — e que D'Annunzio cantou em poemas ardentes e exaltou em gestas magníficas, de que fez o instrumento perdulário da sua arte e da sua vida, e cujo «panache», o seu talento criador de ritmos, de fascinação, de quimera, serviu com o fausto de uma maravilhosa e transbordante fantasia e de uma resplandecente inspiração lírica e romântica.

*

Foi talvez só um génio verbal, como foi Hugo. Como, entre nós, foi Junqueiro e foi Fialho. Mas o esplendor, o mármore e o bronze da Palavra humana andam esquecidos no Mundo. Seja louvada a hora de lhes render culto!

Arte é principalmente expressão. A Palavra, para além do seu conteúdo ideológico, é um instrumento de ritmos, criador de alego-

rias e símbolos. A Palavra é, nela própria, um órgão musical. Tem a sua cor, o seu mundo, a sua paisagem. A arte da Palavra encerra segredos e prodígios, como as notas de uma partitura ou as tintas de um quadro. A Palavra pode ser, na sua cadência, na sua sonoridade ou na sua paleta, sonata, sinfonia, aguarela. Há a poesia verbal como há a poesia do som, a poesia do mármore ou a poesia da luz.

A Palavra tem o seu cinzel e a sua paleta e pode, pela sugestão do som, pela sua própria musicalidade, ser «nocturno» ou hino, estátua ou água-forte. A Palavra encerra um mundo não apenas transmissor de ideias, veículo do pensamento, mas também gerador de autónomos valores plásticos e sensoriais. Tem a sua estética, os seus acordes, os seus jardins. Pode ter, como um pincel, uma tela, um violino, um piano, um pedaço de bronze ou um saxofone, os seus Rembrandts, os seus Picassos, os seus Mozarts, os seus Rodins, os seus «jazz-bands». Há palavras que cantam, que murmuram, palavras que dançam. A Palavra é toda uma humanidade e essa vida que lateja, que freme, que sofre e ri, que tem graças matinais e cinzas de crepúsculo. É essa humanidade que se chama Literatura.

D'Annunzio foi um grande orquestrador de imagens, um soberbo paisagista verbal, um extraordinário burilador de claridades e diademas. Na «Nave», como na «Francesca di Rimini», o seu verbo heróico ou lírico tem, por vezes, a grandeza dos maravilhosos frescos da Renascença. Nos seus romances da Rosa como nos seus romances do Lírio, no «Piacere», como no «Triunfo della Morte», a volúpia humana atinge todos os cambiantes e feitiços, todas as grinaldas do Desejo. As palavras encerram roupagens e sortilégios de «féerie» oriental. Esse homem do Adriático foi um veneziano da cor e do amor. A Palavra, no seu génio evocador, tem a rósea e rubra transparência dos quadros de Ticiano.

Nesta hora em que a arte de mal escrever veste as roupas de pretendido desdém pela graça, pela harmonia e clareza, pela realeza da palavra humana, instrumento criador de inspiração e de ritmo, entre todos os instrumentos da Arte e da Expressão inventados pelo Homem — nesta apagada hora a ressurreição que a Itália se prepara para fazer deste grande Artista formal que foi o Mestre da «Nave» e das «Vitórias Mutiladas» constitui uma acção reparadora de uma excelsa memória literária.

D'Annunzio, príncipe e servo da Beleza, teve, na Morte, a sua hora e reviveu o seu «panache». O rútilo e ardente sibarita do «Vittoriale», revivido, de novo passeou nas margens mediterrâneas o seu verbo impenitente e glorioso. E o resplendor, a arte, a poesia e a originalidade da Palavra tiveram, para glória do último Poeta heróico da Itália, a sua novena e os seus devotos.

Graças sejam dadas a P e s c a r a, cidade d'annunziana!

PAISAGENS

Confesso que nunca tive um gosto muito pronunciado pela montanha. Essas gigantescas cordilheiras coroadas de neve ou de rochas e nuvens, «catedrais da Terra», como lhes chamava Ruskin; píncaros inacessíveis, sulcados de grutas misteriosas, de cascatas e de torrentes, espécie de agreste mitologia de duendes e de fantasmas, cadeias sem fim de penhascos e de florestas, podem impressionar-me pela sua desumana grandeza, pelo seu maciço esplendor, pelo incêndio e pela sombra dos seus horizontes de gelo e de fogo, oceano imóvel de tempestades e névoas — mas não me comovem nem me tentam.

Não sou e nunca fui alpinista. A montanha, de longe, pesa-me e fatiga-me. A sua monstruosa impassibilidade ou as suas cóleras povoadas de pavores, ninho de águias e de procelas, desafiando o céu e escalando estrelas,

oprimem-me. Quase me esmagam. A montanha tem algemas de nuvens. É cega e triste.

É certo que esta serra imensa que me apareceu sempre vestida de impermeável, sob a chuva, opaca e cinzenta, tem aos pés, rútilo e silencioso, esse lago de baías recortadas em jaspe e em mármore que em cada raio de luz, fulge, como um diadema — jardim de água onde floresce o dia e que a noite envolve de espuma e de penumbra, com seus bosques de castanheiros, seu murmúrio de ondas e de campanários, suas figueiras e seus olivais onde Lord Byron sonhou e onde ainda hoje passam, em cada poente, vestidos de salgueirais, os amores românticos de Elvira e de Lamartine.

O lago lá está, mas este Verão só sai à rua de galochas e não consegue, como nos outros anos, em que brilha e canta ao sol, libertar-se da cortina de sombra que os Alpes deixam cair dos álgidos ombros sobre a graça musical dos seus passos de musgo e oiro.

*

Mas hoje que a montanha, por milagre, desde manhã se desanuviou, se encheu de distância e púrpura, inundada de estio, quente e

fluida, o lago vestiu-se de rosas, cobriu-se de velas brancas e rubras e o monte Revard, dum lado, o «Col du Chat», do outro, descobriram, na longa paisagem, os seus perfis verdes e ondulantes.

E, na claridade matinal, eis que todos os montes, todos os terraços, todos os cimos, todo o cortejo magnífico dos grandes horizontes, os espectros e as sombras, os cumes, os alpendres das aldeias, os ciclópicos castelos de pedras, o desabar das rochas, começam a ilusão maravilhosa da sua ronda de luz. Brison e Tresserve mergulham seus vinhedos e os seus pinhais na frescura da água azul. Os bosques que trepam na «féerie» das encostas abruptas, os frisos palpitantes das florestas seculares, os despenhadeiros vêm ao meu encontro, recortando-se no espaço.

Os lagos estáticos são o vivo contraste com a montanha, que se assemelha ao mar. Nos dias calmos o lago é calmo, feminino, envolvente, palpita como a corola duma imensa flor. Os homens semearam as margens deste, majestosas e solitárias, de minúsculas praias, onde o esqui e os pequenos barcos de desporto, entre a colorida exibição do turismo e dos banhistas de ocasião, põem notas mundanas e isoladas ferindo

a silenciosa majestade do imortal quadro e da moldura que o cinge.

A distância, aquelas enseadas de água doce, quase artificiais, improvisadas, surgem como caricaturas das mediterrâueas ou atlânticas quermesses de luz, de bulício e de cor das costas marítimas. A praia e a areia, é a vaga que brinca com as rochas, é o sol em riste, a feira humana que, na voluptuosa mobilidade da água, participa da festa de luz e do esplendor pagão da natureza e dos homens.

Nas praias dos lagos, a água imóvel não partilha da álacre vibração do horizonte. Na praia oceânica a onda, sensual e felina, brinca, estira-se, diz adeus com a espuma, pega nas crianças ao colo, foge e joga o «esconde-esconde» com os banhistas e com a luz. As praias dos lagos são, ao contrário, uma espécie de violação da água que se recusa ao ardente contacto dos corpos e à tentação infantil e dionisíaca da posse. As praias dos lagos são melancólicas, frias, solitárias.

No fulvo tapete lacustre de «Bourget», coroado pela árida e monstruosa grandeza das cadeias dos montes que o cercam — de Charvé à Chambotte —, pelas clareiras e pelas granjas que o ensombram, o homem, clandestino

passageiro das fugazes baías rasgadas para gozo dos homens, no corpo, abandonado e impassível, que se lhe estende aos pés, tem o ar dum abusivo profanador daquela serenidade em que os Alpes repousam, sòzinhos.

E a corrida imponente e gloriosa daquelas catedrais de pedras, de urzes e de infinito que passa diante dos meus olhos continua como um desfile de eternidade. São figuras de lenda que se elevam e só entendem a linguagem do Céu; são esplanadas de altitude, insondável cortejo que vai do Chaney a Chambéry. São canais suspensos, encostas de povoações inacessíveis, wagnerianas sinfonias que sobem do solo côncavo e agreste. São monastérios, campanários, verdes moles de píncaros que são quase astros, e de vez em quando a graça subtil dum vinhedo. Adivinho o vulto maciço do Convento de Hautecombe, onde dormem duendes e os príncipes de Sabóia. Mas por trás daqueles Alpes — estamos longe da hirsuta cavalgada sem fim dos Pirenéus, que são grandes de Espanha —, por trás dos Alpes surpreende-se já a Itália, descobrem-se os tectos coloridos da Suíça. E meus olhos, deslumbrados e errantes, procuram de novo o lago, que tem, entre as escarpas, o ar dum gigantesco berço azul.

Fujo daquele cenário mitológico, daquela tempestade petrificada de estranhos mares geológicos e maravilhosos onde a minha humanidade se perde, sem rumo. E, desertando da montanha que eu não compreendo e que me esmaga, procuro a visão longínqua da colina, benfazeja e amiga, a paisagem daquelas capelas rústicas de colinas que têm voz e sinos, alpendres e campanários — e têm castanheiros e plátanos, como as montanhas, mas também ribeiros e fontes, carreiros e pomares, como as planícies, e que para mim, quando, mesmo estranhas e longínquas, cantam — ó, verdes eirados do meu país! — cantam em português!

A ÚLTIMA VIAGEM

O correio traz-me, enviado pelo seu autor, Roger Nicolle, e por Robert Esmérard, ilustre director das Éditions Albin Michel e genro do grande editor fundador da casa, um livro comovente, intitulado «Pierre Benoit et Marcelle Pierre Benoit». Livro para mim de piedosas recordações, onde encontrei em várias páginas o meu nome ligado à glória do admirável romancista, esse volume representa a homenagem póstuma dos seus amigos à glória do autor de «Atlantide» e «Kœnigsmark» e é composto de memórias em que passa, viva, empolgante no esplendor da sua vida e dramática na evocação das suas últimas horas, a figura do desesperado solitário de Ciboure.

Confesso que, de entre as páginas dessa enternecida obra, foi para mim consoladora surpresa encontrar a passagem que o autor do livro consagra a um dos últimos episódios, se

não o último, das minhas relações com Pierre Benoit — episódio que de pouco precedeu a sua melancólica morte.

Eis essa passagem:

«Em Julho de 1961, Pierre Benoit experimentou uma profunda emoção, benéfica para o seu desamparo. O seu grande amigo português Augusto de Castro publicara em 13 desse mês no «Diário de Notícias», de que é director, um belo artigo intitulado «O Terraço de Ciboure», em que, a pretexto dos «Amores Mortos», reproduzia lembranças e descrevia um dia do passado. A tradução dessas páginas sensíveis, excedendo o jornalismo habitual para exprimir o fervor de uma amizade mais viva ainda do que a admiração literária, provocou em Pierre Benoit um grande reconhecimento. Quis que esse texto fosse conhecido e, na sua voz, surda, comovida por vezes, leu-o às pessoas que ele julgava dignas de o ouvirem.»

E, reproduzindo integralmente o artigo com a sua frase final — «meu querido Pierre Benoit, até quando?» —, o autor do livro acrescenta: «Na carta que acompanhou o exemplar do jornal, Augusto de Castro confirmou a sua pergunta: «Repito-lhe aqui, quando terei o

prazer de voltar a vê-lo?» Benoit respondeu certamente fixando uma data aproximativa. Mas, qualquer que tenha sido essa data, Pierre Benoit não veio ao «rendez-vous».

Porque não confessá-lo? A certeza, que me chega, posso dizer, do além de um túmulo, de ter, por qualquer forma, adoçado, um momento, pela vizinhança do coração, a dor e a despedida de um Amigo é-me de um conforto que tenho talvez a fraqueza de não saber ocultar. Será, já agora, o último — e porventura o único — orgulho da minha vida o pensamento desvanecedor de, através dos diversos caminhos da existência, ter deixado, por onde passei, um rastro de afecto, de que, de longe, me chegam, por vezes, os apagados ecos ou as pálidas e distantes sombras. Quando todas as flores do Destino se vão esfolhando à nossa volta, a Ternura é a única que nos resta para florir os nossos passos.

*

E, finda a leitura do livro, como um sombrio cortejo de dilacerantes imagens, desfila, diante dos meus olhos, a evocação desse triste dia de Maio de 1960 em que Pierre Benoit tomou,

com o corpo moribundo de Marcelle, o caminho do regresso da Suíça à França.

Semanas antes, o romancista viera com a sua doente, já quase na agonia, refugiar-se na clínica Val Mont, em Lausana, que lhe fora indicada pelos seus amigos Simenon e Paul Morand. Uma noite, Marcelle suplicara: «Sinto-me acabar. Leva-me daqui. Quero morrer em França.» Partiram no dia seguinte, com uma enfermeira, numa auto-ambulância. Era preciso ir lentamente porque os solavancos da estrada afligiam mortalmente a agonizante. O mal agravava-se a cada momento. Tinham atravessado o posto da fronteira suíça. Rodavam já na estrada dessa clara e verdejante Sabóia. Tinham passado a alfândega francesa.

Dir-se-ia que Marcelle esperava apenas, para morrer, aquele sol da França, a que ela tanto desejara voltar. À saída da aldeia de Jussy, o condutor da auto-ambulância parou, por ordem da enfermeira. Era o fim. Abriram todas as janelas do carro. A claridade descia, em fios de oiro, do ar frio da montanha. Marcelle encostou-se mais ao ombro que a amparava, naquela hora de Deus, como a amparara no Amor e na Dor — e foi tudo. Perto, ouvia-se

o tilintar de um rebanho. A écloga do campo enchia a paisagem da verde ondulação dos Alpes, do latejar das seivas, do borbulhar das fontes e da álacre indiferença do dia. Pierre, imóvel, aquecia ainda, nas suas mãos trémulas, o corpo de onde a vida, num estertor quase imperceptível, já partira.

Foi a enfermeira quem deu a ordem de prosseguir. E a fúnebre jornada, através das estradas sem termo, começou. Foi a Alta Sabóia, todo o Sul da França. Quando avistaram os Pirenéus, a colina de Saint-Jean-de-Luz, o romancista tinha ainda cerrado nos braços o frágil fardo da morta que ele tanto amara e que, naquela noite, ficou já a dormir no quarto, que fora o quarto do seu idílio, na casa de Ciboure, baptizada, nas horas felizes, de «Allegria» e onde uma criada portuguesa a esperava para a amortalhar.

E, após a longa jornada da morte, começou para Pierre a jornada, mais longa ainda, da saudade. Durou pouco mais de ano e meio. Em Março de 1962 foi juntar-se, no cemitério próximo de Bordegain, àquela que fora o grande amor e a grande companhia da sua vida.

Mas antes do termo da jornada que para sempre na morte os unira, Pierre Benoit quis voltar ao local onde a «chère disparue», numa pequena estrada da província francesa, tinha soltado o último suspiro. E, por uma tarde de Julho de 1960, o escritor da «Atlantide» e dos «Amores Mortos» voltou a Jussy. Uma amiga da Morta, Martine du Roure, filha do escritor Henri Bordeaux, desenhou a rústica lápida e a pequena cruz, de mármore, esculpidas por um artista regional e que ficaram a assinalar o sítio onde, na manhã fatal, Marcelle morrera. Na piedosa e romântica peregrinação acompanhara-o a enfermeira da clínica suíça, testemunha da hora suprema em que ela para sempre partira.

E depois, finda a trágica tarefa, o romancista voltou ao seu canto dos Pirenéus, doente dessa doença terrível que é o mal de não querer viver. E ali, na paz dos montes, se deixou acabar. Irei visitá-lo, logo que possa, àquela modesta sepultura, em plena montanha, debaixo de uma pequena bacia de água, onde as aves vêm beber e donde, ao lado de Marcelle, o grande viajante da Imaginação e da Vida partiu para a primeira estação da eterna viagem da Morte.

Lá estará, perto, o terraço de Ciboure, de onde com ele contemplei a luz e o idílio do ardente país basco. Mas a esse terraço não voltarei. As duas sombras amigas que o habitaram já lá não estão. Nem seria preciso lá ir — para as encontrar.

A Morte é a única distância que aproxima os homens.

ENCONTRO COM O VELHO DO RESTELO

Dir-se-ia que este Povo, que criou a mais inverosímil história do Mundo, punhado de homens que encheu a Terra, desbravou mares e povoou continentes, só ama verdadeiramente o Impossível e só soube, em oito séculos de glória, erguê-lo e servi-lo.

Do fundo do Tempo, meditando sobre o passado e o futuro que nós somos na doce e áspera Pátria Portuguesa, esta realidade surge como a mais pura expressão da alma e do ideal portugueses. Fomos e somos pequenos no quotidiano, nas tarefas mesquinhas e triviais da vida. Temos o gosto pronunciado da dúvida. O orgulho e a humildade vivem juntos, alternando-se e disputando-se, nesta ilha atlântica, cercada pelo mar e pela montanha em que a História nos isolou. Duvidamos de nós próprios.

Criámos para nosso uso dois tipos nacionais: o veterano Portugal, de barbas brancas, em quem, para a nossa visão doméstica, nos encarnamos, e aquela figura do Velho do Restelo, que ficou, desde Camões, a contemplar o Tejo — todos os Tejos donde partimos para cada ilusão ou para cada esforço. Bebemos nos acentos de um lirismo ancestral, que produziu o fado e o gosto da amargura, um certo, vago pessimismo que é expressão do nosso carácter e a nota mais viva do sentimento que moldou a nossa Arte e o nosso ideal de marujos de todos os sonhos. A realidade parece fatigar-nos. Somos aventureiros nas quimeras; caseiros na realização e na ambição.

Mas dêem a este Povo rústico e marítimo, sensível e volúvel, que depressa se exalta e depressa se deprime nos pequenos, tristes e apagados trilhos da existência, indiferente ou maledicente nas missões banais da casa e nas conquistas fáceis de todos os dias — dêem a este Povo uma alta missão a cumprir, um mundo a descobrir, uma grandeza a conquistar, e vê-lo-ão, ele que despreza a realidade, erguer-se, como um só homem, capaz de todas as empresas.

Foi sempre assim desde que na escarpa de um monte nasceu e num rochedo do mar se embalou e cresceu. E foi assim que, pequeno e imenso, fez do Inverosímil a sua História. Numa casca de noz dominou o Planeta. Multiplicou-se, multiplicando o Mundo. E sempre, realizada a impossível tarefa, cumprindo o maravilhoso destino, voltou, simples, ao seu jardim, ao seu arado, à sua rede de pescador ou ao seu barco de marinheiro. Estiolando na planície, o seu clima é a altitude. Gigante de dois palmos, imenso e pequeno Povo que tem no sangue a palpitação do Espaço e no coração a chama da Distância.

*

Pensava eu nisto quando, pelo cair da tarde, passei em Alcântara. Junto a uma muralha do cais, olhando a azáfama do rio e a construção nascente da ponte que começava a emergir da água e a desenhar-se nas margens, reparei nas camonianas barbas de um venerável ancião que tinha todo o ar de falar sòzinho. Mais do que ele, eram as barbas que falavam. Um grupo se formara já à sua volta para o ouvir.

«— Afinal — murmurou com largos e trôpegos gestos —, para quê tanto dinheiro, tanto trabalho consumido? Vivemos sem ponte durante muitos séculos. E vivemos perfeitamente. O fundo do rio é areia móvel. A ponte ruirá. Os destroços obstruirão a navegação. Vão atulhar a corrente de ruínas e de cadáveres. Já vejo as catástrofes, todas as catástrofes que nos esperam. Para quê estas obras do demónio, a vã cobiça que nos rói? Deus deu-nos o rio, donde partiram para nós todas as estradas do Mundo, no tempo em que não havia pontes e estas margens eram tranquilas e solitárias! Progresso, progresso, que mau sestro o teu!»

Aproximei-me. O Velho tinha qualquer coisa de mitológico e de fatídico. Não eram umas barbas quaisquer. Não eram as barbas de toda a gente, aquelas barbas que tinham voz, uma voz que vinha de longe e não era também a voz de toda a gente. De repente, num clarão, a minha memória iluminou-se. Aquele sítio, o Restelo vizinho, aquela mistura de cólera e de queixumes, aquele respeitável antepassado, aquela cabeça de egoísmo, aquele busto arqueado... Não havia dúvida. Com-

preendi-o num relance. Era o Velho do Restelo.

E da ponte, dos barcos, daquele horizonte inflamado, o profeta do Restelo passou a mais largos e doloridos vaticínios.

«— Para onde vamos? Cá estou eu outra vez — e inùtilmente, provàvelmente como no passado das Índias e de «Os Lusíadas» —, cá estou outra vez a adivinhar desgraças. Que empresas loucas são estas que nos arrastam para novas aventuras? Querem mutilar-nos, arrancar o nosso passado, privar-nos daquilo que no Mundo inteiro fundámos? Que podemos fazer contra? Eu bem o previa quando as naus partiram, há séculos, destes mesmos locais azuis para cobrir o Espaço. Eu bem o disse. Os meus vaticínios estão a realizar-se. Se tivéssemos ficado quietos aqui, entre os nossos quatro muros, a lavrar, a fiar, a pescar, não teríamos talvez tido História. Mas para quê a História, que não se come, nem se bebe? Mas para quê estes sonhos de grandeza? Para quê? Somos poucos. Melhor teria sido, melhor seria considerar o que a prudência, o limite das nossas forças nos aconselhavam. E transigir. Aceitar. Há cinco séculos não quisemos. Se tivéssemos ficado em casa há cinco

séculos não tínhamos agora nem cuidados, nem canseiras, nem sacrifícios. Porque embarcámos então para destinos vãos? Que novos destinos perseguimos?»

E o Velho invocava desgraças, as catástrofes dos tempos, todos os tormentos do Mundo. «Para quê lutar? Para quê tentar? Para quê resistir aos ventos que sobem do Tejo, que vêm de longe, que sopram de todos os lados? Antes afastar-nos e deixar correr.»

E foi a voz do Tejo que falou então.

«— Velho, velho de mau agoiro, velho que sempre te abrigaste nas barbas da prudência e essa cortina branca de séculos nunca te deixou encarar o Sol nem o Destino. Se te tivesse ouvido, eu seria hoje um rio anónimo, carregado de barricas de peixe, e até o meu nome se teria perdido nas cinzas do tempo. A História de Portugal fez-se contra ti. E se tu, velho da Dúvida e da Renúncia, sempre o ignoraste, ela também te ignorou. Fomos bem poucos contra o mistério dos mares. Fomos um punhado apenas em Ourique, no Salado, em Aljubarrota. Se te tivesse ouvido, essa alma, temerária e ardente, não teria vencido então. Não teria por certo conhecido o Cabo das Tormentas, mas não teria descoberto o

caminho da Índia ou as rotas do Brasil, nem a glória das tempestades, nem o fulgor das vitórias. Durante toda a vida deste Povo nunca acreditaste nele e foste sempre a desistência e a fraqueza. Mediste o Mundo e a Pátria pelas medidas da casa, enquanto o Povo que me teve por berço, a mim, rio sagrado da História, nunca deixou de o medir pela luz, sempre distante e sempre perto, dos grandes horizontes. Sim, tu medias tudo pela aparência do Medíocre e do Possível — enquanto ele media a sua grandeza pelo Impossível. O teu nome, decrépita sombra das trémulas barbas, foi a Descrença, enquanto ele, o Povo, foi grande porque o seu génio tinha o nome de Ideal. Porque a Pátria para ele nunca foi um sítio, mas um clarão de Fé, a sua história chamou-se, no Mundo, o «Inverosímil Português». Neste mesmo momento, as águas que tu, Velho de Agoiro, contemplas são sulcadas pelos navios, herdeiros das naus imortais, que levam para a grande aventura da Pátria a nova Mocidade que, como há cinco séculos para a conquistar e dilatar, parte agora para a missão de a defender e guardar. Como sempre, tu és a voz da Dúvida: eu sou a voz da Certeza, a única força espiritual que cria a História.»

E sumiu-se o Velho, símbolo de todos os Velhos do Restelo. A sombra do Rio Sagrado enchia o Espaço. E qualquer coisa nesse ar radioso, onde nasceu uma das madrugadas do Mundo, me dizia ainda:

«— Pequeno e prodigioso Povo! Face ao Vento, lá onde as Águias moram e aonde não chegam as imprecações dos Velhos do Restelo — foi sempre teu caminho e teu inverosímil destino!»

D. CARLOS
ESSE DESCONHECIDO

A inauguração do monumento à memória de D. Carlos I constituiu um acto de justiça e uma reabilitação histórica que, longe de todos os facciosismos e paixões políticas, honra a consciência da Nação.

D. Carlos de Bragança não foi apenas um Soberano de invulgares e régios dotes. Foi também uma alta e egrégia figura do seu tempo. Na realidade, ele foi, por autênticas afinidades de espírito — amigo, ainda Príncipe, de Oliveira Martins, de Ramalho e de Eça —, um «vencido da vida». Pode mesmo dizer-se que, pelas provas do seu destino, ele terá sido o único verdadeiro «vencido da vida».

Pintor notável, só as limitações da sua condição de Rei impediram a larga consagração artística a que o seu admirável talento tinha incontestável direito. Oceanógrafo e homem de

ciência, os seus trabalhos científicos granjearam-lhe reputação internacional.

Na defesa da nossa soberania ultramarina, a sua permanente acção pode considerar-se precursora. Tem essa acção de ser encarada dentro da sua época, das lutas, na maior parte para sempre desconhecidas do grande público, que a dividiram — das preocupações, da mediocridade de conceitos políticos que foram a deplorável paisagem nacional de então. Mas quando se publicarem — o que não deverá tardar — muitos dos documentos ainda inéditos desse tempo, verificar-se-á o que foi, na defesa de Portugal, dentro do domínio diplomático e na acção pessoal, o valor da influência directa do Rei.

Os homens, como esse Príncipe de Bragança, que nas intempéries da política e das controvérsias da História representaram um papel discutido e decisivo têm de ser vistos com o recuo do Tempo. É preciso que passem os anos, que se esclareçam os enevoados e perturbados horizontes para que se desfaçam erros e se refaça a justiça.

D. Carlos foi, em tudo — nos juízos de muitos dos seus contemporâneos e até em sua trágica morte —, vítima de preconceitos, de ran-

cores, de equívocos, que foram apaixonantes condições de uma época.

Um dia, esse encantador Mello Breyner, que foi seu médico e amigo e um dos mais elegantes espíritos que tenho conhecido, contou-me um facto que, à distância, creio poder, sem melindre, referir, para honra da memória que se celebra — e até para honra de uma época em que ainda havia o respeito pelo adversário e a generosidade das ideias não era uma palavra vã. No rescaldo de uma das várias e malogradas tentativas revolucionárias do tempo, contra a Monarquia, um dos chefes republicanos vencidos foi à noite bater à porta da casa de Mello Breyner, com quem tinha relações de estima, e pediu asilo. O médico do Rei recebeu-o e teve-o escondido durante três ou quatro dias. Mas a situação difìcilmente se poderia prolongar ignorada, dada a posição do hospedeiro e do hóspede. Mello Breyner, embaraçado, resolveu contar tudo ao Monarca e pedir-lhe o seu conselho. D. Carlos ouviu-o e respondeu-lhe:

— Fizeste bem em o receber. Mas compreendo o teu embaraço. Vamos resolver isso. Vou mandar preparar uma cama na garagem do Palácio de Belém. Trata de levar para lá,

escondido, o teu hóspede. De madrugada, uma carruagem real irá buscá-lo e transportá-lo para o meu iate, donde fàcilmente, ao abrigo da Polícia, ele poderá passar para um navio estrangeiro e seguir para longe de Portugal.

E foi assim que o Rei de Portugal salvou, ele próprio, da prisão um dos seus mais encarniçados adversários políticos e inimigos pessoais.

Edificante e modelar lição de grandeza moral.

*

Como acontece frequentes vezes aos grandes da Terra, D. Carlos, pela sua franzina sensibilidade, que contrastava com a sua forte corpulência, era um tímido. As cerimónias oficiais, o contacto com manifestações populares, produziam-lhe um complexo de retraimento, que lhe endurecia a expressão e o isolava. Dava assim a impressão de uma frieza, de uma distância, que a multidão tomava como propositada exibição de altivez e indiferença, quando era apenas uma reacção que hoje se definiria como alergia à popularidade. Isso criava-lhe antipatias injustas, que as hostilidades políticas e facciosas da época exploraram. Esse

homem, que na intimidade era o mais simples e familiar dos mortais, passou muitas vezes junto do público por ser orgulhoso, impertinente e evitar o Povo.

Podiam enumerar-se centenas de exemplos dessa singeleza de hábitos que eram a expressão do seu carácter. D. Carlos, extremamente frugal e que dormia muito pouco, tinha o hábito de ficar até de madrugada, sòzinho, no seu escritório ou «atelier», a trabalhar ou a pintar. Um velho criado costumava permanecer, na antecâmara, às ordens do Soberano. Por vezes, deixava-se vencer pelo sono. Quando D. Carlos, finda a sua vigília, recolhia aos aposentos para se deitar, sempre que passava na antecâmara vizinha e via o fiel servidor adormecido, abafava a respiração, tirava os sapatos e passava devagarinho, pés descalços, para não fazer ruído e não o acordar.

*

Na época em que eu dirigia a nossa missão diplomática em Londres surpreendeu-me a carência, quase total, nos arquivos da chancelaria, de documentos da correspondência oficial do Marquês de Soveral. A explicação é fácil. Durante esse período acidentado da nossa his-

tória, o Marquês de Soveral tratava a maior parte dos assuntos directamente com o Rei.

D. Carlos foi o verdadeiro chefe da diplomacia portuguesa dessa época. Haveria, pois, o maior interesse em dar publicidade a todas as cartas então trocadas e em que a acção directa do Monarca prestou os mais altos serviços à Nação.

A influência do Rei, o seu prestígio, as suas relações de amizade em todas as cortes da Europa, sobretudo com Eduardo VII, o tacto das suas intervenções e a sua direcção política muito contribuíram para a condução da nossa vida externa em momentos cuja história completa ainda não se fez e em que altos interesses portugueses estiveram em jogo.

*

A bela estátua de Teixeira Lopes, que no tempo da Monarquia estava na sala do Parlamento e que, como monumento público, foi agora oficialmente inaugurada numa praça de Lisboa, representa, na verdade, o reconhecimento de uma dívida nacional a esse grande Desconhecido que foi D. Carlos de Bragança.

Esse acto oficial, fora e para além de todos

os limites da política, apaziguadas as paixões, constituiu um acto de nobre justiça a uma época já perdida nas brumas do passado. Desse período e das suas inclementes agitações, o Rei foi a primeira e a maior vítima.

Quando a figura desse caluniado de uma época surgiu ao sol de Lisboa, duas invisíveis sombras ali estiveram também. Foram elas as duas mais vivas presenças — aquelas que resgataram, outrora, na apatia de uma geração, o sentimento do País: Ramalho Ortigão e o Conde de Arnoso. Dalém da Morte, a ramalhal figura ergueu, sobre a assistência, nessa hora de Justiça, a memória do seu protesto da hora da injustiça. E a sombra de Bernardo Pindela, o «cavaleiro sem medo e sem mácula», vive no túmulo, ainda ao serviço do seu Rei, a sua primeira claridade de Paz.

DESPEDIDA

Pierre Benoit morreu em Ciboure, em pleno coração dos Pireneus, numa casa debruçada sobre o mar, dominando o velho Saint-Jean-de-Luz. Esse homem, que conheceu o amor, a celebridade, a fortuna, que amou a vida, viajante incansável de todas as curiosidades da Terra e do espírito, morreu — de solidão.

Sua mulher, Marcelle, com quem depois da guerra se casara, falecera dois anos antes. Levara outros tantos a agonizar. E esse exuberante romântico, que nascera poeta e historiador e fora romancista, isolou-se desde então numa incurável e deserta dor. No seu último romance, «Les Amours Mortes», que me enviou com a afectuosa dedicatória de sempre e «en souvenir de la pauvre Disparue», transparecia através das névoas, das alusões e lembranças, e das pálidas paisagens, a dramática obcecação

daquela morta, em que metade dele morrera também. Nas suas últimas cartas, essa caligrafia regular e quase desenhada que traduzia a ordem e a fluência da sua inspiração literária transformara-se, envelhecera, trazia já as rugas das insónias e do cansaço. Ninguém mais o viu na sua casa da Praça Philippe de Roule, em Paris, que ele agora detestava.

Já escrevi algumas vezes sobre esse homem, que tinha o talento, a superstição, a devoção da Amizade. Aquele dispersivo tinha o culto da fidelidade. Fora fiel a Pétain. E a fidelidade nele era exclusiva. Adoptava, como seus, os amigos e os inimigos dos seus amigos. Fora fiel a Pagnol, que por sua mão entrou na Academia Francesa, e quando, na mesma Academia, apadrinhou a candidatura de Paul Morand, perante o malogro político dessa eleição, a que De Gaulle se opusera, a sua reacção imediata foi abandonar a douta companhia, atirando com as portas, ao partir: «Nunca mais lá ponho os pés.» E não houve instâncias que o demovessem. Riscou das suas obras a menção dos títulos académicos. Fechou-se, irredutìvelmente, em Ciboure.

Do passado das recordações que me prenderam, durante perto de vinte anos, ao exilado

dos Pirenéus que acaba de morrer, algumas são ainda inéditas. E há uma, sobretudo, que em vida dele seria deslocado evocar, mas que, ilustrando só o afecto que ele tinha a Portugal, julgo interessante e justo referir agora.

Pierre Benoit, que eu apresentara a António Ferro e que por minha mão veio a primeira vez a Portugal, afeiçoou-se verdadeiramente ao nosso país. Seguia a nossa política, percorreu as nossas províncias, estudara a nossa história. E um dia quis escrever um livro consagrado a Portugal, à glória e à renovação de Portugal. E escolheu um tema à sua maneira — um romanesco episódio político passado entre nós, no tempo de Sidónio Pais, e que lhe servia de pretexto para uma fantástica evocação heróica do Portugal de D. Sebastião, para uma vasta alegoria da nossa epopeia africana, de Alcácer Quibir, do génio místico português. Aprendeu páginas da nossa língua, folheou textos, recolheu relatos e encerrou-se em Ciboure para escrever o «Prêtre-Jean».

No distante Verão seguinte, estava eu numa estação de águas dos Pirenéus quando Benoit me apareceu trazendo-me o manuscrito do seu romance, já copiado e pronto a entregar ao editor.

— Leia, corrija o que não estiver exacto, corte o que entender e diga-me o que pensa do livro que escrevi com tanto amor para exaltar o *nosso* Portugal. Se achar o livro mau, não tenha receio de mo dizer francamente.

Li logo o manuscrito. Era bem um romance de Pierre Benoit, com essa mistura de história, de aventura, de lenda e de realidade que tinha feito o êxito do escritor. Mas o «Prêtre-Jean», que apaixonara o romancista, tinha dois erros fundamentais de concepção e de factura. O primeiro dizia respeito ao quadro de actualidade que ele criara, em Lisboa, na época do Governo de Sidónio, fazendo desenrolar uma estranha conspiração monárquica em volta duma daquelas personagens que lhe eram caras, misto de Antinéa, de Atalide, de Alzire e de todas as princesas em *A* dos seus romances, misteriosa descendente dum D. Sebastião salvo em Alcácer Quibir e vinha a Portugal para reclamar o trono — o trono de Avis.

E, estabelecendo uma imaginária distinção entre monárquicos de Avis e monárquicos de Bragança, exaltava os primeiros, demolindo os segundos, e, como reservara também algumas das suas melhores setas para os republicanos da época, pintara, na melhor das intenções,

uma sociedade portuguesa que não poderia deixar de chocar, em benefício duma hipotética tradição inexistente, todas as correntes da sociedade portuguesa do tempo.

O outro erro do romancista consistia em aplicar às personagens da novela o seu habitual processo, misturando actores imaginados com as figuras reais — fórmula possível na ficção dum grande meio, mas inconciliável com o ambiente restrito, a bisonhice e os melindres dum meio como o nosso. Era evidente que dificilmente os nossos costumes e as nossas susceptibilidades de «senhoras vizinhas» poderiam admitir sem estranheza o capitão Cameira, Teófilo Duarte, Botelho Moniz, Sidónio e outros ao lado de exóticas personagens de fantasia — Alverde, Penafiel — a enredar e desenredar uma pitoresca conspiração monárquica em torno duma incógnita e exilada princesa etíope e portuguesa de Avis.

Benoit tinha-me pedido que fosse totalmente franco e a lealdade mandava-me dizer-lhe a minha opinião e preveni-lo. Mas confesso que não tive coragem para o fazer. Os erros do livro, que só poderiam ser corrigidos destruindo e refazendo toda a sua estrutura, só afectariam a sua repercussão em Portugal. Não atingi-

riam a qualidade do romance, destinado a um fiel público internacional que deles não se aperceberia. De resto, havia em todas as suas páginas um tão ardente culto português no esforço de estudar e de escrever aquela obra, de que ele quisera visìvelmente fazer um livro à perenidade portuguesa, e nela o autor pusera uma tão afectiva sinceridade, que seria doloroso desiludi-lo. Não tive ânimo de lhe dizer as minhas reservas. Limitei-me a chamar-lhe a atenção para alguns pormenores remediáveis. E o «Prête-Jean» apareceu.

Ao contrário do que ele certamente esperava, não pude publicá-lo em folhetins e o livro sofreu na Imprensa portuguesa alguns ataques e desagravos que, com certeza, constituíram para ele uma surpresa e o feriram. Calculo eu — porque jamais ele me disse a esse respeito uma palavra. E a nossa correspondência, ela e as nossas relações não sofreram a mais pequena alteração. A fidelidade na amizade era nele incondicional.

*

Todas estas memórias e tantas outras me ocorrem neste momento, em que revejo a sua casa de St. Philippe de Roule, em Paris, cheia

de imagens portuguesas, azulejos que ele amorosamente levara daqui, paisagens, álbuns e cerâmicas nossas. Revejo aquela escada de pedra, talhada no monte, que levava ao seu terraço verde de Ciboure, onde ele instalara o lar de Marcelle e, depois de a perder, fizera o lar da sua solidão. Oiço o seu riso claro, a sua alegria de homem da terra, e releio a última carta, desamparada, que ele me enviou antes de cair doente.

O romancista que escreveu «Mlle. de la Ferté», sua obra-prima; que teceu as aventuras de «Dom Carlos» e de «L'Ile Verte» e pintou os segredos da Atlântida, os desertos de Gobi, os fogos de Zanzibar; que teve o talento de criar, como ninguém, no romance contemporâneo, o clima do mistério e as fábulas do inverosímil — o Amigo que tantas vezes veio ao meu encontro nessa áspera e ressoante luz da paisagem basca; esse homem vivo e triunfante, que eu conheci no esplendor da imaginação e da alegria, para sempre fechou seus olhos, pequeninos e ávidos, à vida de que ele, a seu modo, celebrara a insondável e misteriosa força. Morreu duma congestão pulmonar, dizem os médicos. Mas, na realidade, ele morreu de outro mal, terrível e incurável mal — a doença de

não querer viver. Morreu só. Só, como o seu último, o seu maior amor.

Assim acabam, às vezes, os homens felizes —e os romancistas, quando as imaginárias dores que criaram se transformam nas suas próprias dores.

ELOGIO DA GRANDEZA

Quando, naquela tarde de fim de Verão, eu deixava a serra do Guadarrama, depois de ter visitado, na austera luz de Cuelgamuros, o famoso Vale dos Caídos que a Espanha de Franco erigiu à memória das vítimas da guerra civil de 1936, uma imagem se sobrepunha a todas as múltiplas e dispersas imagens de alma, de bronze e de granito que enchiam os meus olhos — a imagem da Grandeza, símbolo da Espanha.

Perto está o Escorial. A estrada de onde se bifurca para Cuelgamuros conduz a Toledo. A alma de Espanha está ali — naquele cruzeiro de caminhos onde as sombras do Passado e do Presente travam, entre céu e rochas, o seu diálogo de imortalidade. As três cruzes — a de Toledo, a do Escorial e a dos Caídos — confundem-se na perspectiva e na alegoria daquela

paisagem de Deus e de história, quase em desafio aos homens.

Penso na Grandeza, altitude humana. Nesse novo encontro com a sua Grandeza, nesse velho cenário, a Espanha, erigindo aquele solitário monumento de glórias e fantasmas — onde, talhado nos penedos, o drama do seu génio se perpetua —, marca, na mediocridade, sem beleza, do nosso tempo, a perenidade das suas asas de bronze.

A Grandeza, se é um sentido que o egoísmo individual abafou, foi sempre e continuará a ser um sentimento, vivo e ardente, dos povos. Os povos amam a Grandeza, que não é apenas uma força espiritual, mas é também uma força política.

A Grandeza é uma evasão de que a miséria dos destinos humanos, prisioneiros, cada dia mais, das melancólicas realidades, precisa para viver. De tempos a tempos, é mister dar aos homens, através das grades em que a actualidade os encerra, a visão e o clarão desse banho de infinito. A Grandeza é o clarão que liberta o Homem da sua condenação à Terra e dá à alma o seu sentido divino. Os povos sem orgulho são vidas sem pátria. Reduzido ao

quotidiano das suas dores e das suas fragilidades, dos seus riscos e dos seus muros, o homem é um isolado, um cativo de si próprio.

*

Se há povo que tenha moldado, fundido em grandeza a sua visão e o seu sonho — esse povo é a Espanha. Grandeza — lição e símbolo de Espanha. Grandeza — paisagem de Espanha, em que a própria planície deserta e côncava de Castela, a tragédia das suas catedrais, a sombria escalada de Montjuich, o medieval esplendor dos seus claustros e dos seus rochedos, espectros na luz de pergaminhos dos seus poentes — tudo, na extensão dos seus horizontes despovoados, nas pedras amarelecidas das suas aldeias ou na desgrenhada ondulação dos seus olivais e das suas serras, é escalada, nudez de mistério, clarim de pedras. Tudo é tempo sem fim, eco e ascensão.

Noites de Espanha — noites de planura, em que céu e terra se confundem na mesma conventual e imensa sombra medieval. Noites em que Deus desce às torres, às urzes, aos sinos, à imensa voz da distância: noites suspensas de Granada, noites moiras de Andaluzia, noites

de estradas, noites em que o silêncio é uma imensa abóbada sonora, cúpula de luar e nuvens cobrindo a terra.

Grandeza, memória e melancolia de Espanha, a sua força e seu excesso, sua paixão e sua doença. E foi a mão, espalmada e óssea, dessa mística Grandeza que eu senti pousar em mim, ao transpor as portas daquela cripta monumental, imensa basílica cavada, esculpida e sepultada na árida montanha, dominada pelos longos braços da Cruz colossal de 150 metros, cercada pela ronda dos doze Apóstolos.

E, dentro, vêm ao nosso encontro a floresta das colunas, a nave povoada de estátuas gigantescas que a figura de Sant'Iago, coroada de Anjos, comanda ao centro; os mármores, os alabastros; os vitrais, o oiro, a prata, a renda das tapeçarias do Apocalipse de S. João; as seis capelas mergulhadas na penumbra e, ao fundo, a apoteose monolítica do altar-mor que o Cristo ilumina, na esparsa e policroma claridade dos mosaicos, descendo, em rendas bizantinas, da cúpula.

E aquele monumento, herança da grandeza secular da Espanha, mosteiro e prece, heroísmo rasgado no solo abrupto, olha, de longe Avila, a cidade de Santa Teresa, os mosteiros

de Toledo, as memórias do Escorial. Horizontes que a alma de Castela sulcou no seu voo de águia. A Espanha trágica, a Espanha de Sant'Iago, do Cid, de D. Quixote e de Goya, a Espanha exagerada e ardente de sempre, desafia a Eternidade. A tentação, a sedução do Absoluto dominaram sempre o génio de Castela, a grandeza peninsular de Espanha.

Os «Caídos» em Espanha, venham de onde vierem, caem sempre do alto.

AUTO DO FIM DUM DIA

Correia de Oliveira representa o caso, hoje raro, do Poeta integral — na obra e na vida. É esse o admirável exemplo que, ao morrer, entre as azinhagas, os milharais e os vinhedos do Minho, nos lega o Cantor excelso dos descantes e dos presépios.

Ao entrar na Imortalidade, João de Deus deve ter vindo ao seu encontro. Eles foram, no nosso tempo, as duas vozes mais puras do lirismo português — no mesmo amor simples ao idílio da terra, às raízes, às sementes e aos eirados — e ambos foram, na inspiração como no estilo da existência, exclusivamente, soberanamente criadores de harmonia e de claridade. E de harmonia e de claridade viveram.

O dia de Correia de Oliveira, de que ele escrevera, em rimas de cristal, o auto pastoril, extinguira-se de há muito, na luz, para o Poeta de Belinho. Extinguiu-se depois, pelo coração

que deixou de bater, entre os corações e as sombras que ele amou.

Eu creio que o signo da vida deste singular estilizador de almas e rimas do Povo pode definir-se por uma das mais belas palavras portuguesas: fidelidade. Foi fiel à Pátria, ao Amor, à Poesia, inalteràvelmente fiel a si próprio. Foi fiel à Solidão e fiel a Deus. Nos caminhos floridos da Poesia Portuguesa, onde a sua memória luminosamente viverá, ele fica, entre os jardins, os pomares, os adros, os vales e as colinas da imortalidade do nosso génio lírico, como uma ermida no alto dum monte da sua sagrada Beira.

Porque esse Poeta, que viveu e morreu no Minho, foi essencialmente um beirão. E até a esse gosto, que nunca perdeu, da sua terra, esse bardo do rio Vouga e das azinhagas da sua província azul, ficou incansàvelmente fiel. De fidelidade a tudo o que amou se nutriu, até ao termo doloroso da sua estrada, o Peregrino de Imagens que ele foi.

Os primeiros versos de Correia de Oliveira ouvi-os — nunca o esqueci — na voz, em que havia brancas melodias de prata, de Maria Amália Vaz de Carvalho, nesse salão de Santa Catarina, um dos últimos salões de Lisboa, de-

bruçado sobre uma nesga do Tejo. O autor de «Ladainha» e do «Alívio dos Tristes» acabava de surgir, no Chiado, vindo de S. Pedro do Sul, com os seus grandes olhos e a sua cabeleira de aedo. Era pobre e muito novo. Mas nesse tempo a glória fazia-se num dia. A celebridade, que era uma senhora recatada e de boas maneiras, não prodigalizava os seus sorrisos. Mas quando parava e se inclinava diante de alguém, era de vez. Os seus eleitos recebiam logo ali a coroa de loiros com que coroava os escolhidos e que ela trazia, escondida, na malinha de mão. Correia de Oliveira ficou sùbitamente célebre.

Duas tardes após esse primeiro encontro poético da voz de Maria Amália com as estrofes, em que cantavam eiras e floriam giestas, de Correia de Oliveira, o Poeta fez, em pessoa, a sua tímida e esguia aparição no cenáculo de Santa Catarina. Os Poetas nessa época traziam «lavallière» preta e quando tinham bigode usavam-no todo, sem subterfúgios. António Cândido apadrinhava o recém-chegado, ainda fresco dos ares da sua vila natal. Sabugosa estava lá para o acolher.

Daquele salão, onde a primeira dama da Literatura Portuguesa recebia os seus amigos, saía-se directamente para o Olimpo. Nem ha-

via escadas. Era logo ali. Correia de Oliveira estava consagrado. Trindade Coelho escrevera um artigo famoso, saudando-o. Lisboa adoptava-o.

Pela vida fora, Correia de Oliveira nunca perdeu aquele jeito surpreendido de si próprio com que o vi entrar naquela tarde. Até nessa espécie de apagada sombra era poeta. Ficou sempre assim. Sorriu-lhe o amor numa hora feliz. Foi fiel, como sempre, ao seu apelo e desterrou-se, entre rimas e verdes campos, naquele solar de Belinho, onde o seu génio ia continuar a florir em outras obras, com o riso das cigarras e o murmúrio dos ribeiros. Ele foi o poeta das raízes, dos poentes e das fontes — e assim cantou Portugal. E mesmo quando a sua Musa o arrebatou para cimos e distâncias heróicas e agrestes, no seu estro o mesmo sussurrar das águas e a mesma música dos açudes continuaram, na sombra, o seu desafio de luz.

Estão de luto os moinhos, os milharais, as desfolhadas, os derriços da alma portuguesa. O seu grande Poeta morreu. A voz do meu vate, vago e triste, das tardes de Santa Catarina emudeceu de vez, como de há muito se lhe tinham apagado os olhos deslumbrados que viam para além da Terra.

Sempre que morre um Poeta, alguma coisa da graça de viver, do fluido amor terreno, da secreta e silenciosa vibração do Mundo agoniza e desaparece com ele. Nem todos, é certo, dão por isso. Mas que importa? Os sonhos têm também as suas asas, que palpitam à nossa volta. Nem todos ouvem o seu voo. Mas é dele que é feito o perpétuo renascer da Vida.

O «BOATO-COCUS» NACIONAL

Coincidindo com a entrada da Primavera, o País, e especialmente Lisboa, esteve sob a violenta acção duma grave recrudescência de «boatite» — doença produzida por um bacilo ainda não localizado pela ciência, que se chama o «boato-cocus».

O «boato-cocus» vive de há muito, entre nós, em estado endémico. De vez em quando tem os seus surtos com novas virulências e ataca, sobretudo, as constituições débeis, grassa em grandes aglomerados e em todos os locais onde há reuniões públicas, nos cafés, escolas, teatros, etc. São vários os seus sintomas. A «boatite» produz, sobretudo, manifestações cutâneas; ataca o fígado e, às vezes, provoca agitações nervosas e até intestinais, de certa gravidade.

Extremamente contagiosa, a «boatite» ou o mal do boato, como é vulgarmente conhecida,

alastra com extrema rapidez. Contra uma epidemia de certa extensão, a que infelizmente somos atreitos e para a qual até hoje se mostraram impotentes todos os recursos da ciência, uma só terapêutica parece eficiente: dieta vegetariana, água de Vidago, semicúpios, laxantes, repouso e esperar que a crise passe.

O mais desagradável desta doença incómoda, mas nos seus efeitos benigna, é a persistência, que gera nos organismos uma certa habituação e a resistência a quaisquer tratamentos directos. Os antibióticos não dão nada. Mesmo atacado com doses maciças de terramicina, o «boato-cocus» nem pestaneja. Os bacteriologistas vão tentar o «luamicina», antibiótico encomendado nos Estados Unidos, mas sem grandes esperanças. Só se o «luamicina» russo der alguma coisa. Mas vai ser preciso esperar que os laboratórios cheguem à Lua, e isso ainda vai levar algum tempo.

*

O boato, que é destilado pela infecção do «boato-cocus», tem um estranho poder de multiplicação, tomando, ao propagar-se, os mais perturbantes aspectos. Evidentemente, nós,

Portugueses, não temos o exclusivo do boato que é universal. Mas a «boatite», a doença do boato, é especìficamente portuguesa e, sob o aspecto da sua difusão, da sua tenacidade, dos seus estragos, não receamos confrontos, nem pedimos meças a quem quer que seja. Quem quiser estudar o «boato-cocus» tem de vir a Portugal.

O boato, em Portugal, dispõe duma quase inverosímil velocidade supersónica. Atravessa todos os muros do som e, quanto mais volumoso, aparentemente mais gordo, mais estranho é, mais astronòmicamente rápido se mostra. Temos assistido a boatos destilados em Alvaiázere, nascidos no Entroncamento ou em Poiares de Cima, e que, minutos, às vezes segundos depois, surgem anafados, vibrantes e luzidios, na Rua do Ouro, nos Olivais, nas Avenidas Novas, como se tivessem sido postos ali mesmo. Um cacarejar quase imperceptível, um rufo de asas — e, pronto! — o boato, telecomandado, faz, triunfante, sem a menor sombra de cansaço, o percurso Província-Lisboa ou vice-versa, enquanto o «boato-cocus» esfrega um olho.

Há casos que excedem e desafiam todas as possibilidades de imaginação. Por exemplo: um

boato posto, em ovo, no Terreiro do Paço, em Almada ou em Alcabideche, às 10.35 da manhã, surge, sibilante e penugento, na Rádio Moscovo, às 9.45. Quer dizer, chegou a Moscovo cinquenta minutos antes da partida daqui.

O mais estranho e que desnorteia todos os tratamentos e precauções que queiram tomar-se para curar ou evitar o contágio ou as repercussões do mal, é a sua absoluta resistência a todas as terapêuticas e a todas as vacinas. Não há imunizações. O paciente curado ou em vias de cura, e mesmo restabelecido, pode sofrer, no espaço de um dia, repetições sucessivas do ataque do bacilo. Há sujeitos que recidivam, em períodos de poucas horas, quatro e cinco vezes. Saem, ainda combalidos, dum «boato-cocus» e recaem logo a seguir noutro.

A receptividade do bicho é uma coisa inacreditável. Poderia pensar-se que as pílulas da desilusão ou frequentes compressas de desmentidos constituiriam, aplicadas a tempo, processo de vacinação mais ou menos eficaz. Qual! A «boatite» gera a «boatite». Nem o isolamento evita as recaídas sucessivas. O diabo da bactéria infiltra-se pelas frinchas, atravessa as paredes, surge, ressurge invisível, elástica, com sete fôlegos e outras tantas antenas.

Impor-se-ia, como medida de profilaxia, fazer sondagens e exames microscópicos da atmosfera, a determinadas horas, no Chiado, em Cacilhas, nas repartições públicas, nas plataformas dos eléctricos, a fim de se verificar a percentagem de «boato-cocus» em suspensão no ar e em plena virulência. A estatística seria, com certeza, impressionante. Impressionante e necessária, porque se verificaria que um «boato-cocus» se reproduz, a seguir, sem a mínima fadiga, até ao infinito. Um «boato-cocus» pode chocar, por segundo, cem a duzentos boatos — e todos diferentes, todos enormes, todos absurdos. Um «boato-cocus» produz, sem esforço, ninhadas de pintainhos de boatos e, às vezes, mesmo mais que pintainhos, verdadeiros perus, já feitos e de monco azul e vibrante. Esses, bem cozinhados, absorvem-se com extrema facilidade, mas comem-se, mesmo crus.

Há quem esteja tão habituado àquela comida que já nem lhe toma o gosto. Depõe-na logo em seguida, sem a mastigar — e tal como a engoliu. Há quem faça isso quase sem sentir. Assim não há diagnósticos possíveis para a «boatite», aguda ou endémica. Mas as faculdades de adaptação humana são inesgotáveis

e cá vamos vivendo todos, mais ou menos contaminados, mas de perfeita saúde. Questão de hábito. Já não há «boato-cocus» nacional que nos baste. E ainda por cima há os importados. Mas a verdade é que não chegam aos nossos. Lá nisso ninguém nos bate — em «boato-cocus», portuguesíssimo da gema, da melhor gema nacional.

NAQUELE TEMPO

Quase todos os que por esta casa passaram, fazendo do «Diário de Notícias» um dos últimos centros de renovação e alegria da vida de Lisboa, são hoje apenas distantes e amigas sombras. Dos vivos, recordo a camaradagem, brilhante e dedicada, de Acúrsio Pereira, que ficou sempre um mestre desta profissão de andarilhos da letra redonda. Rocha Júnior veio também e trouxe o brilho de um talento pessoalíssimo. Norberto de Araújo, o primeiro poeta da reportagem e romântico paladino de Lisboa, já morreu. E, olhando em volta, dessa primeira hora não vejo mais.

Pereira Coelho, com Cristóvão Aires, a quem um dia chamei o d'Artagnan da Amizade, e Lino Ferreira vieram logo a seguir. Eu conhecera Pereira Coelho pouco antes. Chamei-o para a redacção da secção de teatro. Com ele, entrou o Lino, «gordo e sátiro», como dizia

Antero de Figueiredo, e que tinha graça às carradas. Pereira Coelho encarregou-se do lançamento do primeiro concurso de quadras populares, que, com a colaboração literária de Acácio de Paiva e artística de Francisco Valença, constituiu um êxito enorme de publicidade.

De madrugada apareciam os noctívagos. Vinha Vicente Arnoso, esguio, boémio e lírico, que carregava nos «rr» e tratava toda a gente por «ó menino!» Aparecia e sumia-se, feito de talento e azougue, o Luís Galhardo. Vinha o O'Donnell, que foi um dos precursores do cinema em Portugal, de bigode loiro e de risinho loiro. Vinha Aníbal Soares, que começou a escrever os folhetins. Chegavam, fora de horas, os actores, que nesse tempo, depois do teatro, ainda frequentavam as redacções. Entrava a Ângela, apareciam a Adelina Abranches, o Inácio Peixoto e toda a corte do Lino. Durante uma «tournée» que fizeram em Lisboa, Vera Vergani e Dario Nicodemi passavam sempre — para saber notícias.

E, às tantas da madrugada, íamos todos cear, ali ao pé, no Bairro Alto, que nesse tempo ainda estava alto. A ceia era, nessa época distante, um dos ritos da profissão. No fim de ter

escrito o «fundo», a crónica, a notícia, de ter alinhavado o telegrama, a ceia fazia parte da literatura. «O que é que se come?» — bradava o Lino, sempre com o inseparável manuscrito inédito de uma revista ou de uma comédia debaixo do braço. «Ó meninos! — respondia o Arnoso — a estas horas (e mastigava o r) tudo o que vierr morre!» «Traze iscas à *Diário de Notícias*, e a três colunas» — reclamava o Cristóvão. Bons tempos! O fígado e o jornal ainda se comiam às iscas!

Vinham também, às vezes, os políticos. O António Maria da Silva, que trazia sempre o seu mistèriozinho na pasta, vinha rever as «provas» do parlamento. E, de caminho, pedia licença para telefonar. Mas, fiel ao seu pequeno mistério, usava falas cabalísticas. Uma vez ouvi o seguinte diálogo: «Está lá? Quem fala? Daqui é o *barbichas*.» Ao apelo respondeu de lá uma voz: «Daqui fala o *careca*.» Era o Álvaro de Castro. Identificavam-se assim.

Data dessa época a publicidade famosa do «Barrabás», primeiro filme cinematográfico em séries semanais, publicadas no jornal e simultâneamente exibidas no «Olímpia». O «Barrabás» teve uma propaganda «à americana». Anunciámos que, numa determinada

tarde, um desconhecido passaria no Rossio, trazendo um envelope com uma certa quantia em dinheiro para entregar à primeira pessoa que lho pedisse, pronunciando a palavra «Barrabás». À hora indicada, o Rossio e ruas vizinhas encheram-se a abarrotar. Foi preciso chamar a Guarda Republicana. E escolheu-se, como precaução, um atleta do Coliseu, cedido pelo Ricardo Covões — para ser o portador do prémio e poder conter a multidão.

Cada dia tínhamos uma forma nova de reclamo. Noticiámos uma manhã que, de tal a tal hora, todos os que entrassem num dos cabeleireiros e barbeiros de Lisboa — cujo número fora prèviamente escolhido, mas que naturalmente não era indicado —, todos os que entrassem e primeiro dissessem: «Eu sou o Barrabás» teriam direito a um serviço gratuito e completo, de cabelo e barba. O resultado foi que, nessa tarde, todos os fregueses, na dúvida das barbearias que estariam ou não na combinação, pronunciavam a palavra da senha. Ao mesmo tempo, ao telefone, ligando a esmo para vários números do Anuário, surgiam vozes a perguntar pelo «Barrabás» — e assim o título do romance, e do filme, tornou-se um coro quase geral.

Por essa ocasião, fui visitar Maria Amália Vaz de Carvalho, muito doente e que devia morrer pouco depois. A grande escritora, minha querida Amiga, mal podia falar. Ao sair do quarto, quando eu já ia na porta, ainda ouvia a sua voz, a sua pálida voz, quase imperceptível, dizer-me: «Olhe que eu também leio o «Barrabás».

*

Um jornal é juventude. Não se fazem jornais com sapatos de ourelo. Só a juventude, seja qual for a idade, é contagiosa, porque só ela é entusiasmo. E não há profissão mais moça e mais alcoólica do que esta que se renova em cada hora, sempre incompleta e sempre renascente.

Uma noite, combinámos lançar o boato de um conflito e de um duelo entre dois actores célebres e queridos do público: Nascimento e Alves da Cunha. A notícia, com aquela vertigem com que os boatos circulam, a jacto, em Lisboa, logo correu toda a cidade. Na manhã seguinte, à hora em que indiscretamente fora divulgada, Nascimento e Alves da Cunha apareciam gravemente no campo. O combate ia começar quando, perante os olhos atónitos dos

curiosos, dos fotógrafos e dos repórteres dos jornais, os dois artistas e grandes amigos se lançaram à gargalhada nos braços um do outro. Desmascarou-se o embuste de que o jornal tivera o exclusivo — e Lisboa riu connosco.

Talvez pareçam hoje estranhas estas coisas, que representaram uma curiosa aventura do rejuvenescimento deste jornal, que, na sua vida quase centenária, teve naturalmente mais do que uma mocidade. Norberto de Araújo mandava-nos as suas reportagens da Itália de Mussolini. Eu próprio ia a Roma entrevistar o Papa Bento XV e ouvia no Palácio de Miramar Afonso XIII falar-me durante duas horas de uma política internacional, que, nesse momento, parecia agitada, mas que, à distância, tem hoje o ar de um idílio para donzelas. Começava a enublar-se o Mundo.

Um dia, o excelente e dedicado Rangel de Lima, que havia sido um dos melhores pilares do «Diário de Notícias», entrou no meu gabinete, levemente assustado. O burburinho da casa fazia-lhe mal. Trazia consigo os manes ilustres do respeitável passado do jornal e chamava delicadamente a minha atenção para o crescente volume que tomavam, nestas colunas, as notícias do estrangeiro, que começava

a revelar-se para a curiosidade dos leitores, em detrimento do reinado da informação miúda e tradicional da Rua da Betesga, espécie de cozido à portuguesa, com salpicão e repolho, de que se alimentava então o paladar público. Recordo-me de que o acalmei, dizendo:

—Amigo Rangel, eu recebo, logo que aqui chego, uns papelinhos quadrados com indicação da tiragem do jornal. Enquanto o termómetro subir, como está a acontecer, permitir-me-ei julgar que sou eu, apressando o passo, quem está no bom caminho.

E estava.

A VIAGEM A VÉNUS

O meu amigo Malaquias, licenciado pela Escola de Basbaques do Chiado, e que tinha formado o audacioso plano, logo que fosse possível, duma aprazível viagem a Vénus, onde tencionava exercer os seus irresistíveis dotes de seguidor de damas, está agora desiludido e perplexo. Após quase três meses de viagem de exploração do espaço, o «Mariner II», à velocidade, que o Malaquias julga excessiva, de mais de 60 mil quilómetros por hora, chegando à proximidade de 53 600 quilómetros do misterioso planeta, de nome tão prometedor para as doces aventuras mitológicas, embatucou por momentos — e deixou de comunicar com a Terra. Pudera!

Àquela distância, depois de ter estabelecido os seus primeiros contactos com Vénus, o «Mariner II», honrando o seu nome masculino, voltou-se para a deusa sideral e passou o pé ao

Cabo Canaveral. O Malaquias teria feito o mesmo e nós também.

Mas o que mais impressionou o meu amigo foi a notícia, enviada cá para baixo pelo ousado satélite, de que a temperatura venusiana é de 315 graus. Parece que há água em quantidade, mas tudo indica que seja a ferver. Embora estas notícias não sejam animadoras para um habitante, mesmo aventureiro, da Terra, o Malaquias, que, embora não seja sábio, não desiste fàcilmente, já tinha resolvido a dificuldade propondo-se levar com ele um aparelho de ar condicionado. Ar condicionado espacial. Para o caso, evidentemente, ar condicionadíssimo.

Além das expressivas lucubrações ambiciosas do Malaquias, os leigos, como nós, que não são sábios nem astronautas mas simplesmente pessoas de juízo, perguntam o que anda o «Mariner» a fazer por lá, a tantos milhares de quilómetros à hora. Agora que sabemos que aquilo por lá aquece e que o rosto do sedutor e feminino planeta está envolvido em espessas nuvens de humidade, pergunta-se o que ganhamos nós, peões da Terra, com isso — neste outro planeta que habitamos, em que não nos faltam nuvens nem cuidados. A não ser que, como alguns afirmam, a América, para a eventualidade de fu-

turas complicações, ande já a procurar, lá em cima, novo local para a instalação da O.N.U., que começa a ser incómoda lá em casa. Se é assim, já aqui não está quem falou. Levem-na para o Espaço — e quanto mais depressa melhor.



Verifica-se que a Lua, que andávamos a perseguir há tempos com uma assídua e científica corte, à custa de foguetões e outros meios de persuasão, já não nos chega. Talvez fosse melhor ir por partes — dizem tìmidamente os profanos. Chegarmos primeiro à Lua e depois lançarmo-nos à conquista de Vénus. Mas — que diacho! — a Lua e Vénus, ao mesmo tempo, não será, talvez, de mais, sobretudo com a idade que tem a Terra?

O negócio da Lua não ia mal. Já na América havia agências que se encarregavam de marcar lugares para as primeiras viagens dos turistas lunares e já se vendiam lotes de terreno para futuros e impacientes proprietários astrais. Eu próprio já tinha de olho uma pequena propriedade de campo para acabar os meus dias na Lua e, como eu, centenas, porventura milhares de aspirantes à tranquilidade

de uma quintazinha com vista sobre a Terra, sonhavam com essa instalação longínqua e, provàvelmente, barata, pelo menos nestes primeiros tempos.

O caso da sensacional partida do «Mariner II» e a anunciada pretensão da tomada de Vénus, mesmo antes de termos a Lua no papo, vem criar hesitações inquietantes. A Lua ou Vénus? Para quem desejar ser dos pioneiros da aventura e do negócio, parece que não há tempo a perder. Estabeleceu-se no Espaço uma espécie de corrida de cavalos — chamados satélites. A ver aquele que chega antes do outro.

A Vénus? À Lua? Estão-se formando, é claro, partidos. Vai haver apostas. Como para o Benfica e o Sporting, estão-se criando estimulantes rivalidades. Há os «luareiros» e os «venuseiros». O meu amigo Malaquias é, como lhes disse, «venuseiro». Eu continuo «luareiro». Não sei porquê, tenho mais confiança na Lua. E, depois, é mais perto.



Já em torno desta espécie de inspecção a 141 mil quilómetros à hora se descortinam curiosidades e surgem problemas desconcertantes.

Parece, segundo informações enviadas para a Terra, que Vénus se oferece aos olhos do «Mariner II» envolvida num espesso véu de nuvens. Dado que Vénus foi sempre considerada, mitològicamente, pouco propensa ao vestuário, é lícito perguntar se este véu de Salomé, com que se apresenta aos olhos electrónicos e ávidos do satélite americano, não constituirá um ardil feminino com que, encobrindo as rotundas formas nascidas da espuma do mar, Vénus procura atrair o incauto e ardente cavaleiro do Espaço. E, sendo assim, afigura-se que não há muito que contar com o regresso, pelo menos para breve, do «Mariner II» ao convívio da Terra.

Ainda trinta e tantos milhares de quilómetros separam o indiscreto perseguidor da sua almejada presa. Mas que são três dezenas de milhares de quilómetros nos cinquenta e tantos milhões que separam da Terra o seu enviado especial?

Quanto a nós, o grande erro foi mandar para esta perturbante aventura um satélite masculino, mais fàcilmente acessível à tentação mitológica a que ia ser submetido. Se ele cai nas nuvens que vestem Vénus, é de presumir que lá fique, sem sequer chegar ao seu derra-

deiro destino. Ponham-se na pele dele. Por mais satélite que se seja, a atracção e a vertigem femininas são condições de masculina timidez terrestre.

Para esta tenaz perseguição espacial a uma divindade tão conhecida pelo seu forte «sex-appeal» — eu, se fosse sábio do Canaveral, teria preferido uma satélite-mulher. A ancestral curiosidade de Eva, sobretudo de mulher para mulher, daria mais eficientes garantias de resistência e, porventura, de perspicácia.

A realidade é que, digam o que disserem, não parece que devamos ficar, com os resultados desta aventura, muito mais habilitados do que já estamos a penetrar os segredos planetários. E a estas horas o que dirá a Lua, já meio desvendada, mas ainda não conquistada pelos homens, a esta concorrência que lhe é feita e que pode dar lugar a inesperados despeitos? Ainda não chegámos a uma e já andamos atrás da outra. Esta duplicidade não é de molde a criar-nos uma boa reputação lá no alto.

De todas as formas, se alguém tem de atingir Vénus, que, mesmo nas eras mitológicas, nunca gozou duma reputação sem mancha, não será o «Mariner II», que é ingénuo e vai certamente ficar pelos nevoentos arrabaldes. Como

português, voto pelo meu amigo satélite Malaquias II, que, se lá vai, com o treino que tem de seguir no Chiado, com nuvens ou sem nuvens, e armado de ar condicionado, não volta tão depressa. E, se regressar, conta-nos tudo.

Mas eu, por enquanto, continuo fiel às ilusões da Lua. Até ver.

PERFIL DO DIA

SEGUNDO as fotografias que vejo nos jornais, o actual Sr. Bidault pouco mudou do Sr. Bidault, que eu conheci em Paris, ministro dos Negócios Estrangeiros e chefe do Governo, nos anos que se seguiram imediatamente ao fim da guerra. Apenas um menos de cabelo e ar ligeiramente mais fatigado. Deve ter engordado um pouco. A vida sedentária e as adversidades engordam.

Bidault fora, nos velhos tempos da Ocupação, o chefe da Resistência interna, em França. Professor de História, um dos chefes do M. R. P., partido democrata-cristão, escrevia no jornal «L'Aube». Dirigente em França dos resistentes franceses e que, só porque a Libertação se antecipou, não foi julgado e condenado pelos Alemães, ele detestara sempre De Gaulle, chefe da Resistência, no exterior. Entre ele e

o general devia-se ter criado esse complexo de inferioridade que os homens muito baixos têm diante dos homens muito altos. Sentem-se sempre — sentados. De Gaulle e Bidault nunca gostaram um do outro. E os acidentes da vida e da política aumentaram essa espécie de alergia mútua.

Um dia, começou a dizer-se que Bidault, ministro dos Negócios Estrangeiros, ia casar com o seu chefe de Gabinete — o qual chefe de Gabinete era uma senhora, antiga e heróica resistente, M.lle Borel, secretária de Legação, e que fora muito falada a propósito de um romance célebre de Roger Peyrefitte, precisamente irmão de um ministro francês do Governo actual.

M.lle Borel, depois M.me Bidault, é uma pessoa extremamente inteligente, que desempenhou um papel importante na Resistência. Sabia-se que ela também não suportava De Gaulle e que, como seu marido, não o ocultava. Era considerada, já nesse tempo, o inimigo número um do general.

Recordo-me de que, nas eleições de 1951, quando os partidários de De Gaulle, então em Colombey-les-Deux-Églises, conseguiram eleger, ruidosamente, um forte núcleo de deputados, que depois se dissolveu na acção parla-

mentar — recordo-me de que, tendo ido, nessa ocasião, visitar Bidault, este me recebeu, cercado de telegramas e recortes de jornais, no escritório da sua casa de Saint-Cloud, e logo, às primeiras palavras, me disse:

— *C'est un grand malheur.*

Supunha-se nessa altura que essa primeira vitória eleitoral levaria De Gaulle imediatamente ao poder. E Bidault comentava:

— Será uma grande desgraça para a França e para o Mundo porque De Gaulle — eu conheço-o — se chegar ao Governo quebrará toda a loiça, como fez entre 45 e 46, e depois amua e vai-se embora.

Mas o êxito das urnas dessa época não alterou o curso da Quarta República. De Gaulle continuou em Colombey, donde só em 1958, levado, não pelos votos mas por um forte movimento nacional gerado na Argélia, havia de partir, vitorioso, para entrar no Eliseu e fundar a chamada Quinta República.

Bidault, de pequena estatura, com um eterno franzir irónico dos lábios, disfarçando uma corajosa e autoritária personalidade, era um espírito vivo e mordaz. Uma vez, num jantar oferecido pelo embaixador Sousa Dantas, falava-se, à mesa, da aviação e dos aviões. Bidault,

então ainda ministro, confessou que, como eu, não tinha grande entusiasmo pelas viagens aéreas. E, aludindo à primeira vez em que, durante a ocupação alemã, voara na Argélia, comentou com um saboroso sorriso:

—Lembro-me de que no avião vinha, também, um sujeito que depois começou a gozar de certa notoriedade, um tal Sr. De Gaulle.

*

Com essa aversão ao general De Gaulle, Bidault professava uma outra marcada antipatia pelo generalíssimo Franco. Era alérgico aos generais. Quando, depois de ter atravessado de automóvel a Espanha, cheguei a Paris, em Fevereiro de 1945, o actual refugiado do Brasil, então, como disse, no Quai d'Orsay, quis logo saber o que eu pensava da estabilidade do regime espanhol.

Perguntei-lhe se me autorizava a ser sincero e, como ele amàvelmente anuísse, respondi-lhe, sem hesitar:

—A minha impressão é de que Franco nunca esteve tão sólido como neste momento.

Bidault teve um demorado e franzido sorriso e objectou-me:

—Não são essas as informações que nós temos. Estou certo de que Franco não dura no poder dois meses.

E ficou a bambolear-se no «fauteuil» ministerial e a saborear com evidente gozo a profecia.

Devo acrescentar que, passado pouco tempo, noutro encontro que tivemos, Bidault, bom jogador, veio ao meu encontro para me dizer:

—Afinal, era o senhor quem tinha razão. O Franco ainda lá está. Enganei-me.

Nunca percebi bem as razões desta intransigente e quase pessoal hostilidade ao chefe do Governo espanhol—hostilidade, agora desvanecida, que encontrei, nessa época, em muitas personalidades de França, conservadoras e tementes a Deus. Mauriac, por exemplo. Mauriac, católico militante, romancista e homem das direitas, detestava igualmente o generalíssimo Franco. Mas essa fobia não era dos generais, porque o romancista sempre adorou e ainda adora De Gaulle. Mistério. A verdade é que o novelista de «Therèse Desqueiroux» nunca falava de Franco sem faiscar olhares de cólera. Um dia contou-me que, havia anos, numa festa na Embaixada de Espanha, sua mulher, M.me Mauriac, se encontrara ao lado

dum pequeno oficial espanhol que, durante todo o banquete, não abriu bico.

— Imagine o senhor quem era? Um tenente, ou coisa parecida, que chegara de Marrocos e que se chamava Franco. Mal diria eu que esse homem, que, naquela época, não falava, teria, mais tarde, de fazer falar tanto dele! — acrescentou.

Esta evocação era, talvez, um pouco irónica. Mas a verdade é que não explicava o resto. Os conservadores franceses têm destas singularidades. As suas divergências são, por vezes, mais geográficas do que doutrinárias.

Quando se reuniu em Lisboa o Conselho Geral da N. A. T. O., Bidault veio a Portugal, mas, logo ao chegar, adoeceu e não tomou parte em qualquer sessão. Devi-lhe, nessa ocasião, a amabilidade de, estando hóspede do meu e seu amigo Neuvy, ter manifestado ao seu hospedeiro o desejo de me encontrar. Almoçámos juntos em Algés. Foi essa, creio eu, a última vez em que nos encontrámos.

Dizia-se nesse tempo que o político francês, que os seus inimigos conheciam em Paris pela alcunha maliciosa de «Fine Bidault», estava gravemente doente. Mas, como a História mostra, o seu fígado melhorou consideràvel-

mente e, errando de terra em terra, revela-se agora à prova de todas as clandestinidades.

De pequena estatura — no aspecto físico uma espécie de António Maria da Silva traduzido em francês e sem óculos nem barbicha —, a resistência de Bidault iguala a sua tenacidade biliar.

Agora, o inimigo vencido de De Gaulle parece aceitar tudo menos desistir da sua campanha política. Os homens e os fígados não se medem aos palmos.

ARTE COM «A» GRANDE

AQUELA velha e arruinada cidade de Gullen é a Europa. Aquela velha dama milionária Clara Zahanassian é a estranha, cruel e corruptora potência do Dinheiro. Sob a influência da sua acção e dos sortilégios do seu maléfico poder, aviltam-se e submetem-se as consciências, e a sua corrosiva presença leva aquela humanidade, empobrecida e vencida, à tentação e ao crime. O velho Alfredo III, culpado dum delito de mocidade, punido pelo desamor da sua juventude, é o símbolo literário do Espírito europeu, sacrificado ao sinistro império do materialismo triunfante.

Quadro de arrepiante cinismo? Sem dúvida. Mas a peça de Durrenmatt, que o Teatro D. Maria representou com uma altura e um brilho que nada têm a invejar a qualquer palco do Mundo, não é uma anedota vivida ou sequer vivível. Passa-se fora da realidade,

no domínio do espírito e dos seus infinitos, tortuosos mistérios. Exagero, deformação? Sem dúvida. A obra é uma farsa trágica, estranha, patética caricatura que tem no próprio ambiente de irrealidade e nos seus excessos, sempre à beira do abismo, a sua dolorosa e candente inspiração. Anticristã? Certamente. Mas anticristã na pintura, na trama da sua impiedosa e implacável acção. E das sombras do quadro, da violência monstruosa das suas linhas resulta, mais do que de todas as tiradas moralizantes, a sua condenação, o seu tácito protesto. E é aí que está a sua acção cristã — no alastramento do mal humano que denuncia, na reacção moral que suscita.

Drama de consciência, é nas consciências que idealmente reside a condensação dos títeres que a movem. Não há um só espectador que não saia horrorizado da visão daquela lente amplificadora em que cada homem de hoje reconhecerá, num recanto obscuro do seu espírito, a culpa da sua condição humana, do declínio do seu tempo, ameaçado nas suas forças morais, na sua alma, pelo crescente domínio do deus Moloch, da crescente usurpação do Anticristo, da diabólica garra da mediocridade, da hipocrisia, dos instintos.

Não é só a velha Europa, a pequena e imaginária cidade de Gullen que se sente ameaçada pelo antiespiritualismo que a invade — pela «velha Senhora» que chega para a corromper. É o inteiro Mundo. É toda a Civilização espiritual que herdámos e que a longa e tenaz infiltração da sedução, sem peias, do materialismo, na política, na arte, nos costumes, perverte. Resiste o Espírito? É certo, mas logo o abafam, como na farsa de Durrenmatt, a pusilanimidade e as transigências do meio, as pressões da própria miséria, os egoísmos da própria dor.

E assim, ao contrário da solicitação aparente duma contagiosa imagem, é na inspiração da revolta que cria, nas próprias e exageradas sombras do mal, que a sua repercussão se transforma numa cruel, feroz, trágica lição.

*

Não são outros, nunca foram outros os objectivos, as contingências ou o papel da Arte — que não é apologia, nem tribuna. A Arte não é fotografia: é interpretação, visão, clarão ou claro-escuro da Vida. E nesse sentido Arte é

sempre deformação, porque as suas medidas não são as medidas reais, mas as proporções da imaginação, que, quando reproduz a realidade, é sempre irreal.

O drama espiritual da subversão e da angústia da nossa época — subversão e angústia que foram sempre, através dos tempos, a tragédia humana — está no símbolo daquela «velha Senhora» que é a Anticivilização, a negação, a dissolução das forças da Cultura espiritual, da renúncia e da alma cristã cuja tirania ameaça o Mundo. Está naquele solitário, abandonado espectro do Passado, figurado pelo velho Alfredo, cercado, subjugado, atingido por todos os estímulos do egoísmo e do antiespírito.

A tragédia é, repetimos, um drama de consciências, dado com um vigoroso talento literário e cénico. O que ela representa é uma perspectiva da luta travada no Mundo, quando a «velha Senhora» chega. E é nisso que está o pungente apelo que a sátira e o sarcasmo lançam do fundo daquele duelo entre a Cidade Perdida e o Homem, só, que ela, na criminosa ilusão de salvar-se, condena — condenando-se também irremediàvelmente no sangue do seu imolado espírito.



Lição do nosso tempo, discutível nos seus processos, mas profunda e sensível nos seus intuitos, com aquela ímpia «Senhora» que chegou ao nosso palco do D. Maria, e trouxe também um alto ensinamento de Arte. E já que falo duma, não quero deixar de falar do outro.

Há bastantes anos que quem estas linhas escreve vem a proclamar que a chamada crise do nosso Teatro não era uma crise de textos — que sempre houve e sempre são de esperar na nossa literatura dramática — nem uma crise de intérpretes. Muito menos uma crise, mais sensível que em qualquer outro país, de curiosidade e de público.

A crise do nosso Teatro era apenas uma crise de direcção e de estilo. O nosso Teatro tinha, infelizmente, perdido a noção de que teatro é conjunto — e que as leis da cena são as mesmas leis que regem a sinfonia e a orquestra. Os nossos palcos tinham esquecido o papel primacial, na arte de representar de hoje, do encenador, coordenador de valores e de tonalidades, substituindo-o por uma espécie de amadorismo, em que o marcador de cenas,

distribuidor apenas de figuração cénica, nunca conseguia ser o criador do ritmo da representação, o seu orquestrador, o chefe de espectáculo e o seu estilizador. Denunciei uma vez, na inauguração do busto de Augusto Rosa, que, naquela ocasião, havia em Portugal, com dois ou três teatros, mais encenadores do que em Paris, com quase duas dezenas de casas de palcos a funcionar. Em teatro, os livres-atiradores passaram à história. Teatro é disciplina — e unidade.

Amélia Rey Colaço compreendeu isso e fez a sua repetida experiência, chamando à direcção cénica da sua casa um mestre profissional estrangeiro. E o resultado viu-se. O que «nacionaliza» a Arte é a expressão. O que «nacionaliza» o teatro é a língua em que é falado. A Arte é, por essência, nos seus processos, universal, mesmo quando os seus temas são nacionais ou regionais.

UMA GRANDE E SIMPLES VIDA

CREIO que as recordações que vou evocar já as referi há anos, mas vêm agora, outra vez, a propósito, para iluminar dessa subtil claridade que se chama a pequena história o perfil do homem, singular, grande e ilustre, que acaba de desaparecer.

A circunstância de pouco tempo antes ter tido, com Herriot e Henri de Jouvenel, ocasião de fundar em Paris uma instituição que ainda hoje vive, a Imprensa Latina, dera-me, pelas relações que no meio jornalístico da França desse tempo esse facto me criara, oportunidade de proporcionar ao «Diário de Notícias» o ensejo de lançar a consagração de ordem universal que a primeira travessia aérea do Atlântico Sul merecia, pela sua vasta repercussão histórica. E foi assim que tive a honra de receber

em Paris e acompanhar à Sorbonne, a uma sessão presidida por Louis Barthou, Sacadura Cabral e Gago Coutinho, de volta da sua heróica, gloriosa e extraordinária viagem oceânica.

Paris é o mais vasto e fulgurante posto de observação do Mundo, mas é preciso levar-lhe lá os factos para que ele os veja: não tem tempo para os ir procurar no resto do Planeta. Mas quando os vê, quando de longe, ou de perto, os pode medir, nenhum «écran» é mais vibrante e luminoso para os reconhecer e projectar.

Lembro-me de que, na antevéspera da chegada ao aeródromo de Bourget, onde Sacadura e Gago Coutinho deviam desembarcar do avião «Latacoere» que os viera expressamente buscar a Lisboa, fui à redacção do «Matin», que era então o primeiro jornal de Paris, procurar Henri de Jouvenel, seu redactor principal, meu amigo, e que, mais tarde, havia de ser meu colega num posto diplomático em Roma. Jouvenel era um dos mais eloquentes e encantadores espíritos que tenho conhecido, mas era, de alto a baixo, francês, com todas as frontei-

ras da França nos olhos. Para ele, o Mundo era a França e os seus arrabaldes.

Vejo ainda o admirável jornalista e orador sentado em frente da sua grande secretária, perto de uma janela que dava sobre o «boulevard». Quando lhe falei de Sacadura e Gago Coutinho assestou-me o monóculo literário e, com um certo ar indiferente, perguntou-me:

—*Mais qu'est ce qu'ils ont donc fait, vos compatriotes?*

A travessia fora já alguns meses antes. Jouvenel, que vivia a 150 quilómetros à hora e morreu disso, já a esquecera. Eu levava um bilhete-postal comemorativo do admirável facto histórico e que tinha um mapa bastante bem desenhado, com todo o itinerário e os incidentes da excepcional proeza. Estendi-lho, acrescentando:

—*Çà.*

Jouvenel olhou, fixou longamente o trajecto, leu as suas datas, revirou duas vezes o postal entre as mãos e, elevando-se na poltrona, num brusco sobressalto, gritou-me quase:

—Mas é maravilhoso! É magnífico! Conte com metade da primeira página do «Matin», no dia da chegada.



Eu partira para Paris dias antes da largada do avião «Latacoere» e devia aguardar os dois grandes aeronautas na capital francesa. Gago Coutinho e Sacadura vieram despedir-se de mim, à estação do Rossio. Antes da partida, o almirante chamou-me de parte para me dizer:

— Como vamos ter grandes recepções, eu e o Sacadura, devemos levar uniformes de gala, que não cabem nas bagagens que temos de transportar no avião. Tenho aqui duas pequenas malas que lhe pedimos para o senhor levar consigo e nos entregar em Paris.

Acedi com prazer. Instalei as malas no meu compartimento. No dia da chegada dos dois heróis transatlânticos fui naturalmente esperá-los ao Bourget. O avião «Latacoere» atrasou-se bastante. João Chagas, então ministro em Paris, e Afonso Costa, grandes entusiastas dessa memorável jornada e que estavam comigo, inquietavam-se. E eu também. Naquele tempo não se voava como agora. Eu receava ter concorrido para sacrificar à espectaculosa entrada, em Paris, pelo ar, dos dois admiráveis portugueses, descendo dos céus, como Lohen-

grin, a prudência que a segurança das suas gloriosas vidas impunha. E mal poderia eu prever então que, anos mais tarde, Sacadura iria morrer num estúpido acidente de uma banal travessia da Mancha!

O «Latacoere» chegou, entre aclamações. Acompanhei Gago Coutinho ao Hotel Magestic, onde lhe estava reservado quarto e onde tinha deixado as malas que ele me entregara no Rossio.

Despedimo-nos. Deixei-o descansar, prevenindo-o: «Às sete e meia virei buscá-lo para o banquete oficial.»

E acrescentei, forte no meu protocolo:

—Grande uniforme, almirante.

Voltei à hora marcada. Bati à porta do quarto. Silêncio. Foi minutos depois que ele me apareceu a abrir a porta—em impávidas cuecas e camisola.

Tive um acesso de pânico.

—Então ainda está por vestir? São horas.

Gago Coutinho, impassível, como se nada fosse com ele, com aquela serenidade inigualável que tanto lhe servia para não pestanejar, nos momentos culminantes e históricos, como nos pequenos incidentes da vida, retorquiu-me

apenas, sem se apressar, sem elevar a voz, sem sequer sorrir:

—O senhor deixou-me a mala, mas esqueceu-se de me deixar a chave. Como queria que me vestisse?

Saímos juntos. Logo, aos primeiros passos na rua, Gago Coutinho dizia-me contrafeito:

—Olhe, eu vou hoje ao banquete porque, enfim, não quero desmanchar a cerimónia. Mas, de hoje em diante, peço-lhe que arranje com que me deixem em paz. As festas, as honras—dêem isso ao Sacadura, que ele gosta. Eu não suporto. Quero aproveitar estes diazinhos para passear à minha vontade, sem que reparem em mim.

Interrompi-o, aterrado:

—E a sessão da Sorbonne?

—Está bem. A essa vou. Fala o Sacadura. Mas, já sabem, não abro o bico. Assisto. Creia que com sacrifício. Palmas? Festas? Não sou homem para estas coisas. Quero mas é ir ao Bairro Latino, aos museus e a Montmartre e não falto às «Folies-Bergère».

E acrescentou, para me consolar:

—Esteja descansado. Ninguém dá pela minha falta. Nem eu.



E foi assim, apagado, sempre pura essência e pura emanação do povo de que viera, metido consigo e com os seus livros, os seus quadrantes, os seus mapas, alheio a todas as honras, simples, tranquilo, que atravessou a Vida e a Glória, revestido da sua orgulhosíssima modéstia, este grande português do século XVI, homem das naus, herói entre os heróis, sábio entre os sábios, detestando as grandes aventuras da nossa história.

Alguém disse um dia que ele parecia ser a única pessoa em Portugal e no Brasil que não conhecia... o Sr. Gago Coutinho. E era.

Tenho a impressão de que morreu — sem o conhecer. Quando agora se encontrar, doutor entre os doutores, de capelo e boina, no Outro Mundo, só se Sacadura Cabral, seu irmão atlântico, o apresentar é que ele a custo se reconhecerá na ofuscante Imortalidade, coroada de louros, que o espera e que, em vida, tanto o atordoava.

Imagino-o daqui a desculpar-se, como fazia em Paris:

— Palmas? Festas? Não sou homem para estas coisas.

E, devagar, quase escondendo-se, lá em cima, deve ter dito a S. Pedro, apontando um canto escuro do céu:

— Se o Senhor São Pedro permite, eu prefiro ir ali abaixo esclarecer umas dúvidas com o Pedro Álvares Cabral.

E, olhando a rota azul do Tejo, os dois ainda lá estão, com certeza, longamente, a conversar...

O EMBAIXADOR DA FRANÇA NAS NUVENS

A França literária celebrou o 10.º aniversário da morte de Claudel. Acabo de ler, no último número duma revista francesa, três artigos de André Maurois, de Henri Mondor e de Daniel Rops sobre Claudel. E revi nas minhas recordações a figura do Poeta, tal como o encontrei e conheci em Bruxelas e, mais tarde, em Paris.

Paul Claudel era embaixador da França na Bélgica quando eu ali cheguei em 1930. Fiz-lhe a visita protocolar que ele, dias depois, retribuiu. Estou a vê-lo na minha frente, sentado numa grande poltrona do meu gabinete da chancelaria. Claudel era um homem excepcionalmente distraído. Tinha momentos em que dir-se-ia que se alheava de tudo. Eu chamava-lhe o «embaixador da França nas nuvens» porque ficaram célebres os seus alhea-

mentos e os seus silêncios, durante os quais viajava, suspenso, nos aéreos espaços.

Foi nessa data que ele fez, entre outras, uma «gaffe» memorável e que lhe custou a sua não admissão na Academia Francesa, em que só anos depois veio a entrar. Acabara de morrer, assassinado em Marselha, Luís Barthou, ministro dos Negócios Estrangeiros e académico. Claudel candidatou-se à sua sucessão literária, dirigindo, como era da praxe, a carta oficial nesse sentido a cada um dos membros da ilustre companhia. Simplesmente, esquecido, como era, das contingências sociais, trocou, na missiva, o nome de Luís Barthou pelo de *Eduardo* Barthou. O escândalo foi duplo porquanto Barthou, a quem ele se propunha suceder na Academia, mostrando ignorar-lhe o nome, era também o seu ministro dos Negócios Estrangeiros. Os «imortais» da Casa de Richelieu, como os seus colegas do Ministério, não gostaram da inconveniência e fizeram-no sentir rejeitando a candidatura, e os diplomatas oficiais — e não há diplomatas mais oficiais do que os franceses — amuaram.

Quando o dramaturgo de «L'Annonce faite à Marie» e de «L'Otage», para muitos a sua

obra-prima, me visitou, estava evidentemente num dia das suas peregrinações pelos astros. Mal se sentou e, feitos os cumprimentos, partiu para o azul etéreo, fixou os olhos no banal tecto da sala — e entrou em êxtase. Tentei chamá-lo à Terra, abordando um assunto humano da conversa. Inútil. O Poeta absorto, insensível, emudecera. Contemplava. Procurei surpreender o segredo que o hipnotizara e tão exclusivamente o prendia às paredes da casa — e vi apenas o estuque.

Avancei outro assunto. Claudel continuava suspenso das suas silenciosas meditações. O caso complicava-se porque eu via jeitos de aquele mudo colóquio astral durar. Tossi, deixei cair um pesa-papéis, na esperança de despertar o meu genial e ausente interlocutor. Nada. Quarta tentativa de tema de conversa e o Poeta, vago, impassível, visìvelmente no infinito, continuava absorto e imóvel. Pensei que ele se ia transformar em estátua e inquietei-me.

Decididamente, para o chamar à vida, era necessário qualquer coisa de heróico e revulsivo. Nessa época, Claudel, que depois com a Resistência, em França, se tornou pé-fresco, era conservador e homem das direitas. Eu

viera há semanas de Itália. Lembrei-me então de um remédio extremo e lancei, como um dardo, esta frase:

— Quando deixei Roma e me despedi de Mussolini este disse-me: «O senhor em Bruxelas vai encontrar Claudel. Diga-lhe que eu falei dele.»

A alusão tinha sido talvez um pouco exagerada. Mas surtiu efeito. O vate, atingido por esta referência lisonjeira e terrena, despegou os olhos do alto, sorriu, moveu um braço e reagiu, satisfeito e interessado:

— Ele disse isso?

Estava salvo. Acordara. Quebrara-se o encanto. Trocámos então duas ou três frases sobre Roma e o mundo — e o diplomata, lírico e épico, maciço e sublime, que ficara sempre na sua estatura espessa e no seu andar balançado, um «bom camponês da França», levantou-se e despediu-se. Respirei. Estivera em riscos de ficar com ele, para sempre, em gesso e poesia, sentado na poltrona.

*

As distracções de Claudel não tinham conta. Uma vez, numa recepção no Palácio Real, o

embaixador da França, que era o decano do Corpo Diplomático, chegou, tranquilamente, com uma hora de atraso. O rei Leopoldo, que não era para brincadeiras, queixou-se ao Ministério em Paris de que «Claudel fizera esperar durante uma hora a rainha Astrid e nem sequer se desculpara». O incidente contribuiu, segundo foi então voz corrente, para a transferência do Poeta do seu posto de «embaixador da França nas nuvens» para Paris, onde encetou, na consagração e culto dos seus concidadãos, a fase mais viva, entusiástica e ilustre da sua imortalidade literária.

Outra vez — e essa anedota correu também mundo —, Claudel, convidado para um jantar, enganou-se no endereço e foi parar, de casaca e condecorações, a outra porta. Por acaso, nesta residência havia também um banquete, para o qual o representante da França não fora convidado. Os donos da casa, confusos, sem saberem como proceder e não ousando desfazer o engano, tiveram, resignados, de mudar toda a disposição da mesa e Claudel presidiu à festa, enquanto no prédio para que fora convidado os convivas o procuravam inùtilmente, pelo

telefone, em toda a cidade. Toda a gente falou do caso. Se calhar, Claudel nunca deu por isso.

*

Foi, na realidade, um grande poeta. Uma vez, num poema, confundiu Portugal com a Espanha e Vasco da Gama com Cristóvão Colombo, mas Deus perdoou já, certamente, o poético e histórico deslize e nós também lho perdoámos. Talvez depois de Vítor Hugo nenhum grande escritor tivesse tido em França a apoteótica celebridade que, nos últimos anos, ele teve.

A última vez que o vi foi na Comédia Francesa durante uma representação do «Soulier de Satin», para a qual a minha amiga Marie Bell me convidara. Ele estava longe, no lado oposto da sala, já decrépito e vacilante, mas ainda olímpico. Não me aproximei. Para quê? Eu, de resto, sabia que o Poeta nunca se esquecia de afirmar que, para ele, a Humanidade se dividia em dois grupos: «os que nunca conhecera e os que já não conhecia». Eu devia estar certamente na segunda categoria. E a experiência de Bruxelas bastara-me — quando ele não despegava os olhos do tecto e eu chegara

a ter receio de que ficasse assim para toda a vida.

Pouco tempo depois, Claudel morria — em 23 de Fevereiro de 1955. O encontro com Deus deve ter sido digno da sua apocalíptica alma. Esperemos que, na Glória, ele não se tenha enganado na porta.

CAPÍTULO DE «MEMÓRIAS»

O homem que, durante mais de 30 anos, dirigiu o Partido Comunista francês e que morreu em França, à parte o triste caso de consciência que, no momento da eclosão da guerra contra a Alemanha, foi posto, pela realização do pacto germano-russo, à sua solidariedade com o regime soviético — facto que o levou à deserção e ao exílio —, nunca foi, no sentido literal da palavra, um incondicional praticante da subversão.

Em 1944, amnistiado por De Gaulle, chefe do Governo da Libertação, Thorez expressamente aprovou a dissolução das «milícias patrióticas» armadas, que eram instrumentos revolucionários, e, um ano depois, nomeado ministro de Estado, manifestou-se pùblicamente contra as greves da ocasião, fez-se o campeão junto dos operários franceses dum duplicado esforço nacional pelo aumento da

produção e desceu ao túmulo coberto pela bandeira francesa. Foram sempre atenciosas as suas relações com De Gaulle, que enviou à família uma carta de condolências.

Revolucionário intransigente, as suas ligações com Estaline e com Kruschef nunca o lançaram na «política do pior», e a sua acção, sobretudo nos últimos tempos, foi sempre moderadora e nunca embarcou em manobras de violência, nem para elas arrastou o seu partido.

Conheci em 1945 esse homem loiro, calmo e que nunca deixou de ser extremamente cortês. Nos primeiros tempos da minha chegada oficial à França, procurei evitá-lo. Fazia dele, nessa altura, a ideia e a imagem do truculento revolucionário peninsular, e, não tendo tido necessidade de qualquer contacto oficial, receava, num eventual encontro, aquele arroto de facciosismo político e de má catadura que é da tradição dos nossos antagonismos de ideias.

Mas uma noite, numa recepção, no Eliseu, ao atravessar uma sala, encontrei-me em face dum grupo em que só reconheci, à primeira vista, o ministro da Suíça, com quem tinha excelentes relações pessoais e que, com um

cumprimento de simpatia, me deteve à passagem. Tive de parar a fim de corresponder à efusão do diplomata suíço. Um dos componentes do grupo, que conversava animadamente, era Maurice Thorez. O meu interlocutor, vendo que eu só saudava de longe o chefe comunista, apressou-se, solícito, a apresentar-nos.

Confesso que com alguma surpresa vi Thorez corresponder à distância cerimoniosa do meu cumprimento com uma acolhedora cordialidade. E mais surpreendido fiquei quando o vi aproximar-se de mim, dizendo-me:

—*J'ai beaucoup de sympathie pour votre pays.*

E acrescentou amàvelmente:

—Sou de Lille e desde sempre me habituei a considerar os operários portugueses, numerosos nessa região, entre os melhores e os mais trabalhadores do mundo. Excelentes. Todos na minha terra, sejam quais forem as convicções, estimam os seus compatriotas.

E a conversa continuou neste tom durante largos minutos. Num dado momento, Thorez dirigiu-me mesmo algumas palavras de simpatia pessoal, afirmando que conhecia os meus sentimentos de afeição pela França. Falámos

de Portugal e da Espanha. Thorez conhecia a Espanha de a ter visitado. Nunca viera a Portugal.

Em todo este encontro do dirigente máximo dos comunistas franceses com o representante dum Governo estrangeiro anticomunista não houve um silêncio ou uma alusão agressiva. Thorez falava com a perfeita correcção dum homem de sociedade. Na sua gravata de seda cor de pombo havia um discreto alfinete de pérola. Estava vestido de escuro e nada, nesse intransigente ideólogo antiburguês, havia de atrabiliário, de boémio ou de reservado.

Não pude deixar, nesse momento, de me lembrar de um encontro semelhante que tivera, havia alguns anos, com o então feroz trabalhista inglês Snowden, depois Lord Snowden. Quando eu o interrogava tìmidamente sobre a realização, nesse momento em que ele chegara ao Governo, dos seus projectos extremistas, proclamados nos comícios, de reformas sociais e do direito de propriedade, o inflamado propagandista respondia-me, com a maior fleuma britânica:

—Entre as nossas doutrinas e a possibilidade política da sua realização há largas distâncias de tempo e de oportunidades a res-

peitar. Eu sou, acima de tudo, inglês, e na Inglaterra sabemos distinguir entre o que está ao nosso alcance e o que anda no ar, fora de mão.



Estas recordações da tolerância e do respeito recíprocos, que levam em França o poeta esquerdista Aragon a tratar na Imprensa o seu adversário da extrema direita, Mauriac, por «mon cher Confrère», mergulham-me em algumas reflexões nacionais. É que as ideias em Portugal têm, habitualmente, vinagre — e eu estava habituado a este paladar.

A mistura de acidez das convicções com os sentimentos pessoais, que é, como o bacalhau à Gomes de Sá, um dos pratos predilectos da mentalidade e da cozinha nacionais, está hoje fora de moda. Não se usa. Pode dizer-se que só os arrivistas negros, que espumam em Adis-Abóbora e no Cairo, julgam que, sem pedradas, a democracia e os princípios não contam. No resto do Mundo, a má-criação deixou de ser um atributo de independência e de convicções. A inteligência hoje faz a barba e só os «Beatles» usam melenas — para impressionar as «misses».



Foi, por certo, um «leninista» impenitente, mas isso nunca o impediu de ser um homem de notória cortesia e de singular moderação pessoal nos seus combates, mesmo extremos, em oposição constante aos violentos do seu partido, como Marty e Lecœur, que ele liquidou. Nunca deixou de ter relações com De Gaulle, que em 1945 o amnistiou e deixou regressar da Rússia, onde esteve refugiado, condenado no seu famoso processo da triste deserção a que a impiedosa disciplina do partido o obrigara.

De Gaulle conta, de resto, nas suas memórias, a forma como Estaline, feita a paz, interveio em favor do seu correligionário, durante a visita do chefe da Resistência francesa a Moscovo. Os termos dessa intervenção não deixam de ter um saboroso e cínico pitoresco. Estaline, falando do regresso a França do seu fiel amigo homiziado, afirmou:

— Se fosse eu, não o prendia...

E acrescentou com um sorriso significativo:

— ... pelo menos, por agora.

De Gaulle, referindo o facto e reproduzindo sem comentários a maquiavélica sugestão, re-

conhece que Thorez, em várias ocasiões, «prestou serviços ao interesse público». E esta frase, que os jornais reproduziram, prova que, acima de todas as intransigências e atitudes, a sociabilidade humana continua a ser uma força política e um índice, o mais elevado, de civilização. Os homens podem ser irredutíveis adversários, mesmo inimigos — com justiça. Só confundem ideias com insultos — os que são incapazes de defender ideias.

Como dizia Bernardino Machado, ser bem-educado não faz mal nenhum à saúde. Mesmo aos que pensam. Os que não pensam, esses não precisam. São infalíveis e bastam-se uns aos outros.

TÉCNICA E POLÍTICA

As exigências crescentes e cada vez mais complexas que o ritmo, as condições e os problemas do mundo actual impõem à vida interna e de relações dos Estados criaram dificuldades e responsabilidades à administração pública e obrigam a sua direcção a exigências técnicas absorventes. Os diplomatas, como os ministros, têm de possuir uma competência, uma preparação e uma actividade profissionais incompatíveis com a improvisação e a facilidade de outros tempos. Têm de ser (repitamos a palavra, porque não há outra) verdadeiros técnicos.

Mas esse título e essa circunstância não podem fazer esquecer o carácter estruturalmente político das funções de governo em qualquer campo. Governar, em qualquer sentido, em qualquer departamento, em qualquer escala, é sempre fazer política. Dirigir um Estado, como

dirigir uma empresa, dirigir, em suma, homens — é atribuição política. A técnica, quer dizer, o conhecimento especializado dos assuntos, é indispensável, mas — no exercício de cargos em que é impossível abstrair do elemento humano e das suas contingências — a visão de conjunto, a acção psicológica, o trato não apenas das ideias mas também das pessoas são indispensáveis. É é isso que se chama a política.

Na condução da vida internacional, como na gerência da administração interna dos governos, esta realidade tem sido e está sendo, por vezes, esquecida ou deformada e com perigos graves. Os povos não são uma massa inerte sobre a qual se possa exercer, a frio, uma acção abstracta, teórica e rígida, como no papel. Os homens não são números. A previsão das reacções humanas, dos interesses, das paixões, individuais e sociais, tem de ser considerada na primeira linha das regras de conduzir, conciliar acontecimentos e homens.

Certamente, a diplomacia já não é hoje o velho Congresso de Viena; como governar internamente já não é também a arte oratória e desgrenhada dos ministros de há trinta ou cinquenta anos, que se improvisavam na lite-

ratura parlamentar, na retórica das assembleias ou no oportunismo do antigo xadrez das ambições. Mudou a face dos problemas. Nada se improvisa hoje no Mundo, nem mesmo os discursos.

Mas, se as medidas dos acontecimentos, a profundidade e a vertigem dos factos geraram novas realidades, nem por isso a condição dos homens mudou. Não é possível dirigir a Terra sentado na Lua. A própria rapidez da vida, as susceptibilidades que ela cria aumentaram. Na diplomacia, como nos gabinetes dos ministros, a política continua a ser, é, cada vez mais, a arte dos imponderáveis, o contacto dos riscos humanos, a dosagem indispensável das paixões, dos interesses criados, da influência de hábitos, de tradições que constituem o segredo e as fronteiras de qualquer acção pública de governo.

O contrário é burocracia, jogos malabares, internacionais ou ministeriais, fora do tempo e do espaço. Administrar tem uma técnica. Governar tem outra. É nessa diferença que se situa a política.

*

A palavra, de facto, desacreditou-se. Política tomou um sentido, eleitoral e pejorativo,

de favoritismo e personalismo. Momentos houve e países houve em que o abuso da mediocridade retórica, o excesso da incompetência facciosa determinaram verdadeiras intoxicações políticas. O excesso político atingiu e corrompeu todas as actividades nacionais. Fizeram-se exércitos políticos, finanças políticas, e a velha e apaixonada matrona, descendo às capelinhas de todas as vaidades, desarticulando e corrompendo, tornou-se um elemento de instabilidade, de divisão e de arrivismo.

Onde isso aconteceu, foi naturalmente necessário, como na convalescença de todas as doenças infecciosas, proceder a desintoxicações maciças, a uma dieta, mais ou menos rigorosa, de paixões. Pôs-se a política em lamparina. Mas para não se morrer da doença, é também preciso evitar morrer da cura. Saneada, fortalecida, reintegrada na sua normal esfera de acção, a política regressa, tem de regressar ao seu natural domínio de influência e convívio. A tecnicocracia descarna a vida colectiva, redu-la a pele e osso. Um Estado não pode transformar-se numa espécie de gigantismo burocrático, anónimo e impessoal, numa máquina de onde o calor humano desapareceu.

A técnica administrativa não dispensa a técnica política.

E não a dispensa em todos os escalões. Diplomacia sem política, quer dizer, sem o contacto de todas as realidades, das imperfeições e dos oportunismos que fazem dos homens seres imperfeitos, vivos, e não anjos nem instrumentos mecânicos; sem a previsão, a relatividade dos factos e das perspectivas indispensáveis para dar à arte de dirigir e conciliar nações, como homens, as suas proporções — diplomacia apenas com o senhor embaixador Régua e o senhor plenipotenciário Compasso — será sempre inumana, fictícia e perigosa.

Diplomacia sem política fez-se ao traçar, no rescaldo da guerra, fronteiras geométricas e de redoma, prontas a desabar ao primeiro pé-de-vento. Diplomacia sem política, quer dizer, sem visão humana, fez-se ao criar o artifício da divisão de Berlim, como se sectores teóricos pudessem ser um processo de arrumar Estados como quem arruma talhões de couves. Diplomacia sem política fazia-a em Versalhes, em 1918, o Sr. Wilson quando talhava a Europa e perguntava o que era o Ruhr. Não se pode fazer política telecomandada.

O regresso da diplomacia à política — é o que se está a fazer agora no Mundo, à custa de ansiedades e mortais perigos sem conta e com futuro pelo menos duvidoso. Diplomatas--técnicos, ministros-técnicos são criações da dietética política desprovidas de eficácia humana. Um país não é uma direcção-geral, nem a vida internacional um tratado e uma chancela.

Técnica, sim. A complexidade da vida moderna tornou-a imperiosa nos problemas que cada vez mais, em lugar de unir, dividem os homens. Mas técnica subordinada à política. As nações não se dirigem no papel. Os povos não se governam por «serviços» anónimos. Só homens, e não regras e estatísticas abstractas, governam homens.

FREI AMIZADE

PASSOU por Lisboa, a caminho de Londres, esse homem excelso, grande sereia do espírito brasileiro pela sedução da sua irrequieta inteligência, nobre e heròicamente amigo, que é Assis Chateaubriand. E essa figura, hoje tão dolorosa e complexa, merece, ao cruzar o céu de Portugal, de que ele foi sempre o fiel peregrino atlântico, que, do alto da tribuna dum jornal português, a voz dessa Amizade, de que ele soube ser intérprete constante e cujo sortilégio foi e é a alma da sua alma — merece que uma voz portuguesa o saúde, com um grande lenço branco da saudade.

A Amizade é uma arte — e é também uma vocação. A mais nobre vocação do homem. Há espíritos que nascem amigos e outros que nascem hostis. Há épocas em que, como uma túlipa de oiro, a Amizade floresce e são a Renas-

cença, em que se cria uma solidariedade nova no Mundo, e o século XVIII, que fez do amor um jardim. Há outros períodos da História — esses, de poucos amigos.

A grandeza humana é, por vezes, árida e triste. A divina compreensão, que não vem da inteligência, mas do coração, sofre melancólicos eclipses. Nuvens baixas escondem o firmamento e apagam os caminhos floridos da Distância. A Amizade é uma flor que precisa de altura para viver.

Atravessamos hoje — e esse é um dos muitos males do Mundo — uma época sem Amizade. O egoísmo ensombra todas as paisagens da Terra. Os homens tentam desesperadamente compreender-se. Mas falta-lhes a chama interior do Amor — desde o amor de Deus, deserto de caridade, até ao profano e errante amor da vida, que é um fogo íntimo. Perdeu-se a virtude da Amizade, que é uma dádiva e não uma troca. Querer bem é um estado da alma. E é essa aprendizagem da alma que falta ao Mundo.

É possível que a Amizade seja, como o Amor, uma lenta caminhada. O sentimento exige cuidado, susceptibilidades, reciprocidade, vagares. Não se é amigo — a correr. A

Amizade é uma raiz na terra. E nós vivemos num mundo sem raízes, num Tempo sem tempo, numa vertigem de que todas as paisagens morais, todos os sobre-humanos ócios desapareceram.

A Amizade é, talvez, como o Sonho, uma paragem — e, nesta correria que se apossou do Planeta, ninguém tem tempo para parar. Não se ama, não se estima alguém — aos encontrões. Amar exige tempo para lembrar e para esperar. Lembrar o quê? Esperar o quê? Os homens de hoje não esperam. Os homens de hoje não lembram. As horas correm — e é a esterilidade da velocidade que tudo queima, que, como uma grande, húmida e permanente sombra, cobre e obscurece os nossos destinos.

*

E, no entanto, a Amizade é a grande, luminosa flor da vida. Nenhum melhor lenitivo para a dor, nenhuma maior alegria para a felicidade, nenhuma melhor esperança, nenhuma melhor vitória para a luta. Esse caro Chateaubriand, a quem eu, um dia, chamei «um homem vulcânico», vive para o combate, para as vitórias, para o culto da Amizade. Porque durante

toda a vida foi um combatente da Amizade, porque para ela viveu, a Amizade paga-lhe agora as dádivas das horas do febril triunfo.

Paga-lhe na fidelidade sem par de que envolve a sua vida. É por ela, pela Deusa de olhos calmos e claros, que ele vive hoje. A Amizade é para ele uma constante presença. De longe, não há acontecimento, não há festa, não há dor que ele não siga, que não partilhe, que não adopte como sua.

Chateaubriand é, por isso, talvez, o homem que mais telegrafa no Mundo, como foi o homem que mais voou no Mundo. O telégrafo e o telefone são as redes de que ele envolve aqueles a quem o seu coração bem-quer. Cada um de nós, de longe, tem-no sempre consigo. A sua memória, que é um dos seus prodígios, é hoje a sua forma mais directa e viva de viajar. De viajar naquela paisagem da Amizade — que é toda a sua paisagem.

Nesse homem, que todos os dias se vence, o dom de bem-querer, o clarão da estima, não são inactivas nem meramente contemplativas funções do seu espírito. São fogo e acção. São energias criadoras. Ainda agora, olhando, através da luz esparsa do aeroporto, Lisboa que, nas asas do avião, lhe acenava adeus, ele

nos confiava: «É preciso reconstituir a frota de Cabral e enviá-la a traçar de novo, no Atlântico, a rota de 1500. Seria belo ressuscitar a grande empresa do mar e Portugal, com Cabral, *achar* de novo o Brasil. Vou a Londres procurar recuperar a saúde, e quereria voltar aqui para assistir convosco à maravilhosa largada.»

E nos seus olhos de águia, que conservam aquela chama incomparável do passado, luzia, como uma imensa estrela, o clarão do seu amor de sempre a Portugal. A Amizade, a Amizade, a Amizade iluminava todo o empolgante sonho de que ele fez uma vida e uma imortalidade. Ninguém nunca deu mais à Amizade. Nunca ninguém dela recebeu mais. Esse homem, que foi o último navegador lusíada do Atlântico, tinha, à sua volta, naquela hora evocadora da sua passagem por Lisboa, os seus melhores e alvoroçados amigos de Portugal e, nas mãos imobilizadas e ardentes, trazia-lhes boas novas, como um cesto de flores e frutos do Brasil.

Ao sair do avião que o conduziu, cada um dos seus amigos presentes vinha contente e trazia em si um pouco da irradiação que se desprende daquela alma que não conhece a solidão

porque traz em si própria o convívio e os horizontes amigos que nunca a abandonam. Ele não é um amigo. É «todos os Amigos» que a sua amizade resume. A Amizade é, ela própria, um mundo. E ele traz consigo esse fabuloso mundo — o mesmo que o leva no voo do avião e que o trará, de novo, em breve, ao sol de Portugal.

A Amizade, meu caro Assis Chateaubriand, é uma pátria. É a sua. Pátria rara, no tormentoso, consumido, apátrido e hostil mundo de hoje. Mas Pátria ideal, seguro porto de abrigo e, para nós, Portugueses, florido jardim suspenso sobre as nuvens e os astros desse Atlântico que nos liga.

Até à volta, Amigo. Frei Amizade, até breve!

A TAMPA

«ABRE a tampa!» — foi assim, com estas palavras, que, na história da Humanidade, se iniciou a chamada «era espacial». «Abri» — respondeu o astronauta que ia entrar, a pé, no Espaço. E a proeza é, de facto, prodigiosa. Naquele momento, a Vida excedia a Imaginação. Um homem dançava, sòzinho, uma espécie de minuete ao compasso de 28 000 quilómetros à hora; vogava nas regiões do Céu e, lá de cima, à distância de 495 quilómetros, fotografava tranquilamente a Terra — repetindo cá para baixo:

— Vejo o Cáucaso!

Esta cerimónia sideral de levantar a tampa, quer dizer, de destapar o Cosmos, ficará na história do génio humano como um acontecimento simbólico. Estamos destapados. Dessa já ninguém nos livra. E aquela surpreendente ma-

ravilha de previsão, de domínio da matéria, de fulgurante audácia, de criação e rigor científicos marca um apaixonante momento da história do Espírito. Um erro mínimo de cálculo, o desvio de um centímetro na rota astral do homem teriam sido a morte e o fracasso.

Confessemos que ver o Cáucaso e bailar o minuete a perto de 500 quilómetros de distância da Terra vale a emoção dada a milhões de telespectadores de, à mesma distância, poderem contemplar o primeiro banho astral e os primeiros passos de dança do primeiro peão cósmico da História.

Abriu-se, pois, a tampa do Universo. Agora é a vez de os Americanos irem destapar outros mistérios da Eternidade. Já lá andam. E enquanto a espantosa empresa de desvendar o que ainda ontem parecia indesvendável e penetrar no Infinito prossegue, gloriosa e impávida; enquanto saltam lá em cima todas as tampas, os homens nadam de escafandro e fazem piruetas entre as estrelas — cá em baixo, os antropófagos continuam a comer, temperados com mel, os seus semelhantes, e com igual doçura, massacram-se uns aos outros; a gripe russa alastra na Europa e no Mundo; os homens batem-se simultâneamente em várias regiões do Globo

e centenas de desgraçados morrem de pavor e de fome.

Já é proibido, por uma lei internacional, levar armas para o Espaço, na legítima previsão de que as cápsulas espaciais se transformem em breve em metralhas espaciais e que o génio humano acabe por instalar em Marte e na Lua as estações atómicas de que precisa para fazer explodir a maravilhosa casca de noz em que afinal, mal ou bem, tapados ou descobertos, vivemos. As guerras, que foram outrora tribais, nacionais, continentais, mundiais, veròsìmilmente serão amanhã cósmicas.

Confesso que, pelo caminho que as coisas tomam, não posso furtar-me a uma certa inquietação pelo futuro e tranquilidade dos nossos netos. Se, num dia relativamente próximo, o Sr. Nasser se apanha num caíque astral e o Sr. Chu En-Lai envia emissários para comunicar com as regiões siderais, e de lá bombardear Moscovo — se os sábios cá de baixo conseguem, a nado, entrar em contacto com os possíveis sábios lá do alto, a coexistência pacífica dos planetas parece-me bastante problemática.

— Levanta a tampa!

Pois sim. Deus queira que não nos arrependemos um dia de a ter levantado tão depressa. Se o homem se intromete com a ordem cósmica, não dou um pataco pela ordem terrestre nem planetária. Antes de levantar a tampa aos astros, talvez tivesse havido vantagem em levantar as tampas aos homens. Os Russos, sem necessidade de ir tão longe, poderiam começar, nesse propósito, a treinar-se cá em baixo. E no Alabama parece-me que também haveria algumas tampas, menos siderais, a levantar.



Isto, na verdade, são apenas desenfastiadas divagações. Nós, que não coubemos outrora na nossa casa, para irmos, de mar em mar e de continente em continente, descobrir e civilizar o Mundo, não podemos deixar de nos comover perante esta empolgante aventura do Espaço. Mas se o domínio das regiões siderais não pode deixar-nos indiferentes, as perspectivas e as consequências da grande façanha de destapar o Cosmos não podem também deixar de nos inspirar algumas apreensões.

A dinastia dos «Voskhods», a sonda «Ranger» e as outras que se lhe seguirão, o «Gé-

meos» e as passadas e futuras naves que irão sulcar todos os itinerários do Céu, com os problemas que porventura suscitam e resolvem, arriscam-se a criar incidentes, provocar consequências, gloriosas sem dúvida, mas portadoras de inconvenientes e contingências humanas que nos é lícito já antever.

A intromissão do Homem no Espaço foi há tempo objecto de acalorados debates na O.N.U. sobre os direitos de propriedade espacial e já entrou nas preocupações de uma nova jurisdição diplomático-cósmica. Encerradas as tempestuosas discussões sobre o colonialismo terrestre, estamos, evidentemente, às portas de um novo colonialismo planetário. A quem vai pertencer a Lua? Que potência vai estabelecer a sua soberania e implantar a sua bandeira em Marte? Até que ponto vão discutir-se e inflamar-se os direitos de ocupação sideral? Onde vai instalar-se a primeira estação nuclear do Espaço? É possível que a O. N. U. (Organização das Nações Unidas), falida cá em baixo, se transforme numa próxima O. P. U. (Organização dos Planetas Unidos). Vamos vê-las e ouvi-las bonitas no Céu!

Ao novo colonialismo planetário sucederá, naturalmente, a breve trecho, um alastramen-

to, com imprevisíveis e astronómicos efeitos, da questão racial. O que espera a Lua — que é branca? O Ghana e os outros Ghanas, empenhados na expulsão dos brancos de África, como vão reagir aos brancos do Espaço? E a Via Láctea, que tem a alvura do leite? Não haverá negros, amarelos ou, porventura, cor-de-rosa em Marte ou em Neptuno?

Sob o ponto de vista desportivo, poderemos assistir também a transformações imprevistas, alargando-se até ao infinito o âmbito das rivalidades e das competições. Em lugar do «football», vamos entrar no período fulgurante do «foot-estrelas». Tremamos pela segurança da Lua, que, além de branca, é bola. Se os futuros «foot-estrelistas» desatam aos pontapés aos satélites, o que — santo Deus! — nos vai cair, simples mortais, sobre as pobres cabeças? Ainda não estamos bem informados acerca das origens, das intenções e dos trajectos dos famosos discos voadores, que, de vez em quando, vêm piscar-nos o olho nos nossos arrabaldes e que, segundo se diz, andam agora a jogar o «esconde-esconde» com os navios japoneses. Quem são? De onde vêm? Se eles se lembram também de, à semelhança do nosso minuete estratosférico, vir dançar o «twist» nas nossas

nuvens? Se eles levantam também sobre nós a «tampa» que nós abrimos nas suas astrais e ardentes barbas?

Já temos na Terra alguns problemas contundentes à escala mundial. Se esses perigos e percalços passam agora a produzir-se e a desdobrar-se «à escala espacial», afiguram-se-me lícitos alguns receios. Os sábios decretaram que os homens, antes de desembarcarem na Lua, se desinfectem bem, para evitar levar para lá o contágio dos micróbios terrestres. Legítima e sensata precaução. Mas ninguém pensou que eles, os exploradores astrais, podem também trazer para cá, no regresso, os primeiros micróbios lunares, marcianos ou venusianos. Que antibióticos será preciso inventar para acudir, por exemplo, à invasão de uma epidemia de febre tifóide vinda da Via Láctea, onde nada nos diz que o leite seja esterilizado?

Profundamente impressionado com os largos horizontes abertos ao génio humano pelas façanhas astrais e pelas novas maratonas russo-americanas da «era espacial», em que maravilhosamente entrámos, atrevo-me a sugerir os riscos de algumas complicações que porventura nos esperam nas novas cruzadas sobre-humanas e sábio-guiadas que empreendemos.

Sem falar em que os sábios das regiões astrais podem preparar-nos algumas surpresas. E virem cá abaixo. Uma guerra espacial de sábios era o que nos faltava para irmos, todos juntos, dançar o tango lá para cima — e apanhar com a venerável tampa.

UM HOMEM DE PAZ

Em 1945 o Sr. Saragat, actual Presidente da República Italiana, era embaixador do seu país em Paris. Lá tive o prazer de o encontrar e com ele estreitar relações de simpatia que evoco neste momento com prazer.

Era — tal como o conheci — um homem duma agradável simplicidade e dum notável encanto de convívio. Precedia-o a fama duma perfeita honorabilidade pessoal e política. Adivinhava-se nele sobretudo um idealista. O seu socialismo tinha um pouco a marca romântica que em Portugal tivera, no seu tempo, Magalhães de Lima. Extraordinàriamente culto, extraordinàriamente cortês, alheio a qualquer facciosismo de ideias, a sua figura impunha-se, desde os primeiros contactos, por uma tolerância e uma modéstia que lhe granjearam a estima geral.

Saragat fora durante o regime fascista um dos grandes adversários de Mussolini. Estivera na prisão. Mas isso não perturbara com qualquer facciosismo a sua visão dos homens e dos acontecimentos. Conversámos muito sobre a Itália e a circunstância de eu conhecer o seu país e a vida italiana logo, sem quaisquer reservas, nos aproximou. Nunca na sua conversa senti qualquer travo de rancor pelo passado ou pelas vicissitudes que o tinham atingido.

É-me agradável recordar estes factos no momento em que o antigo embaixador da Itália em Paris vai assumir a chefia do Estado. Socialista da ala direita do partido, conciliador, sensato, ele há-de procurar, com certeza, nortear a nação no sentido moderador de que as lutas intestinas de Itália precisam.

Saragat é um espírito do mais puro ocidentalismo. Os seus primeiros actos no Poder, respeitando os outros partidos políticos, seus adversários; os telegramas trocados com o Vaticano; as suas declarações de adesão europeia, aconselhando o respeito pelas ideias e pelos regimes diferentes, como uma lei e uma obrigação da sociabilidade nacional e internacional, afirmam propósitos de antidemagogismo que

parecem garantia da sua futura acção e da sua arbitragem políticas.

Das nossas relações dessa época conservo, entre outras, a recordação dum jantar na sua Embaixada em que fiquei sentado ao lado duma senhora falando exuberantemente espanhol e que era a homenageada da festa. Nunca a tinha visto, nem, na apressada banalidade das apresentações, tinha reconhecido o seu nome. Imagine-se a minha surpresa quando, mal instalado à mesa, ouvi a minha vizinha dirigir-se-me em português, pronunciando claramente o meu nome. E a minha surpresa foi ainda maior quando a minha interlocutora começou a citar títulos de alguns dos meus livros então publicados, à mistura com a copiosa citação de autores e obras portuguesas.

A minha vizinha desconhecida era a grande poetisa chilena Gabriela Mistral, que acabara de receber o Prémio Nobel, e vivera, havia anos, em Portugal como cônsul do seu país. O seu conhecimento da Literatura Portuguesa era minucioso e exacto. Falou-me de Dantas, de António Patrício e recitou-me de cor trechos de João de Deus e Cesário.

Gabriela Mistral estava em Paris de passagem e logo Saragat, que a convidara, conhe-

cendo as suas relações com escritores portugueses, tivera a gentileza de me convidar também e nos colocar ao lado um do outro. A delicadeza desta atenção mostra a cordialidade do trato e do convívio do homem amável que é o novo Presidente italiano, a quem, à distância de bastantes anos, aqui deixo as minhas homenagens e as minhas lembranças.

Pouco tempo depois desse jantar, Saragat abandonou voluntàriamente o seu posto diplomático. As obrigações do partido a que pertencia obrigavam-no a regressar à Itália e à política. Tinha sido chamado à representação do seu país em França num momento particularmente delicado. A França ainda sangrava das feridas que lhe deixara a participação da Itália na guerra ao lado da Alemanha e sofria as ruínas, ainda fumegantes no território francês, dos bombardeamentos italianos. O novo regime de Roma escolhera, e muito bem, o chefe socialista para restabelecer as relações diplomáticas com a sua vizinha e âpagar, com a sua presença e sua acção, as dolorosas desinteligências que a guerra deixara.

Algumas vezes, em conversas particulares, Saragat me confiou a delicadeza da sua posição. Mas ràpidamente o novo embaixador ven-

cera as dificuldades dos primeiros contactos. Os Italianos são diplomatas natos. Têm a tradição, que vem da Renascença, do convívio intelectual e as subtilezas da experiência política. A Literatura anda, desde Dante, misturada com a acção e a vida diplomáticas. Saragat não fugira à regra. Quando regressou a Roma, a sociedade francesa tinha-o já adoptado.

O fanatismo das ideias é sempre um sinal de inferioridade. Saragat pareceu-me inalteràvelmente um homem de união — e não um homem de divisão —, apesar das posições que adoptara e ainda há dias ocupava. Creio que, nesta circunstância, é de bom augúrio recordar este facto. Pela minha parte, eu, que vivi alguns dos melhores anos da minha vida em Roma e cuja cultura tão fortemente formou o meu espírito, sempre vi o rosto de Itália através da Arte, que é tolerância, da Sensibilidade, que é harmonia, e da Beleza, que é comunicação e dádiva.

Saragat apareceu-me desde o primeiro dia como representante desse humanismo que, a despeito das paixões e divisões que têm dilacerado e ainda hoje dividem a alma italiana, é, para mim, a longínqua e verdadeira imagem

dessa terra que, entre sombras e clarões, foi sempre um lar do Espírito.

A violência anda à solta no Mundo. Regozijemo-nos com o facto de que o novo Presidente da nação italiana seja um homem de Paz — e, em nome dela, tenha assumido o Poder em Itália, que tanto de Paz precisa. Tenho a convicção de que ele, tal como o recordo, colocará sempre a Pátria acima do partido e as razões da inteligência acima do sectarismo. Sejam quais forem as posições pessoais, é quanto basta.

COMO VAI O MUNDO

INFORMAM-NOS os jornais de que o Dr. Allan Brown, da Universidade de Pensilvânia, se ocupa actualmente duma grave missão cósmica, cujos transcendentes resultados biológicos me parecem ser, à primeira vista, tão consideráveis como a sua significação social e histórica.

O sábio americano, de acordo com os seus colegas russos, não menos sábios, chegou à grave conclusão de que o mundo em que vivemos está tão infectado que há sérios riscos de que quaisquer contactos da vida na Terra com outros planetas possam avariar estes de vez. E, assim instruído, o Departamento de Ciências Espaciais da Academia de Ciências dos Estados Unidos deliberou que todas as naves cósmicas destinadas, no futuro, a explorar o Espaço, e mais especialmente a Lua e Marte, sejam rigorosamente esterilizadas, como se se tratasse de material cirúrgico.

Não só as pessoas ou os animais, mas os próprios instrumentos. É preciso evitar que as sementes terrestres possam avariar a vida sideral. É preciso, a todo o custo, evitar os perigos de contaminação terrestre e impedir que os germes produzidos na Terra possam proliferar. Reputou-se para essa indispensável condição a assepsia total.

Compreendemos perfeitamente a inquietação dos sábios. A que fatídicas consequências poderá, por exemplo, ser arrastado o Cosmos se um só pêlo do Arcebispo Makários for transmitido, por fatalidade, para as superfícies lunares? Se há vida em Marte, o que fàcilmente admitimos, a que estranhas calamidades poderá dar lugar a contaminação de um puro Marciano, se um vírus da nossa poluição chegar lá acima? E, em face desta tremenda realidade, nós, habitantes da Terra, que não trememos pelos nossos próprios destinos, devemos tremer pelos remotos destinos dos nossos colegas espaciais.

Estas reflexões, se nos apavoram pelos percalços da solidariedade cósmica que põem à nossa consciência planetária, não podem também deixar de nos impressionar pelo que de

súbito revelam sobre a nossa precária e imunda situação humana.

Reconhecemos que constituímos um perigo para a saúde do Universo e por tal forma andamos cá por baixo contaminados que se chega lá acima um grão da poeira que respiramos, com uma molécula da nossa vida física e humana, os habitantes das regiões astrais estão perdidos!

Uma simples pergunta indiscreta nos parece, nesta altura, legítima. Se estamos em tal estado de impureza que só na qualidade de «material cirúrgico esterilizado» podemos, sem grave risco, aventurar-nos fora da Terra, que vamos lá fazer? Só pelo gosto de os contaminar e voltar, depois, para casa, todos esterilizados, afigura-se-nos pouco. Em nossa triste humildade, verificamos que fizemos da Terra um tal infecto uso que não estamos em situação de frequentar planetas ou gente decente.

Ao fim de tantos milhares de anos de vida, decididamente não podemos sair para fora de casa, pessoas e objectos, senão embrulhados em algodão em rama e embebidos em ácido fénico. Se o sabem, eles, os habitantes das planícies e colinas astrais que nos propomos visitar, como vamos ser recebidos? Não quereria estar na

pele do «Mariner B» e do «Gulliver», que se aprestam para a viagem lunar e marciana.

O Departamento de Ciências Espaciais não precisa de pôr mais na carta. Ficamos prevenidos. Como os porcos empestados do Alentejo, estamos impróprios para o consumo.

*

Ao lado desta desoladora proclamação do triste estado de imundície terrestre em que nos encontramos chega-nos a notícia — que parece conveniente que fique entre nós e, prudentemente, não seja transmitida para Marte ou Neptuno — de que um ilustre coronel africano, comandante das forças libertadoras da região de Uvira, no Congo, anunciou oficialmente a sua disposição de comer um cidadão americano por cada avião dos Estados Unidos que bombardear a sua zona guerreira e libertada.

Já tínhamos, como famosas conquistas da civilização, a ameaça da ofensiva microbiana e da guerra atómica. Temos agora, para dar um exemplo histórico do grau do nosso progresso humano, uma arma nova: a arma núcleo-gástrica. A guerra bacteriológica não chega. As hecatombes nucleares não bastam. Temos

agora as hecatombes digestivas. Os inimigos não se matam apenas o mais cientìficamente possível. Comem-se. Mal sabiam os Americanos, quando se fizeram os grandes campeões da libertação da África, que, além de copiosamente comidos em dólares, seriam um dia sèriamente ameaçados de serem comidos — em carne e osso!

É claro que, não havendo razão alguma definitiva que a limite aos Americanos, por mais tenros que eles sejam, esta ameaça deve alastrar e esta arma deve ser divulgada e posta ao alcance de todos. O coronel Bidalira — que tal é o nome deste heróico guerreiro comilão — está pronto, se for preciso, para nos comer a todos, americanos ou europeus — no forno ou de escabeche.

*

E há também o «psicodrama».

O «psicodrama» é outra invenção recente. Subscreve-a um psicanalista ilustre, discípulo de Freud e émulo de Kurt-Lewin e de Jung — o professor Moreno, grande animador dum congresso de «psicodramáticos» que, com representantes de trinta e quatro países, se reuniu recentemente em Paris.

O «psicodrama» — psico (alma) e drama (acção) — constitui uma terapêutica nova e revolucionária. Num palco teatral munido de todos os efeitos cénicos, perante uma plateia de médicos e ao lado dos doutores que com ele contracenam, o doente é levado não apenas a descrever, mas a representar a sua própria doença. Não há texto pròpriamente dito. A peça é improvisada, como a «commedia dell'Arte». O doente representa a sua própria doença. Se é um epiléptico, por exemplo, é convidado a ter ali em cena um valente ataque epiléptico — e, pronto, fica curado.

Os hipocondríacos, os que têm a mania da perseguição, todos os enfermos mentais improvisam e declamam a vivo os seus males. Um «perseguido» faz-se *in loco* assassinar pelo seu perseguidor — e passa-lhe tudo. A questão é representar bem. Marido e mulher, incompatibilizados, detestando-se mùtuamente, põem-se em face um do outro e a peça é outra: o marido representa o papel da mulher e a mulher o papel do marido. Resultado infalível: a mulher transformada em marido e o cônjuge — oh Céus! — na pele detestada da consorte, depois de trocadas as situações e os cacos, acabam por se compreender e se reconciliar.

Mas o mais sensacional é que o dr. Moreno já estende esta clínica médica à política. «Se Kruschef e Eisenhower tivessem feito psicodrama e invertido os seus papéis, não teria havido guerra fria» — afirma o professor. Quer dizer: se pusermos o sr. Inonu a representar em pessoa as barbas do Arcebispo Makários e este a desempenhar o papel do ministro turco — a questão de Chipre está encerrada com honra para todas as partes. Não há mais problemas políticos. O teatro psicodramático resolve todos os conflitos. Ponham o sr. Kruschef a representar Mao Tsé-Tung e este a encarnar o chefe russo — e a crise interna comunista desaparece, como por encanto.

Um cineasta fez passar recentemente em todos os «écrans» um filme reproduzindo as misérias e as inimagináveis excentricidades e anomalias do Mundo. Chamou a essa bizarra produção o «Mundo-Cão». Porque não o «Mundo-Macaco»? Afigura-se-nos mais macaco do que cão. Macaco, de rabo pelado.

Para terminar, se nos é permitido fazer uma sugestão, ela aqui fica. Parece-nos que a melhor forma de nos vermos livres destes macacões inventores da esterilização espacial, da terapêutica psicodramática, médica e política,

do avião sem esperança e outras congeminações congéneres — a melhor forma de nos vermos livres deles talvez seja esta: aplicar aos ditos sábios a receita, atrás referida, do guerreiro africano Bidalira: — comê-los. Sim, senhores: comê-los.

Um sábio pode ser difícil de roer, mas, depois de comido e digerido, é inofensivo.

MATRIMÓNIO E SARDINHAS

LINO ZORZAN preparava-se para jantar. A família, a mulher e os miúdos estavam já sentados à mesa. Pela janela entrava a luz do crepúsculo veneziano. As águas cinzentas do canal refulgiam na sombra daquela tarde de Fevereiro.

A senhora Zorzan tinha ido buscar ao armário uma lata de conservas para acompanhar a terrina fumegante dos «spaghetti». Era uma lata de sardinhas portuguesas que comprara na véspera na mercearia do lado. Lino, fleumático, em mangas de camisa, procedia à delicada operação de abrir a tampa da lata e, ao fazê-lo, não pôde conter um grito de surpresa. Retirando a primeira sardinha para o prato do «bambino», vira, com um espanto compreensível—diz um telegrama publicado nos jornais—, que do guloso molho de tomate saía, agarrado ao rabo do luzidio petisco, uma espécie su-

plementar de peixe. Deitou-a no prato e dispôs-se a verificar aquela inesperada curiosidade comestível e algarvia que ele não conhecia. Tinha visto e comido muitas sardinhas, mas nunca uma sardinha daquelas: fina, meio desfeita no suco, chata, a desfazer-se nos cantos. Os «bambinos» tinham-se levantado também. Um peixinho daqueles tão liso tão agarradiço, de tão estranha forma, entre o besugo e o linguado, nunca fora visto em Veneza — e não constava que se pescasse no Mediterrâneo ou no Atlântico. Lino pôs os óculos, tocou-lhe com o garfo, tocou-lhe com os dedos, desdobrou-o, hesitante, no prato.

— *Babbo* — disse do lado, com a boca cheia de macarrão, o Giovanni, que era o mais novo dos miúdos. — *Questo è carta.*

A voz da inocência tinha falado. Aquilo era papel.

*

Armado de garfo, faca e dedo, o chefe da família, ainda desconfiado, estendeu a folha sardinalícia, afirmou-se melhor e verificou que o novo peixe não só era de papel, como estava escrito. As letras apresentavam-se um bocado delidas pelo molho, mas alinhavam-se numa

caligrafia feminina, alongada, traçada a tinta verde, a que a tonalidade do tomate desfeito dava tons culinários de gordura.

Não havia dúvida. Aquilo era uma mensagem piscatória e cabalística. Que sardinha misteriosa a escrevera? Em todo o caso, não era uma sardinha italiana, porque a lata vinha de Portugal, do Algarve, e as palavras eram estrangeiras. Zorzan concluiu logo, e com acerto, que a língua era portuguesa e pôde sem grande dificuldade decifrar o texto.

«Tenho 24 anos — dizia a carta — e gostaria de encontrar um jovem italiano que quisesse casar comigo. Chamo-me... (o nome estava bastante apagado pelo molho), tenho 1 metro e 72 de altura, 95 centímetros de peito e 93 de anca». E seguia, para resposta, a direcção (que, por natural discrição, aqui omitimos).

— Um metro e setenta e dois de comprimento e noventa e cinco de perímetro peitoral! — gritou o «bambino» Giovanni, revelando alguns conhecimentos anatómicos.

E concluiu:

— Que peixe!

O diabo foi que Lino Zorzan era casado e a mensagem convidativa caía em pleno seio familiar. Era difícil dar-lhe seguimento sem escân-

dalo da senhora Zorzan, capaz de «zorzir», se fosse preciso, o frescalhão do marido. A miudagem estava fora da competição. A esposa de Lino teve logo uma ideia salvadora:

—Dá a carta ao Fabrizio, que é «scapolo» («scapolo» em italiano quer dizer solteiro), e talvez lhe convenha o matrimónio.

E foi assim que a mensagem da nossa imaginativa compatriota foi parar às mãos do moço Fabrizio, vizinho dos Zorzans. Se se estabeleceu ou não, em seguida, correspondência, mais ou menos lírica, entre o Algarve e Veneza, ignoramos. Não o dizem os jornais. E ainda que soubéssemos, não o publicávamos. Os idílios, para nós, mesmo em conserva, são sagrados.



Deste falado caso internacional, de que o nosso país foi protagonista e em que figura, adaptada aos nossos tempos, uma nova Soror Mariana, em calda de tomate, alguns ensinamentos há, sem dúvida, a tirar. O primeiro é o da feliz ideia, posta em prática pela menina nossa patrícia, de dar à sardinha portuguesa, que já tinha vastos créditos nutritivos no

Mundo, uma nova e inesperada utilidade: a de intermediária de Cupido.

A sardinha matrimonial, em molho de azeite, é certamente uma invenção para amanhã. De hoje para o futuro os pedidos de casamento, com indiferente primazia de sexo, poderão confiar-se, com renovado êxito, à exportação culinária que é a mais directa, a mais delicada, a mais saborosa de todas. Em vez de epístolas, de miradas sentimentais, de anúncios na Imprensa, em vez, mesmo, de ramos nupciais de flores, enviar-se-ão, em latas, carapaus e, dentro de uma posta de atum, trocar-se-ão corações sensíveis e solidões amorosas, impacientes de companhia e do laço conjugal.

A intimidade amorosa que poderá caber, bem acondicionada, dentro de uma boa feijoada à portuguesa! Através das fronteiras, em vez de piscadelas de olhos, cujo raio de acção é extremamente limitado, trocar-se-ão de futuro pescadinhas de rabo na boca e de escabeche! As perspectivas matrimoniais e submarinas que tal inovação abre aos destinos humanos, à pesca e ao amor afiguram-se-nos incalculáveis.

E, ultrapassando os puros limites da poesia, queremos também pensar nos novos horizontes

que se apresentam à indústria nacional por esta prática, para a qual seria legítimo exigir patente portuguesa. Imaginem o êxito destinado nos mercados a esta iniciativa fulgurante — dir-se-ia americana — da sardinha conjugal! Bem acamada, instalada em latas especiais, a sardinha poderá oferecer de futuro, às mesas de todas as posses, não apenas um manjar rico em vitaminas mas também noivas com noventa e mais centímetros de anca e boas donas de casa ou namorados em prometedora situação alimentar e em perfeito estado de saúde. O consumo que esta inovação reserva à nossa exportação de conservas anuncia-se prodigioso.

A sardinha, como o casamento, sem espinhas, poderá constituir uma nova marca de produtos de Portimão ou de Espinho. É caso para fazer roer de inveja as já bastante desfalcadas sardinhas de Nantes, que ficarão, de futuro, apenas de escabichar e de comer, enquanto as nossas se apresentarão como autênticas marchas nupciais que, depois de mastigadas e digeridas, proporcionarão vasta variedade de acepipes em derriços e intercâmbios poético--familiares.

O jovem Fabrizio, de Veneza, que a estas horas já entrou talvez em contacto, primeiro,

de paladar e, depois, lírico, com a noiva, nossa patrícia, vai talvez inaugurar, por iniciativa que se fica a dever a Portugal, uma era nova na indústria gastronómica e no «conjugo vobis» do Mundo! Às prometedoras luas-de-mel de hoje, a seco, juntar-se-ão, no futuro, as luas de sardinha, com molho de casamento.

O CHARUTO DE CHURCHILL

NUNCA tive ensejo de falar com Churchill. Mas algumas vezes o encontrei, em 1945: durante uma revista militar em Paris, a que presidiu o general De Gaulle, e em duas ou três reuniões a que ele assistiu e em que eu estive presente. Dele conservo a imagem histórica a que está ligado o seu infalível charuto, que não era feito de tabaco, mas de chamas de génio que ele acendia para a Posteridade.

Os grandes homens ficam todos fìsicamente fixados para a História por um certo traço ou determinada atitude que os reproduz através dos tempos, como parte integrante da sua celebridade. Napoleão, a pé ou num cavalo branco, é inseparável do gesto, que o perpetuou, da mão direita entalada numa abotoadura da imperial redingota. Vítor Hugo vemo-lo sempre, não sei porquê, de barba branca e um dedo solenemente espetado na testa, numa

definitiva atitude de verso alexandrino. Herculano criou, para a Posteridade, uma expressão de lucubração romântica estereotipada que faz parte, com o lenço de rapé, do retrato que nos legou. Dante, coroado de louros, passeia impàvidamente a mesma egrégia efígie florentina nos compêndios literários do Mundo inteiro. De todas as imagens que — crianças, jovens, imberbes ou barbudos, fardados de glória ou à paisana — os heróis nos deixaram há uma que os deteve, os imobilizou no tempo e no espaço, através das intempéries e das gerações e que completa a sua indumentária parnasiana ou a sua postura olímpica.

O charuto é hoje inseparável da visão de Churchill. Fez-se recentemente, num país distante, a maqueta de um monumento ao grande «leão» inglês e estabeleceu-se logo uma polémica em volta da futura estátua. Com charuto ou sem charuto? A maioria esmagadora votou pelo charuto. E com razão. O charuto foi o símbolo da força, do tranquilo desafio ao destino, desse homem que, num dado momento de uma das maiores crises da história humana, encarnou a resistência e a vitória. O charuto foi o atributo equestre do chefe. Foi a cavalo

naquele charuto que Churchill transpôs os umbrais da fama.

O charuto de Churchill tornara-se, nesses anos agitados e já remotos, como que uma feição do estadista. Era aquela que melhor o definia e se via luzir a distância. E foi envolto nessa fumaça que o nimbava de nevoeiro que eu o vi sempre, sentado ou de pé, com o olho de lince assestado sobre o mundo e aquela truculenta fleuma que bateu o pé à Europa. Em Potsdam ou em Yalta, o soberbo «havano» do maior de todos os ingleses era a única coisa que Estaline respeitava, porque era uma espécie de cortina que o separava dos Aliados e que ele não conseguia dissipar. Era o desdenhoso orgulho de uma aristocracia e de uma civilização. E, se Roosevelt dispusesse, nas discussões, de charuto igual, outro galo teria talvez cantado ao Ocidente. Aquele permanente charuto inglês intimidava sempre o russo — e fazia-o tossir. Fazia tossir o mundo.

*

Mesmo de longe, como sempre o vi, sem ter tido nunca ocasião de o abordar, Churchill exprimia tranquila autoridade e força. Era

alguém. Era alguém que, já nesse momento, marchava na História, como se marchasse sòzinho numa estrada. Tinha o ar de não ter pressa. Os homens fortes não têm pressa ou, pelo menos, não a mostram, porque sabem que têm sempre tempo para chegar. Observei que o estadista falava menos do que ouvia. Embora corpulento e alto, era mais baixo do que De Gaulle, obrigando assim o general a curvar-se ligeiramente, para lhe falar. E tudo nele respirava essa elegância britânica que é uma tradição da raça. No meio daquele desfilar constante de celebridades da guerra, aclamavam-no, por vezes, quando passava. A sua mão, que suportava o peso da Europa, desenhava então no ar o *V*, símbolo da vitória, e, tranquilamente, continuava como se a vitória fosse sempre o seu caminho.

E fora-o, em verdade, na luta, porque esse homem do Destino era inalteràvelmente um lutador. Nascera e fora sempre—oposição. Nunca foi outra coisa. Esse perpétuo combatente precisava de um inimigo—na paz ou nas batalhas. A trivialidade da paz, por mais ilustre, e suas fadigas, as pequenas pugnas e os problemas da política ou as tricas eleitorais só o interessavam nas soluções da polémica ou

da adversidade. Tinha um certo desdém pelos homens e um total desprezo pela mediocridade. A Providência pô-lo um dia à frente de uma grande causa e em frente de um feroz inimigo numa luta de vida ou de morte. O génio fremente desse implacável batalhador acordou a admirável reencarnação da ascendência dos Marlboroughs. E a sua imensa estatura, que valeu a de um povo, ergueu-se então em toda a sua projecção humana.

A coragem — definiu ele um dia — é saber tomar uma resolução e nela, até ao extremo, persistir, inflexível. Numa hora decisiva, a alma da velha e obstinada Inglaterra fundiu-se no seu espírito, absorveu a sua vontade, consubstanciou-se nesse homem que, na Terra, só tinha medo a Deus. Foi uma transmutação de toda a ancestralidade desse rochedo da Inglaterra batido pelos ventos e por todas as vagas da História.

Ele próprio foi o rochedo inglês, mais ainda do que o leão britânico, como lhe chamavam. As tempestades sacudiram o granito da sua alma guerreira — e o vento rugia em vão à sua volta. O seu heroísmo chamou-se tenacidade, e chamava-se Inglaterra. Foi, mais do que um homem, uma ilha humana sacudida pelos ven-

davais, insensível às procelas. E o seu perfil projectado no espaço toca e desafia a muralha das nuvens.

Findas e ganhas as batalhas, o grande homem ficara prisioneiro da própria sombra. Sobrevivera a ele próprio. A Morte tinha de ser a última batalha. Perdeu-a, porque a sua condição humana o condenava a perdê-la. Mas perdeu-a ainda, simbòlicamente, de pé — em face do Destino.

Antes apagara-se, na imagem clássica que nos legara, o charuto da vitória. O charuto com que nunca deixarei de o ver e com que entrou no Olimpo — a fumar, impassível, a a vida sobre-humana e ardente que foi a sua. Nas etéreas regiões aonde subiu arriscava-se, sem aquele apêndice histórico que o completava, a que não o reconhecessem. Roosevelt e Estaline, de longe, poderiam talvez imaginar que era outro.

ELOGIO FÚNEBRE DUM CIGARRO

HÁ imposições do Destino. Quiseram os fados que, há algumas dezenas de anos, eu nascesse para as inglórias tarefas da literatura sob o signo do tabaco — um modesto livro que se chamou «Fumo do Meu Cigarro». E vendo, nos vaivéns da vida, vilipendiado, atacado, esse pequeno apêndice literário, acusado de quase todos os malefícios que pesam sobre a pobre Humanidade, julgo de meu dever, em homenagem a esse baptismo, levantar agora a minha lança, para vir à estacada defender a vítima de tal sanha demolidora. Não se dirá que, no seu frágil roupão de «português suave», o cigarro dos nossos maiores, o cigarrinho brejeiro e tímido que floriu os anos mais inocentes da minha mocidade, não tenha tido neste transe um D. Quixote para o defender, ou, ao menos, sobre o seu pequeno túmulo, desfolhar algumas palavras amigas.

Presente!

Em primeiro lugar, a coisa parece-me demasiado injusta. Porque, na verdade, para deitar fumo pela boca ou pelo nariz — tarefa que nos surge agora como capaz de engendrar, na sua aparente inocência, diabólicas e pavorosas catástrofes —, há vários instrumentos criados para regalo ou desgraça do homem. Há o cigarro — mas há também o charuto, que goza de larga abastança, e o cachimbo, que faz parte da galeria das antiguidades britânicas e navais.

Mas um e outro não são atingidos nesta guerra encarniçada ao aparelho de fumar. O charuto, que é capitalista e usa anel e, às vezes, brasão no dedo; o taciturno cachimbo, que tem as suas tradições e barba à passa-piolho, são relativamente poupados à matança pelos novos Herodes da Ciência. São-lhes concedidas largas circunstâncias atenuantes. Só o democrático cigarro, que não ocupa espaço nem fortuna, delgadinho, enrolado e lambido, que se bebe pela manhã quando se fuma o café com leite e que foi o companheiro, clandestino e indulgente, das nossas primícias de homem, que tanta vez na vida nos ensinou a esperar, nos entreteve os olhos e a imaginação, e, dis-

creto, tanto sabia queimar-se sem pressa ao canto da boca como pousar e esquivar-se, sem ruído, no cinzeiro — só o cigarro é arrastado aos piores opróbrios.

O «paivante» sem o qual aos doze anos nós não teríamos sido senão uma criança e a Fifizinha, minha loura vizinha, ainda hoje não seria senão uma mulher — o cigarro, que emancipou o homem e, de ponta em riste, fez mais pela maioridade feminina, à qual se aliou, do que todos os comícios das sufragistas — esse que não tem conta nos Bancos e se deixa chupar sem distinções de classes, de idades ou de sexos, é condenado sem remissão nem agravo.

Contava João Arroio que uma vez em que, de manhã, no quarto, ele e o irmão António fumavam às escondidas o seu cigarrinho, ouviram na escada os passos do pai, que era antitabagista acirrado. Apressados, deitaram fora o tabaco e abriram de par em par a janela. Arroio pai, mal entrou, franziu o sobrolho e disse, severamente:

— Fechem essa janela depressa que vem da rua um cheiro pestilento a cigarro.

Velho companheiro das escapadelas dos primeiros anos, camarada de todas as vigílias humanas, de todas as distracções, meio brin-

quedo de infância, meio muleta de sonhos, tu és ainda tudo o que resta de uma época, perdida hoje nos calendários, em que, de tempos a tempos, ainda havia um pequeno vagar para não fazer nada, um livro para não ler, um minuto para ver subir no ar, em volutas cinzentas, uma chamazinha azul. Tu és ainda, amigo!, o símbolo, que lentamente se apaga, dessa doce inutilidade de viver que dantes ainda fazia as delícias de um ócio em pijama, o prazer de uma digestão em família ou de uma sesta na repartição. Porque foste tu, imagem das últimas quimeras baratas que ainda se vendem no Mundo, porque foste tu escolhido para esta execução sumária e implacável?

Tu és o produto da feroz vingança da derradeira manifestação da iniquidade, o verdadeiro tipo da integral jactância humana: o Sábio. O Sábio, última encarnação de Mefistófeles, fundador da nova era da Sapienciocracia em que vivemos, tirânico e dementado sucessor de todos os obreiros da Ciência, da Civilização e da Vida de outrora, transformados agora nesse satânico figurino que, em vez de Vida, espalha Terror e Morte e passeia, impávido, pelo Mundo a sua voz de falsete, espalhando fantasmas e caçando nuvens.



A Grécia antiga teve sete sábios — e foram suficientes para a arrasar. A raça depois perdeu-se. Em Roma houve tudo, deuses, heróis, imperadores, profetas, poetas, apóstolos. Houve tudo, mas a sua civilização escapou ao Sábio. Veio depois a longa gestação humana da Idade Média, a Renascença, o fulgor do génio dos novos mundos.

No fundo dos claustros, entregues à meditação e ao cartapácio, teorias inúmeras e solitárias de luminares da ciência e da fé viviam debruçadas sobre os mistérios e as grandes interrogações do Passado e da Vida. Acocorados à sombra das barbas e dos incunábulos, despertavam os ecos da noite medieval — oh! horror! — discursando em latim. Eram, certamente, Sábios, mas eram inofensivos e tinham nome. Chamavam-se Copérnico, Erasmo, Lutero. Foram as catedrais humanas a cuja sombra se gerou o refluir magnífico da Civilização e do Tempo.

Com o espraiar da inteligência moderna, chegou-se ao círculo luminoso do progresso. Surgiu nas bibliotecas, nos laboratórios, no

secreto afã do estudo e das escolas, uma humanidade nova da cultura e da ciência que desvendou a inspiração e o saber. Mas chamavam-se então simplesmente homens de ciência.

Nos últimos tempos, esse enxame operoso e benemérito de professores, de inventores, de criadores votados às altas tarefas da inteligência humana começou a zumbir sobre o Mundo. E dessa legião inumerável e magnífica surgiu uma glória nova e rebarbativa que a ela própria se designou como — os Sábios.

O Sábio pròpriamente dito, o Sábio em bruto, é um tipo adunco e cosmopolita que anda de pátria em pátria, açodado e alugado, ao serviço de um país e de outro, a fazer e a desfazer bombas, a dar piparotes nos astros, a inventar foguetões, a meter-se em tudo onde não é chamado — olímpico, de bata branca, a falar em dólares e, categórico, desumano, de retorta em retorta e de microscópio em microscópio, a refazer e sobretudo a desfazer o Mundo. Não se passa mês nem semana em que um Sábio não surja peremptório, armado de verdade até aos dentes, diante doutro Sábio — e a dizer «não».

A Humanidade assiste, atónita, a este batalhar confuso em que voam em cacos todas as

certezas deste vasto e estilhaçado planeta. Os senhores já descobriram por aí alguma vez um Sábio que diga «sim» a alguma coisa? Por trás de cada paisagem há um Sábio com um explosivo novo. Tendo destruído na Terra todos os mares da «tranquilidade», andam actualmente Sábios disfarçados, por trás de cada estrela, a bombardear o «mar da serenidade» na Lua. Há um Sábio que descobre, pela manhã, que o café é um veneno cancerogéneo e outro, à tarde, que diz que já não é. Hoje cai fuzilado o charuto. Amanhã fica em papas o cigarro. No intervalo o Sábio vai, num instante, ao ex-cabo Canaveral e ferra-lhe com dez toneladas de foguetão no espaço. Depois vem a correr ao Pólo Sul e afinfa-lhe com alguns vagões de dinamite no subsolo — para ver o efeito que faz. Surpreendido, o Sábio n.º 1, depois, insurge-se contra o Sábio n.º 2 e pede a anulação da dinamite, dos foguetões, das armas nucleares, de todos os Sábios.

*

E, desnorteado, eu penso no pobre e sacrificado cigarrito da minha infância e da minha juventude literária, penso em todas as «peris-

15

cas» que há pelo Mundo, apagadas para sempre, penso em «não», penso em «sim», penso em «talvez».

Talvez eles, os Sábios, tenham razão e dentro de cada cigarro esteja um Satanás de foice e chifres. Talvez no café com leite haja poços de veneno dos Bórgias. Talvez em cada crepúsculo haja um fim do Mundo à coca das nossas ilusões. Sim? Não? Talvez? Quem sabe?

Já não sei nada. Só sei que oiço passos na sombra. Abrenúncio! «Vade retro»! Belzebu! É um Sábio. É um Sábio que se aproxima.

Nossa Senhora da Ignorância, orai por nós!

A ARTE DA PALAVRA

Júlio Dantas coligiu, numa série que vai dos anos de 1943 a 1957, vinte e cinco dos mais notáveis discursos por ele proferidos em diversas cerimónias, comemorações e circunstâncias nacionais, ligados à história, à cultura, à evocação de grandes datas nacionais ou da sua vida de espírito. A esta colectânea de refulgente actividade cívica, literária e de pensamento, o escritor juntou a modelar peça oratória pronunciada na Real Academia Espanhola, em Madrid, em 1935, sobre «O espírito da reforma religiosa na obra de Gil Vicente».

Este excelso artista da palavra, nesta obra, que é um pouco o panorama da sua mais fulgurante acção nacional, sobretudo académica, nos últimos anos, traz mais uma vez à inteligência portuguesa aquela expressão de claridade, de nobreza, de cultura verbal, que é uma

das facetas do brilho literário com que há mais de sessenta anos ele enriquece a vida portuguesa.

O livro é, assim, mais do que um repositório magnífico de magistrais orações «sobre os homens, as ideias e os sentimentos», um soberbo documentário biográfico do autor e um memorial, quase uma síntese, dos acontecimentos que ilustraram, nesse período histórico, o espírito português e de que Júlio Dantas foi o protagonista, o cronista ou o coordenador nacional.

Desde as comemorações do oitavo centenário de Lisboa, dos centenários de Garrett, de Teófilo, de Junqueiro, de Sousa Martins, até à notável conferência pronunciada na Ordem dos Advogados sobre o Acordo Académico Luso-Brasileiro de 1931 e a Convenção de 1943 e às suas evocações pessoais e universitárias — que esplêndido álbum de figuras, de episódios, de factos, em que passam, ressuscitados pelo poder verbal do orador, vultos e sombras da vida do País!

*

Esse grande poeta algarvio, que nunca deixou de ter nos olhos o sol de Lagos, foi sempre, em toda a intimidade criadora das privilegia-

das tarefas do seu talento, um mestre colorista, um admirável pintor.

Desde a «Ceia dos Cardeais», extraordinário tríptico em que a cor atinge prodígios de ritmo, até às soberbas águas-fortes de «A Pátria Portuguesa», às aguarelas do «Serão das Laranjeiras» e da «Severa», do «Amor em Portugal no Século XVIII» e às «Abelhas Doiradas» até ao magistral retrato de Sousa Martins, na conferência pronunciada na Sociedade das Ciências Médicas, em que lateja o pincel de Columbano, e ao painel da Sala dos Capelos, que foi o seu vernáculo discurso de doutoramento em Coimbra — que maravilhosa galeria de quadros pintados pela palavra desse poderoso artista da forma, retratista de história, em que as ideias têm sempre cor, a música verbal sempre contornos de luz e sugestões visuais!

Na existência e na perspectiva da obra do insigne polígrafo que foi Júlio Dantas — poeta, historiador, dramaturgo, romancista, contista, ensaísta — será impossível deixar de dar o grande lugar que lhe compete à opulência da sua oratória e à ressonância desse estilo de eloquência em que ele foi e é inigualado mestre

e de que o livro agora publicado — «Tribuna» — é um excepcional documento.

Na eloquência ele juntou tudo: o rigor pictural, a imaginação poética, a técnica teatral — e esse é o segredo da arte que, quando fala, ele sabe ir buscar a todos os segredos da riqueza da sua cultura e do seu múltiplo esplendor literário.

Dantas era o protótipo do escritor «total» — quer dizer, do homem que criou e mantinha, em todas as provas da sua vida mental, a formação literária e que é inalteràvelmente fiel a esse sentimento de medida, a essa dignidade de pensamento, à harmonia e à claridade que caracterizam o hábito e a elegância de bem escrever.

Os seus discursos, a cuja dicção modelar ele emprestou sempre a comunicabilidade da inspiração oratória, são peças de opulência formal que, depois de pronunciadas, ficaram como soberbos e evocativos temas, para além do momento efémero de que nasceram. O orador, mesmo na aridez por vezes do assunto, quando nos falava de psiquiatria ou tratava, como nas suas excelentes intervenções parlamentares ou científicas, motivos oficiais ou problemas téc-

nicos, conservava a composição, o domínio, a escultura da palavra literária.

As folhas que este livro — «Tribuna» — perpetua na galeria e na repercussão da sua vasta obra são, fixadas agora nesta verdadeira antologia verbal, tão vivas, tão perfeitas, como quando foram ditas e como as melhores páginas do incansável e fulgurante labor da sua criação artística de grande escritor.

Falta-lhes, sim, a magnificência oral, mas guardam o brilho e a limpidez do mármore. Podem figurar ao lado de alguns dos mais belos capítulos de «A Pátria Portuguesa». Pertencem à literatura do nosso tempo. Pertencem a uma época de que Júlio Dantas terá detido, entre nós, o incontestável e sumptuoso principado literário.

BONS DIAS, MINHO!

TRAGO-LHES notícias do nosso amigo Minho, que há horas deixei, todo entregue à verde faina dos seus milharais, dos seus vinhedos em flor, à toada dos seus açudes e àquela graça de bailar o vira com o sol nas eiras e nos adros.

Já há tempos o não via e achei-o na mesma, só talvez, este ano, mais ancho nas costuras das encostas, em que as abelhas zumbem, mais roliços os braços das vides, mais claro o arfar das urzes e das ramadas, sob aquele fio de Primavera azul que agitava ao de leve as húmidas várzeas e a folhagem e aquele rodopio de luz que vinha, todo em ramagens, da transparência incomparável do céu.

Sentia-se que a terra, no doce germinar dos frutos, na úbere palpitação das azinhagas e das fontes, se estava a preparar para as tarefas

rudes do Verão que não vai tardar e já as latadas, os sombreiros e os cômoros diziam os bons-dias uns aos outros, felizes de voltaram a encontrar-se para as bodas das colheitas, para os descantes das vindimas, para as romarias e as feiras que aí vêm e já se anunciam, de longe, no badalar dos sinos, no pulsar das searas, no rubor dos pomares que começam a pintar por entre as folhas.

Não há província portuguesa que tenha «bons dias» mais festivos e mais claros do que este Minho de arrecadas de ouro e lenços garridos, de sombras onde cantam roseirais e melros. É um gosto ouvir, entre o zumbir das abelhas e o murmúrio dos pinheiros, aquela voz da música dos campos e do borbulhar dos ribeiros, o cântico das suas manhãs de festa — ou as «boas tardes lhe dê Deus!» dos seus claros poentes, quando as ave-marias descem dos campanários dos outeiros.

Lá vi sair da igreja, florida como um presépio, dois baptizados, todos de rendas e opas. O Minho sem baptizados não é o Minho. De uma casa próxima misturava-se ao cheiro acre da caruma queimada um gosto alegre e tostado a broa e a lareira. Limpam-se já as dornas; arejam-se os lagares. Adivinham-se as procis-

sões e as esfolhadas que hão-de vir, os arraiais, os coretos e os foguetes.

Debruçado a uma janela de cravos e manjericos, o «Sr. Prior», rosado, escutava o guizalhar de um rebanho que subia da estrada e fazia parte da sonoridade daquele entardecer de jardins e de silvados onde já luziam as primeiras amoras. Um tapete de giestas e de papoilas secava ao sol.

Nenhuma província em Portugal tem aquele ar de romaria, aquele sorriso fresco, aquele rosto barbeado, aqueles lenços de cores, aqueles cordões dourados e aquelas tranças festivas de sebes e de pinhais que o Minho nos oferece cantando ao desafio com a paisagem. O brônzeo Alentejo dos sobreiros e olivais é dramático. As suas planícies benditas têm no próprio verde profundo das suas cores e das suas poeiras o cinzento e o sonoro mistério da distância. O feiticeiro e maravilhoso Algarve tem, de vez em quando, entre os seus sortilégios de ouro, o humor desigual das suas costas marítimas e aquele mouro segredo que ele não confessa nunca.

O Minho é tagarela e bailador. O Minho não é baú de ninguém, nem de si próprio. Tem o coração ao pé da boca e aqueles lábios de

cereja, aqueles cabelos soltos das vides, aquele ar prazenteiro de folar, de horta e de capela, que são a sua oferta e o seu noivado.

*

Deus me perdoe, mas naquele tranquilo idílio de algumas horas com a canção minhota pude esquecer todos os KK do Mundo que tomaram conta disto. Pude esquecer aquela secura de alma, as lutas, as misérias que andam à solta no Planeta. Pude esquecer, por momentos, ameaças, dores, pesadelos.

Pude desviar os olhos de ti, paisagem triste que ensombras a Terra. Pude esquecer todas as folhas mortas e revoltas que a tempestade sacode e arrasta pelos caminhos sem fim do Destino. Pude esquecer-me até de mim. E aqui me quero penitenciar destes pecados.

Mas a Vida é assim e Deus assim a fez. A Morte e a Vida andam juntas. De vez em quando separam-se. Mas é por pouco tempo. Logo se enlaçam e confundem na sua eterna marcha do Destino. A Natureza é uma lição de trágica indiferença. Senhor!, ainda há prados em flor, ainda há bicas de água que cantam, ainda há frutos que amarelecem, ainda

há estradas e outeiros onde o sol faz a sua dança de roda.

Ainda há ninhos, ainda há doces manhãs no Mundo! Daqui, meus enfeitados campos minhotos, vos envio agradecimentos por esse chilrear de Primavera que ainda conservais no coração e de que me fizestes, ao passar, a dádiva de um breve e generoso quinhão.

«A minha, ao fazer desta...» Mas para quê, entristecer com vãos cuidados esse espairecer de luz que te inunda os olhos verdes? Para quê? Não se atrasa o Mundo, nem se adianta. Bons dias, Minho! Bons dias, Sol—enquanto o há!

O MACACO «SAM»

Era macaco e também lhe chamavam cão. Nessa dupla qualidade, foi treinado na Escola de Medicina da Aviação da Base Aérea de Brooks. Pequenino, tinha um focinho, vivo e canino, que o predestinava para as arrojadas empresas da conquista do Espaço. Pesava três quilos. A única macaca que verdadeiramente conhecera até àquela data fora a profissão que lhe deram sem o consultar: aeronauta. Mas nisso tinha um certo orgulho — nesse destino, que lhe cabia na História, de ser mais do que macaco, de ser mais do que cão — de ser quase homem.

Aquele treino que lhe fora imposto quase desde o nascimento era, na verdade, duro: regime alimentar severo («porridge» e carnes grelhadas); experiências diárias de grandes acelerações e consecutivos tratos médicos para o estudo das reacções respectivas; repousos

forçados, alternados com acrobacias que lhe punham os nervos a zunir. Nunca se sentira tão macaco como depois destes ensaios e destas danças no ar. Mas a sorte não se discute. Tinha de ser herói.

No dia histórico, que os jornais noticiaram, da sua primeira largada aérea oficial na cápsula «Mercury» puseram-no de papo para o céu e meteram-no dentro de um canudo com um metro de comprimento e sessenta centímetros apenas de diâmetro. Um verdadeiro charuto. Nessa hora grave em que experimentou a desagradável sensação de ir ser fumado, «Sam» lembrou-se dos seus amigos «Able» e «Baker», predecessores naquela aventura, o primeiro um malogrado macaco-cão, como ele, sacrificado à extracção dos eléctrodos que lhe haviam sido introduzidos no débil e glorioso corpo; o segundo, macaco de rabo pelado, macaco-esquilo, sobrevivente às reviravoltas da proeza espacial — e que, no momento da partida, lhe enviara, de longe, da jaula em que vivia, já esquecido, um olhar céptico e triste, como quem diz: «Tu nem sonhas, filho, o que te espera.»

«Sam» estava um bocado apreensivo. Sentia em volta, envolvendo-o numa camada de ma-

cieza e de frescura, a espessa espuma de borracha que forrava o interior da cápsula. Mas porque diabo o punham de barriga para o ar? Era isso que ele não entendia. É certo que, de todos os tempos, se os homens compreendem os macacos, estes compreendem mais difìcilmente os homens, muitíssimo mais macacões.

Minutos depois de encerrado dentro da cápsula, naquela posição um pouco vexatória a que o forçavam, ouviu o ruído ensurdecedor de uma explosão, um silvo, foi sacudido de focinho para a borracha e perdeu os sentidos. Aquilo foi rápido. Dentro estava a alavanca — e uma luz diante dos olhos que se acendia e apagava. Tinham-lhe ensinado, durante o treino, que, quando aquela luzita se acendesse, ele devia puxar a manivela. Não lhe tinham dito porquê nem para quê. Mas maquinalmente puxou. Naquelas alturas, mesmo um macaco puxa por tudo. Um solavanco maior, e — que tal está o charuto? — atordoado, com o pisca-pisca sempre diante da vista, sentiu-se, na escuridão, arrastado, vergado, transportado, desta vez a valer, pelo espaço. De macaco-cão passou, num segundo, a macaco-pássaro, a macaco-mosca, a macaco-avião.

Foi tudo rápido. Mais rápido do que o tempo que leva a contar. Num relance, houve como que um monstruoso e crispante apito, um solavanco maior, o pisca-pisca, a dançar... O charuto agora precipitava-se, descia — e, sùbitamente, zás!, ele sentiu que mergulhava, que caíra no mar, que bailava na água. Passara a macaco-peixe. Andou, assim, a boiar, baloiçado, virado, revirado, como uma casca de noz, até que, ao fim de minutos intermináveis, se sentiu pescado. E foi então que o tiraram do charuto, que o restituíram à posição de macaco. Onde estava? Deram-lhe meia laranjada, metade de uma maçã, um copo de água. Para quem acabava de realizar, de pernas ao ar, uma proeza aérea daquela monta, não se alargaram muito.

Depois, reclinado, interrogado, heróico, instalado no «destroyer» para que o haviam transportado, viu-se cercado, auscultado, apalpado, quase asfixiado, por uma multidão debruçada sobre ele. Eram sábios. Sábios que se multiplicavam, dobrados, sinistros, ávidos — sábios e mais sábios. E «Sam», que resistira aos choques, ao pisca-pisca, à alavanca, aos silvos, à altitude, à tempestade, não pôde mais. De macaco-cão, de macaco-pássaro, de macaco-

-peixe, sentiu-se transformado em macaco-tripulante honorário, em macaco-homem — e desmaiou. A coisa não era para menos.

*

Acabámos de ligar para Norfolk e ter com «Sam» uma conversa telefónica.

— Desde que me tiraram do charuto, vivo numa nuvem de veterinários, de técnicos, de pilotos, todos sábios, que esvoaçam, zumbem, tossem, giram, se atropelam à minha volta.

E, numa voz cortada pela angústia, interrompeu-se sùbitamente para me perguntar:

— O senhor é sábio?

Diante da minha formal negativa ouvi distintamente, do outro lado do fio, um suspiro de alívio que me vinha de Norfolk. E «Sam» continuou:

— Então, se não é sábio, talvez me possa explicar porque me ligaram, me empacotaram, me meteram de pernas para o ar dentro de um canudo para me virem pescar no alto mar. O meu amigo «Baker», que, como o senhor sabe, também andou nestas bolandas pelo ar e, sobrevivente da aventura, está agora a descansar, disse-me que os sábios se esmeram em

fazer experiências connosco para depois mandarem um homem à Lua. É possível. Mas apostámos, o «Baker» e eu, que nenhum sábio, de rabo pelado, lá vai. Isso vai ele!

E, despedindo-se, acrescentou:

— Veja o senhor. Fizeram de mim o que fizeram — e ainda por cima me chamam cão.

*

Dei-lhe razão. E, ao pousar o auscultador, fiquei a pensar no «Sam», no «Baker», no «Able», nos sábios e nos macacos, na Lua, nesta dança de S. Vito em que todos andamos e, aqui entre nós que ninguém nos ouve, considerei que, metidos de papo para o ar neste canudo da Paz, a olhar o «pisca-pisca» da guerra fria, baloiçados, sacudidos, envoltos em sábios, triturados de sábios, inundados de sábios, lançados não se sabe para onde, nesta vertigem do Tempo — o verdadeiro macaco «Sam», pobre Humanidade!, salvo o devido respeito — somos nós.

TERÇA-FEIRA GORDA E OS SELENÓLOGOS DE PASADENA

Em grego, a Lua chama-se Selene. E os fãs da rotunda e simpática vedeta chamam-se, portanto, em gíria astronómica, os «selenólogos». De Pasadena é o famoso laboratório que seguiu e guiou, a perto de 400 mil quilómetros de distância, o «Ranger VIII» — e com uma perícia prodigiosa o atirou, na superfície lunar, contra o já baptizado «Mar da Tranquilidade».

Esmagar um projéctil da Terra no «Mar da Tranquilidade» é façanha cósmica que tem um certo ar simbólico, mas um pouco inquietante. Já não basta aos irrequietos humanos andarem cá por baixo a agitar os mares da Tranquilidade de cada um. Agora nem a 400 mil quilómetros deixam as águas tranquilas da Tranquilidade alheia.

Os pescadores lunares, se os há, quando menos esperarem, a meio duma pesca — não há

razão alguma para que não existam também carapaus lunáticos —, recebem na cabeça, de surpresa, como quem não quer a coisa, um foguetão terrestre. «Que peixe!» — devem eles dizer. O diabo é se os habitantes e sábios das regiões de lá tomam a mal este bombardeamento espacial e decidem retribuir-nos as visitas, mandando ao nosso Oceano Pacífico, por exemplo — que, como os acontecimentos que por lá se passam têm demonstrado, é o da Tranquilidade cá debaixo —, o diabo é se os habitantes e sábios lá de cima nos mandam também um «Ranger I» deles.

Assim, o génio explosivo do Homem ultrapassa já as fronteiras da Terra. A zaragata começa a ser planetária e universal. E compreende-se que os selenólogos de Pasadena estejam satisfeitos. Os de Pasadena e os outros. Todos certos de que, enquanto houver, no vasto Universo, um Mar da Tranquilidade pacífico, os «Rangers» continuam. Já a América prepara um projéctil que irá a Vénus; outro que irá a Marte.

E os selenólogos russos não ficarão inactivos. Esperem-lhe pela volta. Vai criar-se um novo desporto balístico — o tiro ao alvo, no

Espaço. Uns certos sujeitos que, na Terra, tinham até agora o hábito inofensivo de andar na lua terão no futuro de procurar outras paragens para as suas digressões. A própria Via Láctea já não oferece, de noite, segurança aos poetas. Os sábios tomaram conta daquilo — e daqui a pouco já não se poderá ir à rua, num Espaço infestado pelos selenólogos.

O «Ranger VIII», antes de agitar o «Mar da Tranquilidade», banhando-se nele com telescópios e tudo, fartou-se de tirar fotografias, que mandou em bilhetes-postais para Pasadena. Perto de seis mil. Uma brincadeira. O Dr. Whitaker, da Universidade do Arizona, e o Dr. Kniper, entregues à esgotante tarefa de estudar esses numerosos documentos, não estão, porém, de acordo. O Dr. Kniper entende, em face de tantos «clichés» expedidos, antes de se afundar, pelo solícito «Ranger», que o solo da Lua deve ser feito de poeira. Ora vão lá pôr dois sábios de acordo!

O Dr. Harold Havrey, da Universidade da Califórnia, vai mesmo mais longe. O seu olhar perscrutador desce, a tantas centenas de milhares de quilómetros, ao fundo das cavernas

e descobre que, a quinze ou dezoito metros — aquilo é que é olho! —, há uma matéria esbranquiçada que deve ser mais dura.

De todas as formas, está provado que, quando formos à Lua, teremos de levar longos varapaus para verificarmos o solo antes de lá pôr os pés. Quer dizer: temos todos de ir de bengalão, por causa das fendas. Das fendas e — atrevemo-nos a dizê-lo — do resto. Mesmo com o olho do Dr. Havrey, quem sabe o que lá há? Para evitar surpresas, cada qual levará dois cajados, um em cada mão. E ainda assim o Dr. Whitaker não nos garante o regresso, o que é desagradável para os que não desejam naufragar no «Mar da Tranquilidade» de lá.

Como se não houvesse nada que fazer na Terra, a actividade espacial, chamada «tiro aos astros», continua efervescente. O «Mariner II», da conhecida dinastia dos «Mariners», prepara para 14 de Julho — aniversário da tomada da Bastilha — uma viagem de recreio para passar a seis mil quilómetros de Marte. Coisa de fazer uns acenos simpáticos aos Marcianos. Cada aceno vai custar um ror de dólares, que a América destina aos astros subdesenvolvidos.

*

Enquanto isto se passa ou vai passar nas alturas, um químico reputado, Chudinov, estando em Moscovo a examinar uma amostra de sais de potássio, descobriu uns pontos — vermelhos, naturalmente, como convinha na Rússia —, que logo catalogou como microrganismos vivos. E concluiu imediatamente também, com um olho que fez inveja ao do Dr. Havrey, que tinham vários milhões de anos e — valentes vermelhos! — continuavam a reproduzir-se.

Kamarada Chudinov pediu à Academia das Ciências que analisasse a coisa. Mas as experiências não foram satisfatórias. Verificou-se apenas que já há duzentos milhões de anos havia microrganismos bolchevistas — no potássio.

É uma notável conquista científica e política.

*

Realizaram-se as eleições parlamentares na Bechuanalândia, novo país que tem 189 mil habitantes, oito tribos principais — além das secundárias — e quatro partidos. O partido que

tem a maioria e deve ganhar as eleições chama-se «Partido Democrático da Bechuanalândia Sarets Khama», que é, como se vê, o partido mais comprido.

Não tarda que a Bechuanalândia esteja na O. N. U. para nos ensinar a Civilização e a Liberdade. Já lá fazia falta — com os selenococus. Perdão: com os selenólogos — e a Pasadena, quando lhe derem a independência.

FOI DE FACTO UMA RAINHA

É certo que a Rainha Isabel da Bélgica nunca esqueceu a sua ascendência portuguesa e a ela foi fiel.

Quando, em Fevereiro de 1938, Viana de Mota, a meu convite, esteve em Bruxelas para tomar parte na recepção oferecida ao Rei Leopoldo na Legação de Portugal, a Rainha mandou-me dizer que muito gosto teria em receber e ouvir o grande pianista. Viana da Mota foi comigo ao Palácio de Laeken. Num pavilhão dos jardins onde a Rainha instalara o seu salão particular e onde acolhia os artistas e amigos que a visitavam, Isabel, durante mais de duas horas, escutou Viana da Mota e ouviu sua filha Leonor cantar deliciosamente trechos de música portuguesa. A filha da Infanta D. Maria José de Bragança tinha sempre para Portugal uma palavra de estima e uma recordação familiar ou sentimental.

Era, na verdade, uma forte e curiosa personalidade. Fora Rainha. Podia ter sido Rei e governar porque possuía dotes de autoridade e um espírito varonil, que pesaram sobre a sua condição e intimidades femininas. E ao evocar essa nobre e singular figura, que foi, pelo seu prestígio, uma das últimas grandes Rainhas da Europa, revejo as sombras já longínquas dessa simpática corte de Bruxelas e as impressões da vida belga, que eu tive o privilégio de conhecer — o admirável Rei Alberto, o Príncipe e depois Rei Leopoldo, a encantadora Rainha Astrid, a Rainha-Mãe, que desaparece, e esse lindo bando de crianças, entre as quais o actual Rei Balduíno, com seus caracóis frisados e o ar, já grave e melancólico, que nunca perdeu.

Do Rei Alberto lembro a entrevista de despedida que, no momento da minha primeira partida para Roma, me concedeu em Laeken. Revejo-o por essa tarde, em que as folhas das árvores e a luz do crepúsculo amareleciam no parque, sentado, junto à larga janela em frente da mesa do seu escritório do rés-do-chão, com sua sólida estatura de alpinista, seu largo sorriso, em que o idealismo e o cepticismo se

misturavam em partes iguais, e seus ávidos olhos de míope.

A vida doméstica da Família Real belga no castelo de Laeken era de uma simpática e exemplar modéstia. Nunca ouvi qualquer deles falar do «rei» ou da «rainha» ou dos «príncipes». Referiam-se uns aos outros como qualquer casal burguês: «minha mulher», «meu marido», «o meu filho». Havia por certo o protocolo, em que as cortes das pequenas monarquias são mais exigentes e zelosas do que as dos grandes Estados. Fora do esplendor das cerimónias oficiais, a mais íntima e fechada corte da Europa é talvez, a despeito da notoriedade de certos escândalos sentimentais, a de Londres, de hábitos frugalmente ingleses. Mas no convívio e no aparato do palácio de Laeken, residência privada, havia um ambiente de casa de campo e de vida patriarcal, que diluía, sem as apagar, todas as distâncias da etiqueta.

Nessa tarde, o Rei Alberto estava particularmente descontraído e bem disposto. Ele pertencia ao número dos surdos envergonhados, que disfarçam num ar de discreta distracção os percalços da surdez. Falava e escutava devagar. Era preciso falar-lhe um pouco alto,

mas «como quem não quer a coisa» — para não o susceptibilizar.

A conversa foi longa e impregnada daquela ironia e simpatia que o monarca dava ao seu convívio. Detestava a formalidade, a retórica e a frivolidade. Uma vez que Janson lhe levou para assinar um decreto nomeando um alto funcionário, o Rei, vendo o nome e ajeitando as lunetas, observou:

— Tenha-me cuidado com ele. Olhe que o homem é orador.

Quase no termo da audiência, Alberto perguntou-me:

— Qual é a melhor recordação que o senhor leva da Bélgica?

A resposta não era fácil e eu iludi-a, sorrindo:

— A melhor recordação? Creio que será a lembrança da devoção e do carinho que encontrei sempre no Povo Belga por Vossa Majestade.

O Rei olhou-me com aquela bonomia maliciosa e levemente desiludida que era um dos traços do seu espírito e respondeu-me:

— *N'attachez pas trop d'importance à la popularité. Pour quelque chose le mot «foule» est féminin dans toutes les langues du monde.*

Dias depois eu chegava a Roma. Recebido por Mussolini, este, por acaso, fez-me, logo de entrada, por outras palavras, a mesma pergunta:

—Que impressões traz o senhor da Bélgica?

A pergunta era também embaraçosa, porque adivinhei a intenção da curiosidade do chefe italiano. Estávamos em plena guerra civil de Espanha e as relações entre a Itália e Bélgica, governada então pelos socialistas, não eram famosas. Resolvi igualmente iludir a resposta, referindo o que o Rei Alberto me perguntara à despedida e eu lhe respondera. Mussolini ouviu e, batendo com a faca de cortar papel sobre a mesa, num gesto que lhe era habitual, retorquiu com energia, em italiano:

—Sim. A palavra «multidão» é talvez feminina em todas as línguas do Mundo. Mas a palavra «povo» é masculina.

Nestas duas réplicas estava marcado o contraste da psicologia dos dois homens: o cepticismo afável de um, a truculência política do outro.

*

Das minhas duas estadas na Bélgica recordo a imagem de Astrid, que conheci Princesa e depois, logo no começo do seu curto reinado,

Rainha. Astrid, que tinha a frescura e o escultural encanto da beleza nórdica, deixou na Bélgica a lenda, que ainda hoje dura, da sua rósea mocidade. Era a simplicidade e a graça personificadas. Quando, mais tarde, voltei oficialmente, já depois da dramática morte do Rei Alberto, fui protocolarmente recebido pela jovem Rainha. Eu vinha de Roma, aonde acabara de chegar a Princesa Maria José, sua cunhada, que casara com o Príncipe e depois Rei Humberto. Astrid nunca fora a Itália e recordo a singeleza, quase de uma colegial em férias, com que ela quis saber notícias de Roma, de todas as seduções da Itália. Eram sobretudo Florença e Nápoles que interessavam essa escandinava, que trazia a neve e o oiro pálido das estrelas da Suécia nos seus olhos muito claros, em que palpitavam brancas asas de água:

—Gostava tanto de conhecer a Itália! Agora, que Maria José já está em Roma, talvez meu marido lá me leve, se a política o permitir. Sabe? Eu detesto a política.

Falava de «seu marido», de «sua cunhada», de «viagem», de arte florentina, com o encanto de um entusiasmo nupcial e novo. As princesas dos contos do seu país natal deviam ser assim

e sonhar assim, como aquela outra princesa que ali estava e pouco depois iria desfolhar-se e morrer tràgicamente na verde estrada de uma fria montanha suíça.

*

A Rainha Isabel, que repousa na cripta da Catedral de S. Miguel, perto do Castelo de Laeken, onde viveu, teve uma alma de Rainha e trouxe da Baviera para a Bélgica esse ardente misticismo da arte que fez dela a avó de todos os artistas do Mundo. Teve dois cultos — a música e a medicina. Foi grande amiga de Pablo Casals e de Alberto Schweitzer. Morreu tendo ao lado o violino que o Rei Alberto lhe oferecera e o retrato do filantropo da medicina, seu colega no culto de Bach e da miséria humana. Os soldados da Bélgica, nas horas de guerra, conheceram-na vestida de branco, espécie de freira laica, enfermeira de todos os hospitais e dos campos de batalha. Como o Rei-Soldado, seu marido, nunca teve medo. «Sou tão pequena que as balas não me vêem», costumava ela dizer nos encontros do perigo.

Mas foi sempre também uma intelectual, e essa superioridade da inteligência, esse gosto

ardente pelas viagens, pela grandeza e pela Beleza fizeram-na um bocado monja, constante peregrina da Arte, da Humanidade e do Espírito, cujo vivo calor o Povo nunca sentiu de perto. O reflexo, demasiado ofuscante, da popularidade do Rei Alberto isolou-a também na sua torre de Rainha.

O seu destino foi amar e servir a Bélgica. Cumpriu-o. A Bélgica, habituada aos seus cabelos loiros, que embranqueceram na dor muito mais do que no trono, estimava-a e quis-lhe como protectora, espécie de Musa da dinastia, e como Soberana. Mas não creio que, no que se chama amor, dádiva de sensibilidade e de ternura, o Povo belga a tenha amado como amou Alberto e Astrid.

Os amores dos povos, como os dos homens, também têm os seus caprichos e seus inexplicáveis ciúmes. E as suas raízes, como os seus espinhos e as suas rosas, são misteriosos desígnios do Imprevisto e de Deus.

A SINHÀZINHA

Lucília Simões ainda não tinha vinte anos quando em Coimbra representou, pela primeira vez, «A Casa da Boneca».

Era, nesse tempo, a *Sinhàzinha*. Nascera no Brasil e ficara-lhe, no nome e no talento, esse canto silvestre, esse doce retinir de quatro sílabas de cristal que se harmonizavam tão bem com a juventude, levemente felina no que tinha de indolência e de graça, que a criadora portuguesa de «Nora» ia trazer para a cena portuguesa.

Assisti ao triunfo dessa estreia memorável. A *Sinhàzinha,* como a mãe, a grande Lucinda, lhe chamava, como toda a gente lhe chamava, chegava ao teatro com a doçura duma manhã de hortênsias e de sol. Disse-se, nessa altura, que Ibsen, que soubera do êxito da actrizita portuguesa, reconhecera com desvanecimento que era a primeira vez que o papel fora re-

presentado, como ele sempre ambicionara, por uma artista com a idade da personagem. E não era só a idade. Era a própria feminilidade instintiva da criatura ibseniana, a sua rebelde frescura, a sua cabeça de cabelos revoltos, o seu primeiro voo de ave ferida. Lucília era a «Nora», em carne e osso — e que luz inquieta, mista da neve sueca e do Guanabara, havia naqueles olhos de lago e de luz marinha!

Eu tinha conhecido a mãe, Lucinda, bastantes anos antes, em Espinho, onde minha família ia «a banhos», como se dizia na época, e onde a grande actriz e seu marido, Furtado Coelho, costumavam passar as férias. Lucília era uma mocinha travessa, um pouco à parte. Tinha uns grandes olhos claros e um bibe cor-de-rosa. Esse tempo era recitativo e pianístico. Os ócios dos meninos e meninas da praia dividiam-se entre o banho de mar, a polca, o piano e o Soares de Passos. Uma vez, numa festa infantil organizada na Assembleia, depois de eu ter recitado, como um realejo, o «Melro», que já trinava, do Junqueiro, senti-me levado em braços por uma assistência de mães de família e de calças de flanela e, num dado momento, uma voz murmurou-me ao ou-

vido este aplauso, fremente e grave: «Olhe que é a grande Lucinda que o abraça.» Julguei-me Talma — e ia desmaiando.

E era, de facto, a grande Lucinda, certamente a maior actriz portuguesa do seu tempo, que, desde pequenina, em conjuntura alguma da sua vida se esquecia de que era Lucinda e que era grande. Isso criou-lhe complexos que nunca a abandonaram e que fizeram dela a mais impiedosa, detestada, despótica e dominadora rainha do teatro. Lucinda não era uma mulher: era uma ilha, cercada de mar e de rancores das colegas por todos os lados. Ela também não as poupava. Uma vez, uma actrizinha, bonitota e petulante, veio despedir-se ao camarim. E, rebolando-se toda, anunciou-lhe:

— Saí da companhia. Fui contratada por F. para fazer os primeiros papéis.

— Fizeste bem, filha — respondeu a grande intérprete de «Madame Sans-Gêne», de «Teresa Raquin» e de «A Conspiradora». — Nos primeiros papéis talvez faças carreira. Nos segundos está mais que visto que não davas nada.

Lucinda foi a mestra duma geração de actores e foi a mestra de Lucília. Com ela, quando se aprendia a profissão, aprendia-se tudo,

desde o *a b c*. O seu teatro, dirigido pelo que foi seu marido, o actor Furtado Coelho, e que também sabia do seu ofício como poucos, era uma escola. E foi uma escola no Brasil, como aqui. João da Câmara, que tivera uma peça no repertório da companhia e que depois se zangara, quando falava de Furtado Coelho dizia sempre, por baixo das lunetas, por causa duma questão de direitos de autor: «Coelho será ele. Agora, *furtado* sou eu».

Naquela época da vida portuguesa a Arte processava-se por dinastias. Havia a dinastia dos Rosas, fundada pelo gravador Manuel Maria — o «mano» Augusto, o «mano» João. E havia também os Bordalos, o «mano» Rafael, o «mano» Columbano, a «mana» Maria Augusta, que era, ao mesmo tempo, o Rafael e o Columbano da renda portuguesa. E houve depois o simpático Manuel Gustavo. E Henrique Lopes de Mendonça, que, por afinidade, pertencia também à família.

Os Simões também foram uma dinastia do teatro. Lucília, ao chegar, tinha o que aprendera com a mãe. E tinha, sobretudo, o seu temperamento radioso, duma espontaneidade que nenhumas bisonhices do palco conseguiram empanar. Das mãos severas da mãe passou para

as de Augusto Rosa, que foi o maior mestre de teatro que Portugal tem tido. Que o diga Amélia Rey Colaço. Podia também dizê-lo Ângela Pinto, quando quis ser actriz dramática. E a *Sinhàzinha* surgiu intérprete de Bernstein, inigualável criadora das figuras inquietas, rebeldes, do teatro moderno da época — de Suderman a Óscar Wilde.

Em 1907 eu, que nunca escrevi o que em teatro se chama peças com «carapuças» — quer dizer, peças destinadas ao modelo de um determinado intérprete —, escrevi, a pedido de S. Luís de Braga, uma peça para Lucília. Chamava-se «Chá das Cinco». Lucília recebera em férias o papel. Estava assente a data da estreia. Mas logo no começo da época a *Sinhàzinha* despediu-se do teatro. Em plena aura, em pleno fulgurante prestígio, essa que era já a primeira «dama dramática» da cena portuguesa retirava-se e abandonava o palco. Não houve razões que a demovessem. A peça foi representada sem ela. Mais tarde o manuscrito ardia no incêndio do então Teatro D. Amélia e da República, hoje S. Luís. Há destinos assim — com pouca sorte.

Anos depois, Lucília voltou ao teatro. Mas já não era a *Sinhàzinha* da «Nora». A Arte é a

mais cruel e ciumenta das amantes. Nunca perdoa as infidelidades. Aquela actriz, que parecia quebrar-se como o caule duma flor, que trazia consigo a irradiação e a graça dum talento musical e, ao mesmo tempo, levemente exótico na nossa cena; aquela actriz, que nascera numa noite ibseniana de Coimbra, não era a mesma ao regressar.

Ainda era e foi por muito tempo uma grande intérprete de almas de mulheres e de heroínas dramáticas. Mas os anos tinham passado. A «Nora» engordara. A sua voz era a mesma — mas já lá não cantava o *sabiá*. Ganhara em profissão o que perdera em instinto e personalidade. Lucília Simões foi um alto nome, um excelso exemplo, entre os melhores nomes e os melhores exemplos da galeria do teatro português moderno.

Mas o que dela ficou na minha memória, da rapariga singular que criara na nossa cena aquele tipo, raro em todos os teatros do Mundo, da adolescência dramática, a personagem de Ibsen — que já não era criança e ainda não era mulher —, o que dessa memória inapagável ficou na minha lembrança, foi a *Sinhàzinha*. Foi aquele sopro de frescura, aquele matinal encanto, aquele borbulhar de fonte que ela,

eleita de Deus, um dia trouxe aos nossos palcos — coleante aparição, que nunca mais se repetiu, que ela própria cedo ultrapassou, dos mais extraordinários vinte anos de mulher que atravessaram os nossos palcos.

*

A *Sinhàzinha* passou, calou-se, envelheceu, morreu. Mas a velha Senhora que naquele sábado primaveril disse o último adeus ao Tejo e desceu ao túmulo na impenetrável mudez dum caixão, igual a todos os caixões do Mundo, já não era a frágil e ondulante «Nora» em flor com que nascera para a Arte. A vida cria-nos e destrói-nos.

Sinhàzinha, Sinhàzinha, o que o Tempo fez do jardim dos teus dezasseis anos, da glória e das tuas ilusões de então, harpas de oiro vibrando à tua volta — e daquele bibe cor-de-rosa de Espinho com que meus olhos nunca deixaram de te ver!

UM POETA QUE VIVEU EM VERSO

Os Velhos, que Amélia Rey Colaço ressuscitou recentemente, é uma obra-prima do teatro romântico português. E o seu regresso ao repertório do nosso primeiro palco evoca na minha memória a figura singular, que parecia pintada por Columbano, desse poeta meio boémio, meio frade, que, alheado de todas as realidades, atravessou a vida numa espécie de crepúsculo lírico, em passinhos curtos, quase silenciosos — com a sua cara de menino barbado, seus olhinhos piscos em que luziam estrelas, a olhar por cima das lunetas. Dir-se-ia que havia sempre musas a voar à sua volta, a musa da Ternura e a irmã, a musa da Ironia — e um pequeno e invisível cortejo de faunos distraídos que o seguia.

Uma vez entrou no velho Café Martinho, que era uma espécie de sucursal dos bastidores do Teatro D. Maria, à procura de Coelho de Car-

valho, seu amigo e chefe da *troupe* dos autores dramáticos que todas as tardes, à mesma hora, ali iam pôr ovo. Coelho de Carvalho estava sentado perto da mesa em que pontificava Fialho. João da Câmara, que quando falava tinha sempre o ar de fazer uma confidência, olhou a corte dos agitados e numerosos aspirantes a Garrett e inquiriu, baixinho:

— São todos dramaturgos?

Só numa ocasião vi esse calmo e noctívago poeta perder a cabeça e gritar inflamado. Quase lhe caíam do nariz as pacíficas lunetas, sacudindo com fúria os braços de Furtado Coelho, marido de Lucinda Simões, e que regressara duma *tournée*, de que fora empresário, ao Brasil, onde fizera representar «Os Velhos» e «O Pântano». João da Câmara não estava contente com as contas dos seus direitos de autor e proclamava-o com o fiozito lírico de voz transformado, na ocasião, em torrente:

— Coelho será você. Agora Furtado sou eu.

*

Escrevera muito para o teatro. Mas tudo quanto ganhava gastava sem medida. Dava tudo às mãos-cheias. À noite, depois do espec-

táculo, ia cear iscas a uma tasca literária por detrás do D. Maria e que Marcelino Mesquita, Gervásio Lobato e Schwalbach também frequentavam. E depois, altas horas, sem vintém, incorrigível noctívago, regressava a pé à Junqueira, onde morava. Já não tinha dinheiro para o eléctrico.

Com Gervásio Lobato e o maestro Ciríaco Cardoso, foi autor de algumas operetas célebres — «O Burro do Sr. Alcaide», «Solar dos Barrigas» e «O Testamento da Velha». Numa dada altura, Schwalbach pediu-lhe também uns versos para os *couplets* duma revista que escrevia. João da Câmara mandou-lhos numa carta em que dizia: «Vai um verso errado — para parecer que é teu.» Bons tempos em que ainda havia versos errados!

Desde o «Afonso VI», drama histórico, até a «O Pântano», peça no gosto modernista e ibseniano do tempo, tentou todos os géneros, mas «Os Velhos» e a «Triste Viùvinha» foram as obras mais marcadas pelo seu lirismo português e a poesia em que, suspenso e em permanente êxtase literário, atravessou a vida a chupar um cigarrito triste e a rimar sonhos. Ligado, pelo sangue e pelas tradições de família, à melhor nobreza de Portugal, era ele o

último a aperceber-se disso. Um chapèuzinho mole e redondo, que ele sistemàticamente esquecia em todos os cantos, escondia-lhe a coroa de loiros da aristocracia e da celebridade.

Uma noite atravessávamos, juntos, o átrio do Teatro D. Maria. D. João, a meio, parou e olhou, na fila de bustos que ornamentavam a entrada, entre as figuras de Garrett e de António Enes, um lugar vazio e disse-me baixinho, quase para que eu não ouvisse:

—Nunca aqui passo que não me lembre de que ainda um dia ferram comigo ali.

E, de facto, *ferraram*. Anos depois da sua morte, foi naquele lugar inaugurado um mármore com o seu retrato. O fogo queimou-o, como queimou o passado que ali, a medo, pairava. Tenho esperanças de que, quando o teatro for reconstruído, se lembrem daquela pequena galeria de antepassados. E, se assim for, não esqueçam o doce D. João, que deve ter entrado no Paraíso com os passinhos breves, quase em bicos de pés, com que atravessou a vida. O tempo não está muito para os que andam em pantufas, sem barulho. Mas este Poeta, sem botas de duas solas, ocupou tão pouco espaço na vida que merece o metro e meio de glória

que lhe tinham distribuído à porta da velha sala de Garrett — e que ele previu, mais como um percalço do que uma recompensa.



Conheci João da Câmara na noite da primeira representação da minha peça «Amor à Antiga». No fim do segundo acto o pano subiu várias vezes para os aplausos e, num deles, o público viu surgir em cena o outro de «Os Velhos», que, distraído, entrara de surpresa e vinha abraçar o jovem autor. O simpático e inesperado gesto teve a sua repercussão na sala. Nessa época o prestígio dos escritores não era uma palavra vã. O futebol literário tinha, nas devidas proporções, os seus Eusébios e os seus Pelés. João da Câmara era uma espécie de Pelé do Teatro Português. A cotação da celebridade e dos talentos ainda então não se fazia... pelos pés.

Grande geração essa que deu, entre nós, ao Teatro a sua única época doirada — com actores como Brasão e os Rosas, Ferreira da Silva, Virgínia, Lucinda, Rosa Damasceno; e autores como Marcelino Mesquita, Henrique Lopes

de Mendonça, João da Câmara, Gervásio, Fernando Caldeira, Schwalbach, Júlio Dantas. E também peças como «O Regente», «Dor Suprema», «O Duque de Viseu», «Os Velhos», «Peraltas e Sécias», «A Severa», «A Ceia dos Cardeais» e «Madrugada». Mais tarde, Lucília Simões, filha de Lucinda, viria representar «A Casa da Boneca» e Ibsen saudaria essa criação, pela emoção e pela juventude, como a melhor «Nora» que a sua obra, em todo o Mundo, conhecera.

Nesse quadro de honra, João da Câmara foi o mais lìricamente português de todos. Algumas das cenas de «Os Velhos», como a da ceia no terceiro acto, parecem arrancadas ao pincel de Malhoa, o D. João da Câmara da Pintura.

A obra do grande aguarelista da «Triste Viùvinha» foi, sobretudo, paisagem — e paisagens, figuras da terra mesmo quando feitas com o barro da História, foram os heróis e as heroínas das suas peças. Esse poeta crepuscular de idílios e de poentes trouxe à cena portuguesa o sangue da nossa melhor tradição lírica. Havia um Bernardim Ribeiro a cantar nas suas personagens. Pela sua mão a província portuguesa veio pela primeira vez à nossa literatura dramática. E lá ficou com seus aventais de ra-

magens, seus adros e seus trigais, suas aldeias risonhas e seus «campos de flores» como os de João de Deus.

Na mansão celeste aonde subiram e, certamente, conversam, a esta hora, em verso, que o «Patacas», a «Sr.ª Emília», o «Narciso», o «Sr. Prior», a «Emilinha», o «Amigo Porfírio» orem por nós! O Teatro Português está bem precisado de que, no Outro Mundo, Deus se lembre dele. Porque no de cá, mesmo com os Ionescos e os Sub-Ionescos nacionais e tudo, está provado que ninguém se lembra.

ÍNDICE

Composto e impresso na
IMPRENSA PORTUGAL-BRASIL
R. Henrique de Paiva Couceiro
VENDA NOVA — AMADORA


UTL AT DOWNSVIEW
D RANGE BAY SHLF POS ITEM C
39 10 05 08 02 006 5